

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**LEDIANE PEREIRA RAMOS**

**MULHERES NEGRAS E SUAS MEMÓRIAS: AS INTERSECCIONALIDADES  
NA ESCOLA E NA UNIVERSIDADE**

**RONDONÓPOLIS – MT**

**2022**

**LEDIANE PEREIRA RAMOS**

**MULHERES NEGRAS E SUAS MEMÓRIAS: AS INTERSECCIONALIDADES  
NA ESCOLA E NA UNIVERSIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação no Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Rondonópolis, na linha de pesquisa de Infância, Juventude e Cultura Contemporânea: Direitos, Políticas e Diversidade, como requisito para obtenção de título de Mestra em Educação.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Raquel Gonçalves Salgado

**RONDONÓPOLIS – MT**

**2022**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO**

**PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**TÍTULO: "MULHERES NEGRAS E SUAS MEMÓRIAS: AS INTERSECCIONALIDADES NA ESCOLA E NA UNIVERSIDADE"**

**AUTORA: MESTRANDA LEDIANE PEREIRA RAMOS**

Dissertação defendida e aprovada em **05/07/2022**.

**COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA**

1. DOUTORA RAQUEL GONÇALVES SALGADO (PRESIDENTE BANCA /  
ORIENTADOR)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

2. DOUTORA PRISCILA DE OLIVEIRA XAVIER SCUDDER (EXAMINADOR INTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

3. DOUTORA MAGDA CARMELITA SARAT OLIVEIRA (EXAMINADOR EXTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS/UGD

4. DOUTORA ELNI ELISA WILLMS (EXAMINADOR SUPLENTE)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

**RONDONÓPOLIS, 05/07/2022.**

---



Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL GONCALVES SALGADO, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 05/07/2022, às 22:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **MAGDA CARMELITA SARAT OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 06/07/2022, às 23:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Priscila de Oliveira Xavier Scudder, Usuário Externo**, em 07/07/2022, às 19:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufmt.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4801887** e o código CRC **14488D9A**.

---

## Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

Ficha Catalográfica elaborada de forma automática com os dados fornecidos pelo(a) autor(a). Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

R175m

Ramos, Lediane Pereira.

MULHERES NEGRAS E SUAS MEMÓRIAS: AS INTERSECCIONALIDADES NA ESCOLA E NA UNIVERSIDADE [recurso eletrônico] / Lediane Pereira Ramos. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 119 f., il. color., pdf). – 2022.

Orientador(a): Raquel Gonçalves Salgado.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Rondonópolis, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de PósGraduação em Educação, Rondonópolis, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Memórias;. 2. Educação;. 3. Escolarização;. 4. Mulheres negras. I. Salgado, Raquel Gonçalves, *orientador*. II. Título.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as mulheres/homens filhas(os) da África que vieram arrastadas(os) e acorrentadas nos porões dos navios usados para traficá-los para os mais variados continentes, pela força e pela perseverança que tiveram, pela obstinação em terem resistido aos mais diversos tipos de maus tratos, humilhações, subjugações, provações, separações de seus entes queridos, por terem sido forçadas(os) a perder sua identidade natural e, ainda assim, aqui em solo brasileiro, resistiram e existiram como podiam... Agradeço!

Gratidão às mulheres/homes negras(os) que aqui nasceram sob o regime do sistema escravocrata mundo capitalista e que não tinham outras opções a não ser serem escravizados/ultraçados. As mulheres que por obrigação/imposição e única alternativa se tornaram: amas de leite, mucamas, quituteiras, prostitutas, domésticas, violentadas, estupradas, amordaçadas, chicoteadas, mutiladas. A vocês eu agradeço a força de terem sobrevivido como podiam...

Sou grata por aquelas mulheres negras que, mesmo não tendo condições nem apoio ou incentivo algum, buscaram sua alfabetização, pois vocês deram início aos primeiros registros que hoje podemos utilizar para falar mais da nossa ancestralidade, vocês foram e são nossos espelhos de sonoridade, de esperança e crença num futuro mais justo e igualitário, a vocês meu grito de “muito obrigada!” ... seguiremos seus passos e sempre em frente, por vocês, por todas(os) nós!

Gratidão maior do mundo aos meus pais: Seu José, homem negro de fibra, pai amoroso e guardião, avô exemplar, que me ensinou que o trabalho honesto é o caminho correto a seguir nesta dura vida de ser preto/a no Brasil, meu ídolo, meu porto seguro. Dona Maria, da teimosia que herdei ao exemplo de mãe que és, vovó carinhosa e de coração mole (com os netos), baixinha de garra essa Maria de Fátima. A esses dois, que seguraram minha mão desde sempre, cuidando de mim e dos meus filhos, apoiando minha jornada pela aprovação no início deste mestrado, jamais poderei agradecer o suficiente... Dedico esta dissertação aos meus dois filhos, Kaila Maisa e Vinicius que são a minha fortaleza e meu melhor abrigo, motivos maiores para que eu nunca desista, desanime ou esmoreça, a minha sobrinha Emilly Caroline (filha do coração).

A quem de alguma forma me incentivou com palavras de esperança, são muitas as pessoas, então, não as citarei...

Como não agradecer aquelas vozes que diziam: “Que sorte você tem na vida

Lediane, passar no concurso público do estado e logo em seguida no mestrado!” Ah, vocês nem imaginam que “sorte eu tive” de ter nascido uma mulher negra e pobre num país diabolicamente racista, machista, sexista, classicista, patriarcal, misógino e que agora é governado por um presidente que representa todas as formas de preconceito de que esta dissertação trata e repudia veementemente. “#Ele não!”

Gratidão tenho em dizer que cada olhar de desconfiança, dos cochichos que diziam: “Mas como foi que essa preta passou no mestrado?” “Ah, ela não dará conta, não tem capacidade para isto.” Converti estas falas de desencorajamento em força e coragem para não esmorecer, é para todos vocês que dedico também essa dissertação... Sigo na luta!

Gratidão à minha orientadora Raquel Gonçalves Salgado pela paciência, por todas as orientações, vencemos juntas esta etapa. Às mulheres que entrevistei: Patrícia, Julianne, Claudia e Luzia, obrigada por aceitarem o convite, gratidão pelos momentos compartilhados, dicas, experiências e certezas de que somos muitas e seremos sempre vozes que ecoarão sobre o poder transformador da educação e todos os seus benefícios, principalmente, ao povo preto deste país. Que todos os deuses africanos nos permitam continuar o caminho que escolhemos trilhar na educação e na escrita sobre nós... ao Deus que me foi apresentado desde criança, gratidão!

À Marielle Franco que está presente, hoje e sempre!!!

*Em memória da minha vizinha Eunice Bernadete de Jesus, esta que me contava histórias de sua infância e preparava o melhor frango caipira do mundo, pequenina em tamanho, mas grandiosa de coração, doce e gentil, nunca me esqueço da senhora vó amada.*

*Em memória de todos aqueles(as) que a Covid-19 e toda esta política negacionista matou nos últimos anos.*

*Em memória das mulheres e mães pretas, homens negros, que perderam suas vidas, seja pela violência doméstica, seja pela enfermidade da Covid-19, seja por esta política de extermínio do povo preto.*

*Em memória de Marielle Franco, Lélia Gonzales, Glória Anzaldúa, Beatriz Nascimento, e as outras de nós mulheres pretas escritoras.*



*O ato de escrever é um ato de criar alma, é alquimia. É a busca de um eu, do centro eu, o qual nós mulheres de cor somos levadas a pensar como “outro” – o escuro, o feminino. Não começamos a escrever para reconciliar este outro dentro de nós? Nós sabíamos que éramos diferentes, separadas, exiladas do que é considerado “normal”, o branco-correto. E à medida que internalizamos este exílio, percebemos a estrangeira dentro de nós e, muito frequentemente, como resultado, nos separamos de nós mesmas e entre nós. Desde então buscando aquele eu, aquele “outro” e umas as outras. E em espirais que se alargam, nunca retornamos para os mesmos lugares de infância onde o exílio aconteceu, primeiro nas nossas famílias, com nossas mães, com nossos pais. A escrita é uma ferramenta para penetrar naquele mistério, mas também nos protege, nos dá um distanciamento, nos ajuda a sobreviver. E aquelas que não sobrevivem? Os restos de nós mesmas: tanta carne jogada aos pés da loucura ou da fé ou do Estado. (ANZALDÚA, 2000, p. 232)*

## RESUMO

Este estudo é pertencente à linha de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Educação da UFR – Universidade Federal de Mato Grosso, Campus de Rondonópolis, “Infância, Juventude e Cultura Contemporânea: direitos, políticas e diversidade”. Investigação que parte das minhas memórias como uma menina preta que experienciou o racismo durante a sua escolarização básica e continua vivendo-o na sua profissão. Hoje, como mãe solo, professora de história na Educação Básica da rede pública estadual de ensino de Mato Grosso e agora mestranda, rememoro que, desde a minha infância, venho vivendo e experimentando o fato de ser uma mulher preta em um país diabolicamente racista, e foi na graduação que levantei questionamentos do porquê não me ver representada no corpo docente das instituições educacionais das quais eu fiz parte, seja no início da minha escolarização, seja na graduação e pós-graduação, e/ou nas escolas em que trabalhei e trabalho. Partindo destas indagações de marcadores sociais que me atravessam, o principal objetivo desta dissertação é analisar as memórias de escolarização de mulheres negras que concluíram o Ensino Superior em Universidades públicas no Estado de Mato Grosso, focando nos diálogos entre as suas memórias e as minhas, nos quais busco compreender os sentidos sobre esses processos, as experiências de infância e juventude na escola e em outros espaços educacionais, bem como os efeitos das interseccionalidades nas suas trajetórias de vida. Relaciono, ainda, algumas ressignificações de experiências subjetivas atravessadas por marcadores sociais racializados, uma vez que, ao se trabalhar com as memórias de escolarização, a escola, como instituição social basilar nas vidas de crianças e jovens, é também problematizada em sua estrutura, suas práticas e relações sociais, onde devemos reconhecer que o racismo e outras tantas discriminações persistem nestes e em outros espaços e deixa máculas nas vidas desses grupos, onde nós, como educadoras/es, e a sociedade em geral possamos promover ações que possam transformar concepções e práticas dentro do espaço escolar e acadêmico.

**Palavras-chave:** Memórias; Educação; Escolarização; Mulheres negras.

## ABSTRACT

This study belongs to the research line of the Graduate Program in Education at UFR – Federal University of Mato Grosso, Rondonópolis Campus, “Childhood, Youth and Contemporary Culture: rights, policies and diversity.” Dissertation that starts from my memories as a black girl who experienced racism during her basic schooling and continues to live it in her profession. Today, as single mother, a history teacher in Basic Education in the state public school system in Mato Grosso and now a master’s student, I remember that, since my childhood, I have been living and experiencing the fact of being a black woman in a diabolically racist country, and it was at graduation that I raised questions about why I didn’t see myself represented on the faculty of the educational institutions of which I was a part, whether at the beginning of my schooling, whether at graduation and post-graduation, and/or in the schools where I worked and work. Starting from these questions of social markers that cross me, the main objective of this dissertation is to analyze the schooling memories of black women who completed Higher Education in public universities in the State of Mato Grosso, focusing on the dialogues between their memories and mine, in the which I seek to understand the meanings of these processes, the experiences of childhood and youth at school and in other educational spaces, as well as the effects of intersectionality’s on their life trajectories. I also relate some resignifications of subjective experiences crossed by racialized social markers, since, when working with the memories of schooling, the school, as a fundamental social institution in the lives of children and young people, is also problematized in its structure, its practices and social relations, where we must recognize that racism and many other discriminations persist in these and other spaces and leave stains on the lives of these groups, where we, as educators, and society in general can promote actions that can transform conceptions and practices within the school and academic space.

**Key words:** Memoirs; Education; schooling; black women.

## **LISTA DE SIGLAS**

DRE – Diretoria Regional de Educação

FBSP- Fórum Brasileiro de Segurança Pública

GEMAA - Grupo de Estudos de Ações Multidisciplinares de Ação Afirmativa

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

UFR – Universidade Federal de Rondonópolis

UNEMAT - Universidade Estadual de Mato Grosso

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

SiSU - Sistema de Seleção Unificada

UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO

<b>1 MEMÓRIAS, RACISMO E AS VIDAS DE MULHERES NEGRAS</b>	<b>24</b>
<i>1.1 As narrativas de mulheres negras: suas escrituras</i>	26
<i>1.2 Racismo estrutural, institucional e necropolítica</i>	34
<i>1.3 O cabelo na memória de quem ainda não se via como negra</i>	41
<i>1.4 Escolarização de mulheres negras no Brasil e o esquecimento de suas trajetórias</i>	48
<i>1.5 In memoriam de quatro mulheres negras que ousaram estudar quando tudo não lhes era permitido devido à sua negritude</i>	53
<i>1.5.1 Maria Firmina dos Reis, romancista, poetisa e professora</i>	54
<i>1.5.2 Bernardina Elvira Rich, professora primária e jornalista</i>	55
<i>1.5.3 Antonieta de Barros, professora, jornalista, escritora e a primeira deputada negra do Brasil</i>	56
<i>1.5.4 Enedina Alves Marques, professora e a primeira mulher negra engenheira civil</i>	58
<b>2 A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA VIDA DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL</b>	<b>61</b>
<i>2.1 As políticas públicas de ações afirmativas</i>	63
<i>2.2 Ações afirmativas e o fortalecimento das pessoas negras na educação superior</i>	71
<b>3 A INTERSECCIONALIDADE COMO PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA</b>	<b>74</b>
<i>3.1 Compreendendo o feminismo negro e as suas especificidades</i>	74
<i>3.2 Ainda é preciso enegrecer o feminismo</i>	81
<i>3.3 Avenidas identitárias: o que é essa tal interseccionalidade?</i>	88
<b>4 ESCOLA, MEMÓRIAS E INJÚRIAS</b>	<b>98</b>
<i>4.1 E quando é que a gente se entende como mulher negra?</i>	98
<i>4.2 E os apelidos? E ser a “Macaca Chita” da escola, como era isso?</i>	101
<i>4.3 Como as experiências de racismo nos atravessam e nos marcam</i>	105

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>113</b>

## INTRODUÇÃO

Por que sou levada a escrever?

Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesmo e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever (ANZALDÚA, 2000, p. 232).

Como eu escreveria e a quem se destinaria esta dissertação?

Estes foram os primeiros questionamentos que eu me fiz quando escolhi o tema desta dissertação sobre as mulheres negras, sobre gênero, a raça, sobre as minhas memórias de escolarização, da classe, das perdas e principalmente das conquistas deste grupo que é tido/visto/designado como marginal, inferior, estereotipado nas mídias, atravessado por estas intersecções múltiplas, triplas, baseadas em concepções culturais de cunho patriarcal, capitalista, sexista, machista, racista, misógino, que é reflexo do projeto de expansão colonial eurocêntrico.

Escrevo, então, para estas mulheres pretas, *in memoriam*, para as minhas contemporâneas e as que virão depois de mim, à minha filha e à minha sobrinha, às minhas alunas, às minhas colegas de profissão (pretas ou não), aos homens pretos/brancos, para quem um dia viu em mim a certeza de que para sempre eu ocuparia posições vistas como inferiores, ou que achavam que eu seria uma mulher preta sem perspectivas futuras, uma neguinha do beijo grande que não chegaria até aqui. E como enfatizou Anzaldúa (2000) ao falar da importância da escrita:

O ato de escrever é ato de criar alma, é alquimia. É a busca de um eu, do centro do eu, o qual nós mulheres de cor somos levadas a pensar como “outro” – o escuro, o feminino. Não começamos a escrever para reconciliar este outro dentro de nós? Nós sabíamos que éramos diferentes, separadas, exiladas do que é considerado normal, o branco-correto. E à medida que internalizamos este exílio, percebemos a estrangeira dentro de nós e, muito frequentemente, como resultado, nos separamos de nós mesmas e entre nós. Desde então estamos buscando aquele eu, aquele “outro” e umas às outras (ANZALDÚA, 2000, p. 232, grifos da autora).

Busco falar em nome de outras mulheres, do povo preto em geral, da coletividade e para este texto utilizo uma análise das trajetórias e das memórias de escolarização de mulheres negras escritoras que, assim como eu, concluíram o Ensino Superior em Universidades públicas no Estado de Mato Grosso. Busquei também compreender os sentidos sobre os processos de escolarização, as experiências de infância e juventude na escola e na Universidade, e os efeitos de marcadores sociais nas experiências escolares das participantes desta pesquisa. Aqui explicitamente discuto e analiso como os espaços educacionais, em sua maioria massacrante ainda perpetuam a invisibilidade de determinados grupos, posto que foram redefinidos na formação de relações na era colonial (século XVI ao XIX), que na América se baseou em identidades sociais separadas entre si: *européus, índios, negros e mestiços*, como disserta Aníbal Quijano (2005, grifos do autor).

Sabemos que o racismo e a escravidão são os fundamentos importantes e centrais do capitalismo do mundo moderno, evento este que potencializou a acumulação primitiva do capital, constituindo a própria estrutura do sistema mundo-capitalista e da formação da sociedade brasileira. Quijano (2005) apresenta-nos que as novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram então associadas a essa natureza dos papéis e lugares dessa nova estrutura global de controle do trabalho. Podemos refletir justamente que a sociedade atual, os modelos econômicos, o próprio racismo e a colonialidade cultural são reflexos desse passado do sistema capitalista que teve seu início na Europa e se espalhou pelo mundo. O autor então analisa e questiona essa naturalização das relações de poder coloniais presentes no pensamento daqueles que educam e são educados sob essa hegemonia eurocêntrica, e aqui a discussão permeia justamente no sentido de compreender que os espaços das mulheres negras nesses diversos segmentos, sobretudo na Educação Básica e na Universidade Pública, não são garantidos pelo Estado da maneira como deveriam porque assim fora planejado por esse projeto. Esses lugares não são mantidos e, assim, não serão ocupados por esses grupos específicos, porque é isso que o colonialismo europeu arquitetou e aplicou a ferro e fogo por séculos nos países em que se instalou.

Em se tratando desse modelo de expansão colonialista, nós, os pretos/as, fomos sendo cada vez mais colocados como o “outro” não pertencente à cadeia da evolução humana apresentada por eles, os brancos europeus. Na perspectiva da branquitude,



somos considerados/as como a raça primitiva que caminha lado a lado com o macaco e outros animais tidos como seres bestiais<sup>1</sup> que no olhar do branco não evoluiu intelectualmente e, por isso, estar/pertencer a certos segmentos torna-se inconcebível. É este caminho longo, doloroso, com perdas e vitórias, que procuro contar, por meio de relatos que remetem às minhas memórias, mas se entrelaçando com as memórias e as experiências de outras mulheres pretas, sejam autoras/res negras/os, sejam as mulheres que participaram desta pesquisa, seja por meio das obras como as de bell hooks (2014; 2015; 2019; 2020), Angela Davis (2016), Djamilia Ribeiro (2018; 2019; 2020; 2021), Grada Kilomba (2019), Glória Anzaldúa (2000; 2009), Kimberlé Crenshaw (2002); Lélia Gonzalez (1982; 1984; 2018), Patrícia Hill Collins (2016; 2019; 2021), Sueli Carneiro (2003; 2011; 2017; 2020; 2021), Nilma Lino Gomes (1996; 2003; 2008; 2019), Silvio Almeida (2021), Achille Mbembe (2016), Aníbal Quijano (2005), dentre outras/os que trazem em seus escritos os múltiplos sentidos do racismo e como este evento interfere na vida do/a negro/a em sua totalidade. Trazendo perspectivas mais próximas da minha realidade, trabalho com memórias sob a forma de relatos dessas quatro mulheres mato-grossenses, mestras em educação, com idades, carreiras e trajetórias de vida pautadas na luta contra essas imposições euro civilizatórias. São elas:

Claudia, 48 anos, casada, dois filhos, mestra em educação, doutorado em andamento no momento da entrevista, professora da Educação Básica da rede pública estadual de ensino e do município de Rondonópolis-MT.

Sou Claudia, sou pedagoga, minha especialização é em psicopedagogia, e eu tenho mestrado em educação que terminei em 2016. Estou cursando doutorado agora na UCDB, doutorado em Educação, tenho 48 anos de idade, sou casada, tenho dois filhos maravilhosos, um caszinho. Sou professora com muito orgulho, sou professora da educação básica, da educação infantil, sou servidora do estado e do município aqui em Rondonópolis.

Julianne, 42 anos, mestra em educação, doutorado em andamento, professora de educação profissional e jornalista, em processo de divórcio no momento da entrevista, mãe de um filho, mora em Rondonópolis, Mato Grosso.

---

<sup>1</sup> (*latim bestialis* – e) adjetivo de dois gêneros 1- que é próprio de besta; 2- brutal; 3- estúpido; 4- grosseiro; 5- errôneo, 6- repugnante; (DICIONÁRIO PRIBERAM, 2022, s.p., grifos do autor) Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/bestiais> acesso em 20 fev. 2022.

Eu sou Julianne Caju, a minha formação é em comunicação social, habilitação em jornalismo, então eu sou jornalista, eu também sou professora de educação profissional, formada pela UFMT em 2002, e lá pela UFMT eu fiz uma especialização em educação profissional e tecnológica, pela UFMT fiz também um mestrado em educação, terminei no ano de 2017 o mestrado e agora pela UFMT também estou estudando doutorado no estudo de cultura contemporânea, comecei esse ano. Quem sou eu? Eu sou cuiabana de ‘tchapa e cruz’, eu tenho 42 anos, sou filha de dois mato-grossenses, meu pai é cuiabano e minha mãe é de Santo Antônio do Leverger, tenho dois irmãos e um filho de oito anos [...] Eu vou falar que gosto muito, eu costumo dizer que eu amo ser jornalista e sinto muito prazer em ser professora, vejo que essas duas profissões, elas possibilitam muito a... Deixar um pouquinho daquilo que eu venho lendo, daquilo que eu vivencio, das coisas que eu vivencio, e vejo que essas duas profissões me ajudam muito a fazer com que os processos de ensino-aprendizagem, eles aconteçam a partir dos contextos das pessoas, mas que também eu consigo através deste meu ser jornalista, desse meu ser professora a provocar discussões, provocar problematizações, provocar questionamentos e fazer as pessoas refletirem sobre o que é estar neste mundo e das coisas que precisam ser dialogadas e das que precisam ser mudadas... Então, é isso assim...

Patrícia, 34 anos, casada, mestra em educação, professora da Educação Básica da rede pública estadual de ensino, mãe de um filho, mora em Rondonópolis.

Olá, meu nome é Patrícia eu tenho 34 anos, sou professora também de Língua Inglesa da rede estadual, efetiva, consegui me efetivar no último concurso que teve agora em 2018, sou mãe do Arthur, bebê de 4 meses, sou casada, sou uma mulher negra feminista, da classe trabalhadora, pobre, professora, eu sempre costumo me enunciar, né? Falando todos os vetores que constitui a minha identidade, né! Então, basicamente isso.

Lúzia, 50 anos, divorciada, mestra em educação, professora da Educação Básica da rede pública estadual de ensino e na rede municipal, mora em Peixoto de Azevedo.

Eu sou filha de Sílvio José Rodrigues, afrodescendente e Maria de Lourdes Rodrigues descendente direta de indígenas quilombolas, eu sou a mulher dos movimentos sociais, que nasceu no movimento sem-terra, e sou tudo o que os meus pais foram e os ancestrais também. Minha primeira formação é dos movimentos sociais, para depois começar minha formação acadêmica, na vida particular sou mãe solo de três filhos, que luta para que o mundo fique melhor para os meus descendentes, para que eles tenham mais oportunidades e mais acessibilidades, para o mundo eu me descrevo como uma pessoa que sempre estive na luta, na luta pelos nossos direitos e garantia deles, na ampliação de vagas, seja no sistema de ensino público fundamental, graduação e pós-graduação. Eu me considero uma referência para toda comunidade, de luta, na garantia dos direitos da criança, da mulher e do idoso. Também sou a mulher sensível, sou a mulher que escuta, sou a mulher que também tem seus tropeços, sou a mulher que também tem os grandes vales de solidão por ser uma mulher negra.

Como a trajetória destas mulheres pretas e de tantas outras que nos antecederam, que nos rodeiam, a minha passagem pela escola foi repleta de conflitos múltiplos, pois

fora nesse espaço e naquele período que se desenvolveram tensos processos na construção da minha identidade como menina/adolescente negra. Foi então ali, em busca do conhecimento que a escola poderia me oferecer que o racismo me mostrou sua face, atrelado ao sexismo, ao machismo e à discriminação pela minha condição social. A concepção desta dissertação nasce das minhas memórias como uma mulher negra universitária também, pois durante a minha primeira formação acadêmica em uma Universidade Pública, UNEMAT (polo de Cáceres com o núcleo em Matupá-MT, de 2013 a 2018), eu não me via representada nas minhas professoras mulheres que eram mestras e/ou doutoras e foram nossas docentes acadêmicas, e algumas questões surgem em minha mente: por que minhas professoras da graduação não eram mulheres negras? Por que só tive a oportunidade de ver uma mulher negra e uma indígena no quadro de professoras durante todo o percurso dos quatro anos da graduação e nenhuma era doutora, por exemplo? E por que não me vejo representada, como mulher negra, nesse espaço educacional específico?

Veio a oportunidade sem par de cursar uma pós-graduação por uma instituição pública federal, e, no decorrer dos semestres novamente perguntas como estas surgiram, e agora, no mestrado em educação: Por que não tive professoras doutoras mulheres negras ministrando disciplinas, no período em que estive como discente? (abro parênteses aqui para o fato de que isto ocorreu na linha de pesquisa à qual eu pertencço). Com estas questões em aberto, eu comecei a refletir que nos espaços educacionais onde trabalhei e trabalho, eu não vejo representatividade feminina negra nos cargos da gestão das escolas (coordenadoras, diretoras, tanto dentro das escolas como nos segmentos que as coordenam, como o DRE – Diretoria Regional de Educação, do polo de Matupá-MT). Há uma grande soma de mulheres em cargos de liderança, mas não são pretas, principalmente no polo em que sou lotada.

Entendo que se começarmos a levantar cada vez mais questionamentos sobre tais situações, possamos ter mais ações que culminem em garantia desses lugares e a sua ocupação, pois se aceitarmos caladas que esses segmentos não nos permitam estar posicionadas em cargos de liderança, as perguntas que eu faço sempre existirão e nada será feito para que as coisas possam mudar de fato.

Escrevo e justifico minha escrita novamente porque vivo em um país que renega e rejeita suas origens e tenta apagar e silenciar vozes negras, onde se inviabilizam

mentes e corpos pretos que o construíram, em uma sociedade que tenta embranquecer suas raízes históricas, rejeita sua verdadeira origem, nós (mulheres de cor) vamos semeando textos, histórias, escrevivências de gente preta que sabe ao que e para que veio a este mundo, enaltecendo nossa ancestralidade africana, nossos saberes, nossas crenças.

Escrever ajuda-me a encarar o racismo que sempre se fez presente em minha vida, desde a minha infância, lá dentro do espaço escolar e nas minhas outras diversas relações, e na forma que ainda hoje o sinto presente no olhar daqueles que me cercam. Seguirei pesquisando e escrevendo sobre este tema sempre, porque eles não podem mais nos amordaçar como no passado escravagista brasileiro faziam com os negros que ousavam falar e rejeitar o que lhes era imposto pela humilhação da escravidão.

Ainda nesta introdução quero relatar a importância da escrita em minha vida, pois, desde pequena, com meus 10 anos de idade, eu já rabiscava pequenos textos, que, com o passar dos anos, foram se transformando em poemas/desabafos, e estes narravam minha solidão como menina/adolescente negra, que passara a sofrer com as inúmeras formas de opressão, principalmente na escola. A escrita me abraçava, me acalentava nos dias mais tristes e sombrios, porque eu queria ir para escola para aprender e me relacionar com as outras pessoas, sempre fui uma menina curiosa que estudava muito, eu tinha/tenho uma verdadeira paixão por conhecer por meio da leitura coisas/lugares/costumes/pessoas, me encantava, como me encanta até hoje, mas, no final dos anos 90, aquele meio escolar não me recebia com o mesmo carinho e amor que eu tinha para oferecer, e cada olhar de preconceito e cada desdém me faziam cada vez me sentir inferior, feia, desajustada. Era quando a escrita e a literatura me colocavam por algumas poucas horas em um lugar mágico, pois mesmo narrando minhas dores em pequenos textos, lá, naquele lugar, no meu quarto com um caderno e uma caneta na mão, eu era a autora da minha própria história, eu poderia ser quem eu quisesse ser, sem aspas e sem as proibições deste mundo tolo que insistia em me rebaixar como mulher negra pobre.

Em 2020, início o mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso, Campus de Rondonópolis, em meio ao início também da pandemia de Covid-19 no Brasil, enfermidade provocada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2), descortino um cenário dentro do corpo docente da coordenação da instituição que é responsável

pela linha de pesquisa em Educação, à qual pertencço: um grupo formado majoritariamente por pessoas brancas. Assim como quando eu era criança na escola, e mesmo agora adulta como servidora pública em uma instituição de ensino da rede estadual de educação, não me vejo representada nestes segmentos educacionais, na equipe de gestão, de coordenação, do mesmo modo que não me via em filmes, séries, novelas em meados dos anos 2000. Quando eu via uma mulher negra na tevê, por exemplo, quando eu era adolescente ela era representada pela empregada doméstica, pela babá, poucas ou quase nenhuma vez representavam personagens de destaque ou protagonistas. Meu espelho na infância eram as apresentadoras brancas, de olhos claros e cabelos louros.

O que será que nos impede de sermos vistas como iguais às outras mulheres, o que, por séculos nos subjugou e nos pôs à mercê da humilhação e do apagamento como sujeitos participantes desses diversos contextos?

Respondo que: é o racismo estrutural, é o sexismo, é o classicismo, é o machismo, é culpa do colonialismo, são todos esses e outros atravessamentos nas avenidas identitárias de quem sonha em dar continuidade aos estudos e se profissionalizar em sua carreira, seja ela qual for. É tudo que atrapalha, proíbe, inibe, nos impede de seguir. São aqueles apelidos tão repetidos na infância, é a lembrança dos “nãos” ou, como a gente dizia: “dos fora” dos meninos que jamais aceitariam namorar uma neguinha beijuda como a gente; é o patrão branco e rico alisando sua nádega, tentando te beijar a força porque vê em você uma menina frágil ou “fácil” que aceitaria aquela investida porque acha que você precisa daquele emprego mais do que precisa da sua dignidade intacta. “Você precisa manter sua mente focada para não cair em depressão, Lediane” - eu sempre repito isso como um mantra para mim mesma, pois a mulher de cor neste país sofre múltiplas dores, e são feridas que não se cicatrizam por completo, são máculas que levamos conosco para a vida toda, e haja terapia e haja fé, e haja esperança dentro de nós para seguirmos em frente. Haja raça!!!

Eu não compreendia por que sofria assédio dos meus patrões, eu não tinha ideia da noção de fragilidade que esses homens viam em mim, de como meu corpo feminino negro representava para eles um espaço passível de ser tocado pelas suas mãos brancas sujas, de ser profanada pela sua tara. Mas eu não permitia nenhum abuso, nenhuma violência, sobrevivi muito por conta da escrita, como Anzaldúa diz: “A escrita é uma

ferramenta para penetrar naquele mistério, mas também nos protege, nos dá um distanciamento, nos ajuda a sobreviver” (2000, p. 232). Fui resistindo e existindo através da escrita, e nesta pesquisa, onde retomo as minhas memórias de menina preta pobre, tudo isto que relatei me permite discorrer sobre o racismo cotidiano que eu vivi, e essas narrativas vêm acompanhadas de um apelido/injúria racial de infância que me perseguiu até o ensino médio: “Macaca chita!”, episódio sobre o qual falarei mais adiante.

Trago a autora Grada Kilomba (2019), que é uma escritora, psicóloga, teórica portuguesa que tem como foco principal em suas obras o exame da memória, traumas, gênero, racismo e o pós-colonialíssimo em sua escrita. Ela aborda, a partir de sua perspectiva psicanalítica pós-colonial como as mulheres são oprimidas, invisibilizadas e sistematicamente silenciadas por estruturas colonialistas brancas. Pensar nesta dissertação é pensar em Kilomba como voz que me impulsiona para uma escrita autoral, autora esta que tive o privilégio de conhecer tardiamente eu diria (mas em tempo), no cursar desta pós-graduação, e que me trouxe outras perspectivas para esta escrita e para a vida, e ler sobre sua trajetória na Universidade me fez ter a certeza de que o tema aqui enunciado era e é o que foi destinado a mim, como minha herança ancestral, porque, como Oswaldo Faustino<sup>2</sup>, disse: “eu trago dentro de mim toda a minha ancestralidade, toda a minha descendência” (2006, p. 07), e deste legado eu Lediane, não fugirei!!!

Kilomba é autora de *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (2019), obra que se originou de sua tese de doutorado, laureada com a nota mais alta e de rara distinção acadêmica, a *summa cum laude*, e foi publicada sob a forma de livro em 2008, em Berlim, e, em 2018, no Brasil. Esta dissertação tem significados múltiplos para mim por causa dos episódios de racismos cotidianos dos quais fui e ainda sou vítima.

O preconceito racial transcende oceanos e existe na mente das pessoas e se dá pelas características físicas que o outro possui, pelos nossos traços negroides, pois baseia-se no que Aníbal Quijano (2005, p. 117) salienta: “[...] os colonizadores codificaram como cor os traços fenótipos dos colonizados e assumiram como característica emblemática da categoria racial.” É o nosso corpo que nos permite ou não

---

<sup>2</sup> Jornalista, escritor, dramaturgo e contador de história que participou do belo projeto *Negras Palavras* (2006), uma produção do museuafrobrasil.

sermos bem tratados e aceitos, racismo ainda é o racismo, talvez mude a forma como acontece na atualidade, mas ainda é o racismo puro, enraizado, engendrado.

Ao trazer alguns depoimentos que se tecem como falas que foram silenciadas em algum momento do passado, pois estas memórias estão vivas para muitas dessas mulheres, muitas vezes em forma de dor, outras como esquecimentos, episódios vergonhosos, fases de descobertas de si como mulheres negras, como relatam as participantes desta pesquisa:

Então, na escola durante a minha infância eu não me entendia como uma criança negra porque eu tinha a pele um pouco mais clara, eu não tinha uma pele negra retinta, né? Então, assim eu não me percebia como uma criança negra. Eu não tenho memória, por exemplo, de ter sofrido alguma questão de racismo na escola, mas na infância, na família, eu me lembro, mas naquela época eu não tinha consciência do que era. (PATRÍCIA, 2021).

[...], mas enquanto a gente não se torna negro, parece que a gente não vê o racismo, né? Parece que a gente não vê os abusos, parece que a gente não vê as violências e enquanto a gente também não tem acesso, quando a gente não lê, né? Sobre o feminismo, sobre a importância desse movimento feminista, parece que a gente não vê também as violências e os abusos que nos acontecem por ser mulher... (JULIANNE, 2021).

Quando procuro situar as memórias das mulheres negras no processo de sua escolarização, deparo-me com muitos casos ainda presentes em espaços que deveriam ser de inclusão e aceitação do outro, mesmo que com suas alteridades, pois o acesso e a permanência das pessoas na educação deveriam ser os mesmos para todos/as/es, mas, no sistema mundo capitalista/racista tão bem estruturado, nunca é, não é mesmo cara gente brasileira!

Mylena Brandão<sup>3</sup> (2021), relembra que:

Quando penso sobre os momentos mais traumatizantes da minha infância, o período da educação infantil é protagonista em praticamente todos eles. Sendo o sistema escolar um dos fatores mais eficazes para a conservação da ordem social, a escola reforça os preconceitos e os estereótipos raciais presentes em nossa sociedade, o que fez com que a minha vivência em sala de aula resultasse em uma série de violências simbólicas que contribuiu para minha baixa autoestima acadêmica (BRANDÃO, 2021, p. 40).

---

<sup>3</sup> Uma das autoras dos textos do projeto LetrasPretas protagonizados por mulheres negras, que surgiu no início de 2017, organizado por Henrique Marques Samyn que é professor efetivo na UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Amanda Lourenço, umas das mulheres negras que se graduaram ali e atualmente é doutoranda da UERJ.

Com este trabalho que para mim foi/é extremamente intenso - costumo dizer: um mergulho profundo dentro de mim mesma em face de tudo o que fui e venho passo a passo me tornando enquanto ser humano, mulher, preta, mãe, feminista negra, profissional - pude perceber dentre tantas descobertas significativas que é preciso lutar, antes de tudo, contra o racismo, o sexismo, contra o opressor, contra essa fala hegemônica do branco sobre o negro, contra os “achismos” e mostrar à sociedade como esses preconceitos se manifestam, sendo assim ditos e escritos por quem sofre com ele, na carne, nas “vísceras”, porque nossa carne negra não pode continuar a ser a mais barata do mercado. E vamos resistindo, através da escrita, porque como Amanda Lourenço (2021) descreve:

Resistimos porque é necessário enegrecermos cada vez mais a academia com nossa presença e com nossas epistemologias. É preciso descolonizar o conhecimento acadêmico, inserir cada vez mais autores negros – especialmente mulheres – nas nossas bibliografias e nos nossos cursos. É fundamental nos vermos nas pesquisas acadêmicas não como meros objetos de estudo estereotipados, mas como produtores de conhecimento. Somos vozes potentes demais para continuarmos no silêncio. Temos muito a contribuir para a comunidade científica do país (LOURENÇO, p. 23, 2021).

Um dos vieses desta dissertação é justamente reivindicar espaço para a voz de quem sente que sua fala é abafada/silenciada, menosprezada, marginalizada, ridicularizada, de quem foi e é motivo de chacota e desdém por esse/a outro/a branco/a, que, no nosso percurso em busca de uma escolarização, de uma formação acadêmica e profissionalização, tentou, e tenta, nos inviabilizar e desestimular, por esta sociedade que nos segrega em todos os setores enquanto pode, como pode.

## **1 MEMÓRIAS, RACISMO E AS VIDAS DE MULHERES NEGRAS**

Eu sou quem escreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político. [...] enquanto escrevo, eu me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade na minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminou (KILOMBA, 2019, p. 28).

O que a escrita sobre memórias negras busca é mostrar que somos sim autoras de nossa própria história, que queremos cada vez mais romper com os paradigmas



sociais que nos foram impostos por anos/séculos e nos posicionam no papel principal de nossas vidas, mostrando que podemos e iremos ser as autoras em todos os projetos que pretendamos realizar, e com o auxílio da escrita que eu possa me opor ao que este projeto colonial predeterminedou como Kilomba (2019) muito bem enunciou.

Conceição Evaristo (2005; 2014) que é uma expoente da literatura contemporânea, grande romancista, poetisa, contista, que usa suas obras literárias como espaço para protagonizar o feminismo negro e denunciar o racismo dentre as diversas formas de discriminação pelas quais o povo preto perpassa. Relata sobre algumas de suas memórias, aborda alguns tabus, instigando seus leitores a questionar algumas imposições sociais, e a autora tenta demonstrar com sua literatura uma realidade diferente, na qual mulheres negras podem ser resistentes e combativas. Ela cria e nos mostra personagens crianças, jovens, adultos, idosos, criminosos, pessoas sensíveis, sonhadoras, os que se sentem derrotados, dentre tantos outros, que estão ali ficcionalizados em suas obras, nos poemas, nos romances que nos revelam o que já sabemos: a sociedade preconceituosa, machista e racista da qual fazemos parte. Evaristo traz em sua escrita justamente esta autenticidade e originalidade que temos, narrando a extrema violência, as várias opressões vivenciadas por mulheres negras e de origem pobre, pois sabemos que ser quem somos é uma dor que muitas vezes não podemos explicar, mas com a escrita podemos compartilhar este sofrimento e entendermos que não estamos sós, seja na exclusão social que sofremos, seja na luta constante por igualdade de direitos.

Esta dissertação acadêmica, com todas as suas peculiaridades e falhas, busca contribuir para algumas ressignificações das imagens que nos foram impostas e para os sentidos de feminismo negro, como hooks (2019) descreveu ao falar de sua memória de infância:

Minha crítica persistente se nutre do fato de ser parte de um grupo oprimido, bem como da minha experiência com a exploração e a discriminação sexista e da sensação de que as análises correntes do feminismo não constituem a força modeladora de minha própria consciência feminista. Isso se aplica a muitas mulheres. [...] Minha consciência da luta feminista foi estimulada por circunstâncias sociais. Por ter crescido num estado do Sul, numa família negra, operária e dominada pela figura paterna, sofri na própria pele (assim como minha mãe, minhas irmãs e meus irmãos) variados tipos e graus de tirania patriarcal. Isso me enchia de raiva, a mim e a todas nós. A raiva me levou a questionar a política da dominação masculina e me fez contestar a socialização sexista (hooks, 2009, p. 39).

Contestamos, assim como hooks contestou a socialização sexista e o racismo que ela sofrera desde a infância, e reivindicamos nossos espaços, que nossa produção seja legitimada e aceita sem ressalvas, porque ela é necessária e verdadeira como qualquer outra produzida por mãos brancas. É nesta perspectiva que sigo, com muitos motivos para não desistir!

### ***1.1 As narrativas de mulheres negras: suas escrevivências***

Em suas escrevivências, Evaristo (2005; 2014) afirma que seu material literário está profundamente ligado às experiências negras do coletivo, que nasce de dentro, como se ela estivesse no lugar da personagem que ela cria, uma experiência histórica para ela. Nessa perspectiva está também a coletânea *(Sobre) vivências de mulheres negras*, obra organizada por Henrique Marques Samyn e Amanda Lourenço (2021), na qual mulheres pretas narram suas experiências e as “transformações silenciosas” (p. 14, grifos dos autores) que acontecem em suas vidas quando podem publicar seus escritos, textos de jovens negras que escrevem, sobre percepções diversas que retratam suas vivências nesta estrutura racista-escravocrata-capitalista da qual fazemos parte, pois é da sabedoria de nossas ancestrais negras que nos alimentamos como pesquisadoras.

Narrar as memórias de mulheres negras é trazer em evidência fatos e vivências que estavam esquecidos e agora alguém as desenterra, trazendo-as à tona e, com isso, alguns conflitos internos, dramas, lembranças que já se faziam esquecidos ressurgem, como uma das participantes relata ao descrever como foi a sua experiência com o nosso diálogo para esta pesquisa:

Sim, eu revivi tudo e de uma vez só... por hora essas memórias aparecem em alguma conversa, em alguma vivência..., mas assim tudo de uma vez, só agora na sua entrevista para sua pesquisa. Fiquei muito tocada. Emocionada também. É importante olharmos para os caminhos que percorremos, mesmo que tenham alguns que não tinham sido muito tranquilos, ou que tenham até sido de preconceito, de humilhação ou de algo que causou alguma tristeza. Mas os sentimentos ruins, ou momentos não tão legais fazem parte dos acontecimentos da vida. Nossa vida é só mar de rosa. E ser mulher, e mulher preta, e pobre, tem ainda mais sofrimentos... Sonho que as meninas pretas, os meninos pretos, os jovens pretos consigam “Tornar-se Negro”, como cunhado por Neusa Sousa Santos e assim possam somar na valorização de todos que estão em diáspora africana, que sejam sementes na luta antirracista e por um mundo em que a igualdade, a equidade, o respeito, a justiça e o amor prevaleçam. Vejo que é daqui para a frente... não haverá retrocessos, ainda que o cenário atual seja de tentativas de aumentar as exclusões. Mas nossa voz já chegou, já está sendo ecoada, graças a todos que vieram antes de nós, que já lutaram, que já chamaram para olharmos para essa mazela social: o racismo. As Áfricas têm muito a ensinar a todos os continentes e a todos os povos. Eu aprendi, continuo aprendendo e quero continuar

ecoando as produções de conhecimentos através dos lugares que ocupo, dos espaços que estou e com as pessoas que convivo e conviverei. Eu agradeço por ter sido escolhida para sua pesquisa. É mais um lugar para ecoar minhas subjetividades e a partir delas fazer reflexões e propor debates. Gratidão, Lediane! (JULIANNE, 2021).

Assim como Julianne rememora algumas lembranças quando indagada sobre como fora sua infância de menina negra, as memórias são emoções tocantes para nossa existência, seja na academia e/ou na vida profissional, como sujeitos que somos.

Reviver certas memórias pode fazer com que alguns legados inegáveis ressurgam, e falar da historicidade do povo negro fará com que uns se sintam ameaçados, outros lembrados, uns homenageados, outros, ainda, inconformados, pois ver que essas pessoas e em especial as mulheres negras, tiveram uma participação ativa na construção da história do Brasil como uma personagem principal, que interferiu diretamente em vários contextos sociais como agente de mudança e transformação. Trata-se de fato de um assombro para aqueles/as que fazem parte da “casa grande”, estes mesmos que investem tanto em apagar essas marcas deixadas por agentes históricos afrodescendentes. Quando tratamos da escrita, temos que compreender que na sociedade ela é considerada um mecanismo de ascensão social, e quando aquela parcela elitista percebe que a mulher negra quer fazer uso dessa ferramenta, usa de vários artifícios para impossibilitá-la, como no passado impediram que os negros/as tivessem acesso à educação, por exemplo. Evaristo destaca que fora sempre influenciada por sua mãe a se dedicar aos estudos e, no livro *Olhos d'água* (2014), ela descreve que:

Foram, ainda, essas mãos lavadeiras, com seus sóis riscados no chão, com seus movimentos de lavar o sangue íntimo de outras mulheres, de branquejar a sujeira das roupas dos outros, que desesperadamente seguraram em minhas mãos. Foram elas que guiaram os meus dedos no exercício de copiar meu nome, as letras do alfabeto, as sílabas, os números, difíceis deveres de escola, para crianças oriundas das famílias semianalfabetas. Foram essas mãos também que, folheando comigo, revistas velhas, jornais e poucos livros que nos chegavam recolhidos dos lixos ou recebidos das casas dos ricos, que aguçaram a minha curiosidade para a leitura e para a escrita. daquelas mãos lavadeiras recebi também cadernos feitos de papéis de embrulho de pão, ou ainda outras folhas soltas, que, pacientemente costuradas, evidenciavam a nossa pobreza, e distinguiam mais uma de nossas diferenças, em um grupo escolar que nos anos 50 recebia a classe média alta belorizontina. Das mãos lavadeiras, recebi ainda listas de mantimentos, palavras cifradas, preços calculados para não ultrapassar o nosso minguado orçamento (sempre ultrapassavam) e lá ia eu, menina, às tendinhas, aos armazéns e às padarias perto da favela para fazer compras. Nesse exercício de quase adivinhar os textos escritos produzidos por minha família, quem sabe o meu aprendizado para um dia caminhar pelas vias da ficção... (EVARISTO, 2005, p. 02).

E a autora também evidencia em seus escritos que o meio social em que ela vivia sempre a desencorajou a escrever, impondo diversos obstáculos a sua vida escolar e acadêmica, mas que foi graças ao esforço e à simplicidade de sua mãe que ela descobriu as primeiras palavras e a escrita e, assim, ela começou a trilhar seu caminho pelo dom de criar histórias por meio da literatura que teve em suas palavras novos sentidos. Eis aqui a contribuição que esta dissertação pretende trazer: narrar memórias e, assim, dar visibilidade às experiências vividas por outras pessoas, pois, mesmo que o passado tenha se tornado uma vaga lembrança, é justamente para isso que uma historiadora precisa trabalhar: para que essas memórias tenham seus significados expostos, conhecidos e rememorados com o valor que possuíam no contexto histórico em que aconteceram, pois somos constituídos dessas convivências, de como o outro se relaciona conosco, do plural que existe em nós e nos demais. Quando tentam esconder que as pessoas negras resistiram ao preconceito e às tantas violências sofridas, tornam enfraquecida a história da população preta no Brasil. Apagar nossa ancestralidade, nossa cultura, nossas religiões de matrizes africanas, nosso idioma ancestral, é querer apagar nosso local de pertencimento no mundo e criar um mundo onde só o branco europeu exista. Somos sabedores de que a cultura africana existia antes da chegada dos europeus ao continente africano e ao continente sul-americano (os nativos indígenas), e que nossa sociedade preta da África ou indígena daqui do Brasil tinha seu legado histórico tão importante quanto a de qualquer outra civilização.

É a reescrita da real história do povo preto que agora passa a ser contada na perspectiva das pessoas pretas, por quem foi colonizado, e isto é um evento novo no nosso país, que aos poucos vem se propagando, pois narrar histórias antes esquecidas e reescrever outras com vozes antes silenciadas faz-se fundamental para a construção da identidade do povo preto e da cultura afro-brasileira e sua diáspora.

Narro histórias, mazelas, percepções de mulheres negras, conflitos internos causados pela maneira como somos tratadas, suas lutas, seus posicionamentos, suas conquistas, as lágrimas que muitas mulheres derramaram em algum ou em vários momentos da vida, eventos estes que demonstram a interseccionalidade que nós compartilhamos nessas avenidas identitárias, como Carla Akotirene (2019) e Crenshaw (2002) analisam, discriminações essas latentes em nossas experiências. Mas somos como rios, vamos desaguar em mares que confortam a angustiante sina de ser quem

somos num mundo ainda tão racista, e a cada lágrima, nos tornamos mais e mais fortes, porque nunca estamos sozinhas e não temos motivos para nos envergonhar de sermos como somos!

Para esta análise, insiro esta dissertação no rol das pesquisas de abordagem qualitativa, na orientação do que salienta Antônio Joaquim Severino (2000, p. 145) de que é necessário proceder um trabalho de pesquisa e reflexão de cunho pessoal, “autônomo, criativo e rigoroso”. Ele aponta que:

Trabalho *pessoal* no sentido em que “qualquer pesquisa, em qualquer nível, exige do pesquisador um envolvimento tal que seu objetivo de investigação passa a fazer parte de sua vida”; a temática deve ser realmente uma problemática vivenciada pelo pesquisador, ela deve lhe dizer respeito. Não, obviamente, num nível puramente sentimental, mas no nível da avaliação da relevância e da significação dos problemas abordados para o próprio pesquisador, em vista de sua relação com o universo que o envolve (SEVERINO, 2000, p. 145, grifos do autor)

A escolha do tema e, posteriormente, a sua realização e conclusão se tornam um ato político, no qual a neutralidade não existe, pois o desenvolvimento de uma pesquisa científica remete a todo o trabalho histórico que a sustenta. Priscila de O. Xavier Scudder (2019) enfatiza que:

De fato, todo escrito é, em grande medida, autobiográfico. Em nosso caso, vasculhamos coisas pensadas, ditas, intuídas, sentidas e aprendidas no espaço da casa e na relação com os mais velhos, pois reconhecemos neles saberes com os quais queremos dialogar por serem campos de força, por possuírem uma potência capaz de instrumentalizar a vida (SCUDDER, 2019, p. 614).

Caminho no sentido da afirmação da “importância de mulheres negras para a sustentação de grupos familiares, para a sobrevivências de seus descendentes e para a construção de um saber sobre a vida e para a vida” (SCUDDER, 2019, p. 614). Severino ressalta esse caráter pessoal que o trabalho do/a pesquisador/a tem, essa dimensão social que confere esse sentido político, a exigência de uma significação política que engloba os contextos que o cercam e as tramas políticas desses contextos. A escrita que Evaristo e tantas outras mulheres negras produzem e são a base de estudos para esta pesquisa, esta e diversas outras dissertações que discorrem sobre o tema do protagonismo de mulheres, histórias e memórias negras e de escolarização vêm para assumir essa posição política de luta por uma nova maneira de enxergar as mulheres pretas como sujeitos de transformação social, ressignificando nossas identidades e intelectualidades como

autoras, mas principalmente como mulheres atuantes nos contextos sociais a que pertencem, saímos do anonimato e das sombras para os holofotes e não aceitaremos menos que isso. Abordo aqui esses momentos em que as participantes gentilmente compartilharam comigo suas memórias da escolarização que vão se entrelaçando com as minhas e, a partir dessas narrativas, vou construindo os capítulos como se construísse, assim, uma ponte que me faz compreender que, ao criar estes laços, podemos continuar a ser o que Angela Davis (2016) exigiu que fôssemos: que, em uma sociedade racista, sejamos antirracistas!

Indo adiante em sua reflexão, Severino (2000) confere que, mesmo a pesquisa sendo um trabalho autônomo, ela tem essa interrelação dialética com outros/as pesquisadores/as, com os resultados de outras pesquisas e com os fatos. O autor aponta que o/a pesquisador/a precisa ter audácia em sua escrita, arriscar-se e avançar em ideias novas, desde que tudo se manifeste por meio de um diálogo crítico com os autores entre si. A audácia que Evaristo teve em suas obras, nas quais recria e revive identidades que até pouco tempo atrás eram negadas, passando a denunciar os privilégios dos grupos dominantes e a exploração das classes mais humildes, é um dos exemplos de ousadia que é preciso ter quando se quer escrever sobre temas como o racismo e o sexismo.

Para Severino a pesquisa precisa ter caráter *rigoroso*, porque se exige a logicidade e a competência, compromisso assumido segundo o autor, pela decisão da vontade, de modo que não se faz ciência sem esforço, perseverança e obstinação: “a realização de um trabalho de pós-graduação exigirá muita leitura, muita participação nos debates, formal ou informalmente promovidos” (SEVERINO, 2000, p. 148), e só se concretizará e terá amadurecimento, na medida em que o/a pesquisador/a conseguir criar contextos de vida científica sistemática onde sua fundamentação teórica e filosófica perseveram. Por fim, Severino enfatiza que o principal objetivo de uma pesquisa se fundamenta na análise e na interpretação do material produzido, e na consecução desse objeto.

A escrita de Evaristo, na sua mais simples maneira de ser caracteriza-se pelo fato de ser algo do cotidiano da autora, da sua rotina como menina e depois mulher negra e pobre, em que ela vai amadurecendo sua percepção de escrita na consciência de que suas narrativas são advindas das histórias que ela ouvia desde sua infância, como ela mesma cita “A gênese de minha escrita está no acúmulo de tudo o que ouvi desde a

infância. O acúmulo das palavras, das histórias que habitam em nossa casa e adjacências” (EVARISTO, 2014, p. 02-03). É por meio da vivência de Evaristo narrada em textos literários, e conceituada por ela como *escrevivências*, que ela pôde expor o que testemunhara desde menina, enunciando as inúmeras situações vividas pelos grupos subalternizados.

Esta narrativa que teço sobre essas memórias, tanto minhas quanto das mulheres participantes desta pesquisa, nos faz refletir sobre algumas máculas subjetivas, que, no decorrer das entrevistas, percebemos que se tornam experiências comuns entre nós cinco e, portanto, coletivas<sup>4</sup>. São afetos vividos em épocas e locais diferentes, mas que confluem no racismo sistêmico do qual somos vítimas, na maneira como o outro nos percebe, nos trata e nos nomeia. Nas entrevistas que foram realizadas nós nos olhamos, mesmo que por uma tela de computador, e nos vemos como pessoas, duas mulheres que se olham e se veem como unidade e, ao mesmo tempo, com suas alteridades. É justamente nesse olhar-se uma à outra que a fonte oral vai se justificando necessária e relevante como fonte histórica, porque, acima de tudo ela se constitui como um processo de aprendizado para quem as faz, para quem é entrevistado(a) e a quem se torna o leitor do material produzido. Mesmo que o trabalho com memórias e vivências para muitos não tenha importância, é nesse material que vamos encontrar muitas questões importantes para o debate do tema aqui inscrito, como Scudder (2019) analisa:

Quando escolhemos trabalhar com nossas próprias memórias e vivências, percebemos que qualquer discurso que categorize a importância de temas, a partir de alguma hierarquização arbitrária, inspirada em teorias hegemônicas eurocênicas, “verdadeiras”, supostamente capazes de definir o que é mais ou menos relevante, mais ou menos digno de ser analisado, não possui utilidade (SCUDDER, 2019, p. 613).

Nesse diálogo, encontramos diferentes conhecimentos e diferentes saberes que estas mulheres negras trazem de suas experiências de vida e, assim, podemos compartilhá-las e não sentir que estamos em um caminho solo. Trazemos bagagens, conteúdos, nossa ancestralidade ecoa alto, e ao “recapitular o vivido, cria-se de fato um novo capítulo, uma nova lembrança, uma ligação entre gerações, como se todos os que

---

<sup>4</sup> “O ato de escrever é acompanhado, entre outras coisas, por um desejo de pensar profundamente um problema. Os problemas podem ter tamanhos e contornos da macroeconomia, da longa duração, das estruturas das grandes máquinas institucionais da vida cotidiana.” (SCUDDER, 2019, p. 613).

se foram permanecessem não apenas ao lado, observando em volta, mas vivendo em cada um.” (SCUDDER, 2019, p. 616).

Quando falamos de memórias, refletimos por exemplo que nós mulheres negras quando meninas, não tínhamos na escola, muitas vezes, nem mesmo os nossos nomes respeitados porque recebíamos apelidos ofensivos e, assim, perdíamos nossas identidades, ou seja, aquele nome do registro não existia mais ali no ambiente escolar. Lembro hoje de vários momentos na escola em que eu me escondia, me retraía, por vergonha do meu corpo, do meu cabelo, da minha roupa, das vezes em que eu era vista como a feia da sala, a desajustada só por ser negra e ser uma menina alta, e o que soa bem alto são justamente os inúmeros episódios de racismo que vivi, a inércia dos professores, porque não “tomar partido” em uma situação de racismo escancarado é ter lado declarado e, atualmente, eu compreendo o que Brandão (2021) descreveu sobre sua trajetória na escola:

O fato de os professores esperarem sempre o pior de mim me fez questionar, durante um longo tempo, se eu realmente não era “burra” como meus colegas de turma afirmavam. Isso impactou diretamente na construção da minha autoestima acadêmica e me transformou numa criança insegura, que mais tarde se tornaria uma adulta insegura em relação ao seu intelectual e à sua produtividade. Nas aulas, eu não queria participar; não queria falar; não queria nenhum tipo de interação com os professores ou com outros alunos, com medo de errar ou de falar algo que reforçasse a ideia que todos tinham sobre mim (BRANDÃO, 2021, p. 41, grifo da autora).

Entendo que todas essas interações estavam também correlacionadas à ausência de figuras negras nos conteúdos didáticos, nos meios de comunicação, nos cargos de liderança, nos diversos ambientes de trabalho que nos cercavam. Tudo isso reforça o racismo presente no ambiente escolar, Brandão (2021) aponta que “olhar para os livros e não se ver representada neles ou ver pessoas negras em posições secundárias, sem grandes destaques, transforma todo processo de aprendizagem e algo desestimulante” (2021, p. 41-42). Ou como Julianne relata: “então que se eu tivesse tido acesso a leituras de autores negros/as, eu teria crescido uma mulher com uma autoestima diferente, muito mais emponderada.” É por isso que cada vez mais ter acesso a narrativas de mulheres negras é importante para todas nós, para as meninas negras de agora que, assim como eu, não conseguem se ver em textos de literaturas que estão disponíveis na biblioteca da escola, por exemplo, pois este evento nos faz pensar: será que nenhuma mulher negra do século passado sabia ao menos escrever?



Pois, de Rachel de Queiroz (1930-2003), Cecília Meireles (1901-1964), Adélia Prado (1935-2014), Clarice Lispector (1920-1977) à Cora Coralina (1889-1985), nenhuma autora negra me tinha sido apresentada nas aulas de literatura, na minha escolarização, no ensino básico. Mas se estas mulheres negras escritoras, poetisas, jornalistas existiram, mas quem são elas e onde estão suas obras?

Foram esquecidas, silenciadas, apagadas pelo tão falado projeto colonialista e, assim, mantido pela elite branca, e que agora vamos revivê-las, custe o que custar.

Neide A. de Almeida (2006) descreve que a literatura, desde os tempos mais remotos, é considerada uma experiência essencial no processo de formação do sujeito e é por meio dela que podemos ter a oportunidade de conhecer tempos e diversos lugares, experimentar sensações e sentimentos diversos, de maneira que “esta é uma das contribuições essenciais da literatura: a possibilidade de identificar-se, de provisoriamente ocupar o espaço do outro, de uma personagem e, protegidos por essa pele, viver as mais diversas experiências.” (ALMEIDA, 2006, p. 14). E este apagamento de nossa historicidade nos é prejudicial, pois há também no campo literário a relegação da origem africana, sendo ela inferiorizada, discriminada e silenciada no imaginário e na identidade da população brasileira.

Trata-se de mais uma vitória do projeto colonialista que conseguiu esconder obras como as de Maria Firmina dos Reis (1825-1927), que foi a primeira romancista brasileira e escreveu o romance *Úrsula*<sup>5</sup>, considerado um dos primeiros escritos produzidos por uma mulher no Brasil, sendo ela uma mulher de cor. Suas obras não figuram nos livros didáticos das escolas das redes públicas ou privadas do país, porque assim foi orquestrado por esta sociedade branca racista que elabora o conteúdo que é direcionado aos/às estudantes. Mas estamos vindo, nós, as outras mulheres negras, para agora sim, mostrar estas e tantas outras potentes vozes negras da literatura, das artes e de todas as ciências, porque nos reerguemos todas as vezes que tentam nos derrubar ou nos calar, não podem mais calar a nossa voz, não!

---

<sup>5</sup> “Seguramente o primeiro romance publicado por uma mulher negra em toda a América Latina e o primeiro romance abolicionista de autoria feminina da língua portuguesa -, no qual aborda a escravidão a partir do ponto de vista do Outro” (LITERAFRO, 2022, s.p.) Disponível em: <https://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/322-maria-firmina-dos-reis> Acesso em: 23 de março 2022.

## ***1.2 Racismo estrutural, institucional e necropolítica***

A cor da pele e o fenótipo de um sujeito quando tratado no âmbito do preconceito racial podem interferir diretamente no seu processo de escolarização e, conseqüentemente, na sua mobilidade social, evento este que é a consequência direta do racismo estrutural, a base da história do país que coloca sempre o povo preto na base da pirâmide social. Sabedores de que a escravidão (1530-1888) deixou, depois de quase quatro séculos de existência neste território, um legado imutável de preconceitos e demais violências que marcam as vidas das pessoas negras. Considerando esse processo de objetificação e desumanização pelo qual o corpo<sup>6</sup> negro/a sofrera e ainda sofre as várias formas de opressões e a manutenção de um status quo, reporto-me a algumas questões importantes levantadas por Aníbal Quijano (2015), Silvio Almeida (2021), Achille Mbembe (2016), Grada Kilomba (2019) e bell hooks (2013; 2014; 2015; 2020).

Analisando a ideia de raça no seu sentido mais moderno, Quijano (2005) sublinha que “a formação de relações sociais fundada nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: *índios, negros e mestiços*, e redefiniu outras” (p. 117, grifos do autor). Daí vem a conotação racial utilizada para definir estas novas identidades e, assim, surgem novas relações sociais que se configuram, segundo o autor, como o princípio da dominação e o surgimento também da noção de hierarquia, em que cada grupo/raça teria seu papel social correspondente, para a qual o branco domina e impõe suas concepções de cultura/crença/ideais/trabalho, as quais os demais grupos têm que acatar. O autor utiliza o termo “codificar”:

Essa codificação foi inicialmente estabelecida, provavelmente, na área britânico-americana. Os negros ali não eram apenas os explorados mais importantes, já que a parte principal da economia dependia de seu trabalho. Eram, sobretudo, a raça colonizada mais importante, já que os índios não formavam parte da sociedade colonial. (QUIJANO, 2005, p. 117).

E como consequência dessa codificação, os colonizadores dominantes chamaram a si mesmos de brancos e outros grupos são apenas os “outros”. Na América, por exemplo, essa ideia de raça, segundo Quijano, foi uma maneira de outorgar

---

<sup>6</sup> “Todas estas opressões são sentidas no corpo, alvo preferencial e constante do poder. Corpo que testemunha, carrega inscrições, narrativas, memórias e ensinamentos” (SCUDDER, 2019, p. 613).

legitimidade às relações de dominação que foram impostas pela conquista. Se olharmos pela perspectiva do eurocentrismo e como a teórica ideia de raça se tornou natural nas relações coloniais de dominação entre aqueles que eram europeus e aqueles que não o são, o autor evidencia algo presente em todos os processos colonizadores, seja nos continentes africano, asiático e/ou americanos, que dependem da relação intersexual ou de gênero.

[...] os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenótipos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO, 2005, p. 118).

Quijano articula eixos importantes para compreendermos a base do racismo que está diretamente ligada ao capitalismo, pois, conforme ele enuncia, esta seria a nova estrutura de controle do trabalho, já que o início do escravagismo se dá justamente nesse momento da história, nesses locais que foram colonizados, onde o sistema escravocrata se tornou algo primordial para a consolidação do sistema capitalista em um contexto global. Immanuel Wallerstein (2007) percorre por uma dialética para criticar essas ideologias que legitimam as várias ações de intervenção política e cultural dos Estados-nacionais europeus sobre esses povos colonizados.

Podemos aqui observar essa estrutura no transatlântico: onde temos a Europa, América Central/Sul e a África, que são o ponto para a compreensão desse sistema nesta pesquisa. Entendo, portanto, que não há como separar escravidão de capitalismo para continuarmos o discurso em torno do racismo estrutural, pois fora entre os séculos XVI e XIX, na corrida escravagista promovida e organizada pelos europeus no hemisfério ocidental, um dos marcos temporais mais importantes da história do mundo Moderno e da era do capitalismo. Muitos autores elaboraram teorias sobre a escravidão moderna como peça crucial dos primeiros momentos da formação do capitalismo mundial. A desigualdade econômica do Brasil está ligada a essa estrutura e ao que é o racismo estrutural presente nesses locais ocupados por europeus. Segundo Wallerstein (2007), é através da formação do sistema capitalista mundial, na Europa do século XVI, que foram impulsionados os diversos processos de dominação econômica, política e cultural nessas

regiões que, até então eram constituídas por outros tipos de relações e padronizadas a sua própria maneira.

O racismo tem em sua base ações que vetam o negro na sua intelectualidade, nas condições que o tornam humano e, assim, os brancos tentam apagar suas histórias e tudo o que fizeram na construção do país em que vivem. Do mesmo modo, esse preconceito sistemático afeta a vida das mulheres negras de várias formas, inviabilizando-as, silenciando-as e diminuindo sua existência. Somos frutos desse passado em que não fora criado qualquer tipo de auxílio, política pública ou indenização pelo tempo de escravidão e/ou assistência aos escravos que foram libertos após a lei Áurea entrar em vigor, deixando-os, como sempre, excluídos e à mercê da própria sorte.

Almeida (2021) debate estas questões contemporâneas que permeiam a desconstrução de algumas noções históricas que promoveram a construção de hierarquias raciais estruturantes da sociedade brasileira, articulando a temática do racismo com os elementos fundamentais na estrutura social do país. Para tal, o autor considera as concepções de raça e racismo, nas quais ele nos mostra algumas teorias sobre a discriminação, uma delas descrita por Gary Becker, em 1957, na obra *A economia da discriminação*, na qual afirma: “o racismo é o resultado de um comportamento orientado por informações insuficientes ou por ignorância” e uma segunda teoria, para a qual, a ética utilitarista adotada pelos economistas neoclássicos, os indivíduos agem visando a otimização racional dos recursos disponíveis, um racista discrimina uma pessoa negra porque simplesmente a vê com *desutilidade* (ALMEIDA, 2018, p. 159-160, grifos do autor, *apud* BECKER, 1957). O negro é para o homem branco, um ser que não lhe dará retorno algum em produtividade e que lhe resulta em despesa. Sendo assim, o racista percebe a pessoa negra como ignorante, mal informada e acredita que a raça interfere na sua produtividade e no seu intelecto. O autor acentua que segue o pensamento de discussão de uma teoria social em seus diálogos sobre o racismo estrutural, e destaca, também, suas duas teses acerca do tema:

Uma é de que a sociedade contemporânea não pode ser compreendida sem os conceitos de raça e de racismo. Procuo então demonstrar como a filosofia, a ciência política, a teoria do direito econômico mantém, ainda que de modo velado, um diálogo com o conceito de raça. A outra tese é a de que o significado de raça e de racismo, bem como suas terríveis consequências, exigem dos pesquisadores e pesquisadoras um sólido conhecimento de teoria social (ALMEIDA, 2021. p. 20).

Para Almeida, o racismo é sempre estrutural, sendo este um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade, como uma manifestação normal de uma sociedade. Nessa perspectiva, o autor ainda frisa: “e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade” (2021, p. 21). Enfatiza também que o racismo constitui as relações no seu padrão de normalidade, uma vez que é uma forma de racionalidade, de normalização da compreensão das relações, constituindo, não apenas as ações conscientes, mas também as inconscientes.

Quando tratamos das desigualdades no Brasil, percebemos que é justamente o racismo que fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das diversas formas de violências que moldam a vida e o cotidiano da sociedade contemporânea. Eu vivi e presencio este racismo, e o vejo se desenvolver como o autor enfatiza, nas entranhas políticas e econômicas da sociedade. É importante entender que a raça é o fundamento para uma forma sistemática de discriminação, esta que é a base da construção do Brasil, como mencionei no início deste tópico, pois Almeida brilhantemente evidencia que ainda é preciso sublinhar que, mesmo que haja relação entre si, o preconceito racial difere-se da discriminação racial e perceber tais diferenças é extremamente necessário:

O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. [...] A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça. (ALMEIDA, 2021, p. 32).

Vale destacar outros pontos importantes acerca de como o racismo é o fator primordial para compreender algumas questões no que se refere à exclusão desses sujeitos de alguns espaços na sociedade. O racismo tem sua essência na negação total e/ou parcial da humanidade que as pessoas negras possuem, constituindo, assim, uma justificativa para praticar o domínio sobre as pessoas não brancas. Compreendemos que o racismo funciona como um mecanismo de manutenção da dominação de classe, em que os arranjos racistas operam em benefício da classe capitalista e em detrimento dos trabalhadores em geral. Além disso, a exploração da mão de obra é tida como um dos meios que a classe dominante encontra para cada vez mais tornar hegemônicas suas

ideias e concepções de mundo, mantendo, assim firmes as opressões com base no que o capitalismo impõe à sociedade como um todo.

Tratamos aqui da estratificação social que acompanha a pessoa negra desde que a escravidão de africanos se tornou um mecanismo de exploração, e isto está diretamente ligado às posições que os sujeitos ocupam no meio em que vivem, pois, a pessoa negra é sempre quem enfrenta uma estrutura de oportunidades sociais diferente e mais desfavorável do que a das pessoas brancas neste país. Essa estratificação social das pessoas negras afeta diretamente suas trajetórias de vida, de modo a cercear suas possibilidades de ascensão social. O racismo estrutural é o que exclui e inviabiliza a inserção de determinados grupos em espaços escolares, como bell hooks (2014) rememora ao analisar que a exclusão de pessoas negras da educação foi uma das armas utilizadas pelo opressor branco para cada vez mais diminuí-las e impossibilitarem-nas de ascender socialmente. Nesta perspectiva, esta dissertação abarca o racismo atrelado ao sexismo e a todas as outras vertentes dos processos discriminatórios vigentes neste país, alicerçados em uma estrutura capitalista, racista e patriarcal.

Além de discorrer sobre o racismo estrutural, cabe abordar aqui sobre o racismo institucional, pois, no decorrer de minhas pesquisas, fica explícito que existe um domínio que se estabelece em parâmetros discriminatórios que estão baseados na raça e que servem como premissa para manter a hegemonia da branquitude nas relações sociais. Kilomba (2019) e Almeida (2021), ao tratar do racismo estrutural ressaltam que as pessoas negras estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas, as quais operam de forma a privilegiar manifestadamente pessoas brancas, destinando os membros dos grupos racializados as desvantagens visíveis e a permanecerem fora dessas estruturas dominantes, estratificadas na pobreza, seja ela material e/ou intelectual.

Os autores argumentam, ainda, que o racismo não é apenas um fenômeno ideológico, mas está institucionalizado, posto que se refere a um padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas como em sistemas e agendas educativas, nas esferas do mercado de trabalho, justiça criminal e em tantos outros segmentos, operando de tal forma que coloca o sujeito branco em larga vantagem em relação aos grupos racializados. Os grupos de poder formados por pessoas brancas assumem padrões a serem seguidos, dominam as instituições públicas, os poderes legislativo, judiciário e executivo, as reitorias das universidades públicas e/ou privadas e outros tantos setores

de vários segmentos. Situam-se nas posições mais altas e, assim, mantêm a existência de regras e padrões específicos que direta ou indiretamente impossibilitam a inclusão, a ascensão e a emancipação de pessoas negras. As mulheres de cor são sempre as mais afetadas por essas políticas que invisibilizam espaços em que se discutem questões ligadas a tais desigualdades.

Segundo Kilomba, o sujeito negro é visto como o *Outro*, é percebido pela sociedade branca das seguintes formas:

*Infantilização*: O *sujeito negro* torna-se a personificação do dependente – o menino, a menina, a criança ou a/o serva/o assexuada/o – que não pode sobreviver sem o senhor.

*Primitivização*: O *sujeito negro* torna-se a personificação do outro violento e ameaçador – a/o criminoso/a, a/o suspeita/o, a/o perigosa/o -, aquele que está fora da lei.

*Animalização*: O *sujeito negro* torna-se a personificação do animal – a/o selvagem, a/o primata, a/o macaca/o, a figura do “King Kong” -, outra forma de humanidade.

*Erotização*: O *sujeito negro* torna-se a personificação do sexualizado, com apetite sexual violento: a prostituta, o cafetão, o estuprador, a/o erótica/o e a/o exótica/o. (KILOMBA, 2019, p. 79, grifos da autora).

Nota-se que nesses espaços naturaliza-se o domínio do grupo formado, em sua maioria, por homens brancos, no qual percebemos que o opressor articula inúmeras situações, usa seus saberes para sempre estar no lugar de poder, e podemos conferir isto nas instituições educacionais também, no que se refere ao material didático/bibliográfico, por exemplo, que é a base de estudos dos cursos superiores, dentre outras formas de funcionamento do projeto civilizatório colonialista, no exercício de sua hegemonia branca racista e machista. Kilomba (2019) afirma, ainda, que a mulher negra é o outro do outro, uma posição que a coloca em um lugar de mais difícil reciprocidade. A mulher negra não é vista nem como branca nem como homem, ela está sempre numa posição que dificulta sua existência na sociedade branca e supremacista, pois temos dupla invisibilidade, uma vez que não está representada nem por um nem por outro grupo. hooks (2014) também enuncia que a sistemática da desvalorização da natureza feminina negra na América do século XIX não foi simplesmente uma consequência direta do ódio do homem branco pela raça, mas, sim, um método calculado de controle, uma vez que durante anos da reconstrução o povo negro livre demonstrava que, se lhes fossem dadas as mesmas oportunidades, poderiam se sobressair em todas as áreas, mas isto não aconteceu nem na América do Norte e nem

por aqui. No imaginário social brasileiro, por exemplo, a mulher negra é apenas um corpo que pode representar apenas a pobreza, como somos olhadas/os quando entramos em uma loja onde “provavelmente” somente pessoas brancas de classe média podem adquirir produtos dali, é o que nos reafirma que não pertencemos àquele lugar, pois parte-se do pressuposto de que não temos o dinheiro para comprar o que está à venda, além de nos “olharem torto”, ainda nos atendem com muita pouca ou nenhuma disposição. Quem já passou por isso? Corpos brancos provavelmente não, mas corpos negros uma vez ou dezenas de vezes, sim, registram experiências como estas.

Em suas análises sobre o racismo e a formação dos Estados Modernos, Mbembe (2016) disserta sobre o modo como a violência está ligada à estrutura que organiza as relações sociais e como elas se reproduzem no cotidiano de diversos grupos, sobretudo nos quais se situa a população negra. Ao tratar de tais ações, Mbembe analisa que os efeitos da escravidão atrelada ao colonialismo continuam presentes nos países periféricos ao abordar o conceito de “necropolítica” como uma ferramenta teórica para a compreensão da ação política do Estado na realidade dessas nações. O autor argumenta que o racismo se constituiu como elemento de controle e dominação nas relações de poder, dentro dos Estados; está no cerne da sua origem. Assim como argumentam outros autores, Mbembe traz presente em seu discurso os impactos que o colonialismo e o sistema escravista deixam na população negra e, assim, possibilitam as desigualdades e as diversas formas de violência sofridas por esses grupos. Fanon (2008) discorre sobre o complexo de inferioridade sofrido pelos negros, de modo a produzir o sepultamento de sua originalidade cultural como um meio de dominação colonial, a ponto de desconsiderar que a pessoa negra tenha tido qualquer traço cultural e de civilização em sua linhagem ancestral, em suas várias vertentes sociais.

É o racismo que permite que se manifestem os mecanismos de morte voltados a quem é deixado para morrer, e Mbembe discorre, ainda, sobre as questões relacionadas ao biopoder, que fora um conceito elaborado por Michel Foucault, a partir do qual procura responder a algumas questões tão presentes nas periferias de muitos países ao analisar quais as condições de práticas que estão no exercício do direito de matar, deixar viver ou expor à morte; quem seria o sujeito dessa lei? E como é implementado o direito que nos diz sobre essa pessoa que é condenada à morte?

Mbembe então teoriza que a noção de biopoder se declara suficientemente capaz



de contabilizar as formas contemporâneas em que o Estado faz do assassinato do seu inimigo o seu objeto primeiro e absoluto. A necropolítica, portanto, nas sociedades capitalistas, remete às instituições promotoras de ações políticas que restringem o acesso de certas populações, no caso, o povo preto, às condições mínimas de sobrevivência, as quais se configuram como espaços que fazem com que a vida dessas pessoas seja precária e suas mortes sejam autorizadas, na definição de quem deve viver, morrer e como devem ser as suas mortes. Se analisarmos a necropolítica na visão do que acontece no Brasil, compreenderemos que isto se demonstra latente nas políticas de segurança pública e na atuação das polícias (polícia armada), que se veem no direito de matar, como, por exemplo, nas diversas operações em que a polícia constantemente promove ações no interior de favelas, áreas periféricas, que, na grande maioria das vezes, se finda com a morte de dezenas de jovens negros que são considerados bandidos (ou não), em todas as regiões do Brasil. É a necropolítica, termo tão bem cunhado por Mbembe, que nos mostra esta concepção do entendimento das diferenças existentes nas nações do Estado em relação a determinados grupos étnicos e de como é distribuído diferentemente o direito à vida de cada sujeito, com base nas características que hierarquizam seus corpos.

### ***1.3 O cabelo na memória de quem ainda não se via como negra***

Foto1: Lediane, 1ª eucaristia, 11 anos (2008)



Fonte: arquivo pessoal (2022)

Ao elaborar esta dissertação, lembrei que durante minha infância a primeira vez que eu me deparei com o racismo em sua mais cruel forma, mesmo sem eu ter a dimensão dessa palavra e o seu conceito, foi na escola e por conta do meu cabelo, momento em que percebi que ele não era visto como “bonito” aos olhos dos meus primos, tios, colegas, professores, vizinhos. Lembro que minha mãe uma vez fez um corte no meu cabelo, eu devia ter uns 10 anos de idade, e esse corte não era o que mais “combinava” com meu tipo de cabelo na visão dos outros. Recordo-me que na época eu, menina, fiquei receosa de ir para a escola daquele jeito, mas minha mãe não era daquelas que permitiria que eu ficasse em casa por conta de um corte de cabelo que eu não gostasse e, sendo assim, fui e lembro como se fosse hoje (agora) os olhares dos colegas, os risos, a cara de espanto de alguns, as piadas prontas, até mesmo o professor não soube esconder que não achava bonito em mim aquele “topete alvoroçado” de um cabelo crespo. Na foto 1, de uns meses depois do corte, já na minha primeira comunhão, havia sido cortado um pouco mais baixo o topete, não estava alto como no início. Lembro que alguns colegas me comparavam à atriz Whoopi Goldberg que na época era uma das raras mulheres negras a protagonizar filmes estadunidenses, e eu achava péssima a comparação, evento que hoje em dia me enche de orgulho por toda a trajetória da atriz dentro e fora das telas.

O sentimento que eu tive por causa das ofensas gratuitas que recebi na época até hoje me causam enjoo, um misto de revolta e mágoa. Naquele dia eu queria sumir, me enfiar em qualquer buraco ou ficar invisível para que ninguém mais pudesse me ver, pois não aceitava que aquelas pessoas pudessem rir da minha aparência daquela forma tão humilhante e desumana como haviam feito. Eu não tinha a mínima noção na época que estava sofrendo discriminação por conta da minha aparência e nem racismo por conta do meu cabelo crespo e lembro exatamente que ouvi um colega dizer assim: “Parece uma bucha de Bombril”, em referência ao formato que ficara meu cabelo. Este foi apenas um dos episódios tristes que até hoje me emociona e causa repugnância dentro de mim. Como nos desumanizam, nos adjetivam usando objetos e animais para nos ridicularizar de tal maneira que somos nós que ficamos com vergonha, quando deveriam ser eles a ter este sentimento. Ir para a escola ou qualquer outro lugar depois disso se tornara um martírio, era doloroso ser olhada da maneira como nos olham quando veem

em você algo que julgam não ser visto como normal. Como pode não ser considerado dentro da normalidade o cabelo de uma menina negra de 10 anos?

Foram tantos episódios de racismo que sofri, e como disse Patrícia, uma das participantes desta pesquisa: “Então, na escola, durante a minha infância, eu não me entendia como uma criança negra porque eu tinha a pele um pouco mais clara, eu não tinha uma pele negra retinta, né?” Eu, Lediane, também não tenho o tom de pele preto retinto, mas eu fui atravessada por essa discriminação porque tenho os traços da negritude em mim, e vi isto acontecer com outras colegas negras também, e percebia que meu corpo não era aceito como tal naquele espaço escolar, na igreja, no clube de jovens que eu sonhara em poder participar, na rua onde morava. Kilomba discorre que no “[...] racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão “*fora do lugar*” e, por essa razão, corpos que não podem pertencer. Corpos brancos, ao contrário, são construídos como próprios, são corpos que estão “*no lugar*” (2019, p. 56, grifos da autora), os corpos brancos sempre pertencem e, então, sempre serão aceitos.

Na reverberação de minhas memórias, eu percebi que meu cabelo era um dos fatores que me definiam para os demais colegas como menina negra, mas na época eu não tinha a dimensão desse evento, eu estava construindo minha identidade a partir de como os outros me enxergavam por meio da minha aparência como sujeito: feminina negra e pobre, e eu percebia, também, que, estando nesta condição de ser, alguns lugares não me cabiam, assim como o meu cabelo não cabia dentro daquela normativa de beleza e reconhecimento do sujeito imposto pelo modelo euro civilizatório que nos dita todas as regras de etiqueta, de aceitabilidade ou não.

Nilma Lino Gomes é uma educadora, escritora, ativista em diversos movimentos sociais, que tem sua vida pautada na luta por uma educação em que pessoas negras estejam inseridas nos lugares que lhes pertencem e façam uso desses espaços para que possam criar meios para combater o racismo. Foi a primeira mulher negra a chefiar uma universidade pública federal, a UNILAB, no Ceará, é ex ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (2016) do Brasil. Gomes (2003) elaborou um estudo sobre o olhar em relação à questão do corpo negro e do cabelo crespo dentro do espaço escolar, discutindo as relações entre educação, cultura, identidade e formação de professores e tendo como enfoques principais a corporeidade e a estética. A autora

aponta que, nos depoimentos que ela havia recebido, a escola apareceu como “um importante espaço no qual também se desenvolve o tenso processo de construção da identidade negra [...] lamentavelmente, nem sempre ela é lembrada como uma instituição em que o negro e seu padrão estético são vistos de maneira positiva” (2003, p. 167). Em meados dos anos 2000, quando Gomes escreve esse texto que foi baseado em partes em uma pesquisa com depoimentos e relatos de pessoas negras que passaram pela escola e as suas experiências com os preconceitos sofridos por essas interseccionalidades que englobam sua aparência, ela discutiu como o espaço escolar lida com o corpo negro e o cabelo crespo, mesma época em que eu estava terminando o Ensino Fundamental e trazia comigo muitas questões acerca do meu corpo, do meu cabelo, da minha cor, da minha classe social. A autora, ao falar do corpo e de como algumas partes são veículos de comunicação para a sociedade, afirma que:

O corpo localiza-se em um terreno social conflitivo, uma vez que é tocado pela esfera da subjetividade. Ao longo da história, o corpo se tornou um emblema étnico e sua manipulação tornou-se uma característica cultural marcante para diferentes povos. Ele é um símbolo explorado nas relações de poder e de dominação para classificar e hierarquizar grupos diferentes. O corpo é uma linguagem e a cultura escolheu algumas de suas partes como principais veículos de comunicação. O cabelo é uma delas (GOMES, 2003, p. 174).

O cabelo é um dos elementos mais visíveis e destacados do nosso corpo, nosso veículo de expressão e para cada cultura o cabelo tem uma simbologia diferente, tendo sua importância como símbolo identitário de caráter particular e intransferível, e segundo Gomes (2003) o racismo tenta impor através do cabelo e da cor da pele uma ideia de inferioridade para o/a negro/a. Patrícia (2021) que passou pela escolarização na mesma época que eu, relata:

Então, você falou agora eu lembrei assim de um episódio também do Ensino Fundamental, eu tinha vergonha por exemplo de usar o meu cabelo solto porque eu tinha vergonha do volume do meu cabelo, né? Naquela época era muito difícil ser cacheada na minha adolescência, na minha infância é diferente do que a gente vive hoje, né? Não tinha essa questão de empoderamento do cabelo cacheado, ele jamais era associado ao símbolo de beleza, então, eu lembro que eu vivia com meu cabelo preso eu não tinha coragem de soltar. E aí um menino da escola, ele começou a me apelidar de testa de amolar facão, porque eu estava sempre com meu cabelo muito puxado para trás e muito preso né? Eu me lembrei disso agora... Eu sofri o racismo, mas eu não tinha consciência do que era, eu tenho essa consciência hoje! (PATRÍCIA, 2021).

Luzia (2021) relata um destes episódios:

No ensino fundamental, no 2º segmento, neste período eu sofri, porque as pessoas amarravam saquinho de geladinho no meu cabelo, grudavam chiclete no meu cabelo entendeu, e em todos esses momentos, nenhum professor, não tinha formação para lidar com essa diversidade, então quem ia lidar com essa diversidade era o meu pai, porque eu arrancava aqui e guardava e falava para ele, e ele falava “quem vai lá ensinar isso pro professor sou eu!” Meu pai, ele ia para a escola e fazia um regaço! (Luzia, 2021).

Gomes (2003) acentua justamente estas questões pelas quais nós, meninas negras, passamos nessa fase de nossas vidas na escola, esse entendimento da simbologia do corpo negro e dos sentidos da manipulação de suas diferentes partes, de modo que o cabelo pode ser um dos caminhos dessa compreensão da condição de menina preta e dos significados de uma identidade afrodescendente, porque a resistência negra torna o cabelo um desses símbolos de revalorização de nós enquanto seres negros, enquanto o racismo faz o inverso disso.

Eu me lembro que eu assistia tevê e não via mulheres negras cacheadas, as pouquíssimas negras que eu via tinham cabelos lisos por produtos de origem química. Eu passava noites e noites criando na minha imaginação de menina como seria ter o cabelo liso, como o que eu via naqueles comerciais da tevê, solto, sem nenhum *friz*, poder passar o pente e não sentir nenhum embaraço. Eu assistia a desfiles de moda com a modelo Naomi Campbell, no final dos anos 90 e início dos anos 2000, a única modelo/manequim negra que víamos nas telas, a mais famosa na passarela e eu vislumbrava ter aquele corpo e o cabelo liso que ela possuía, mesmo sabendo que existia por trás toda uma produção química para aquele aspecto da sua cabeleira ser daquela forma. Outra participante relata sua experiência com seu cabelo:

[...], mas assim a minha mãe quando eu era pequena, ela sempre se preocupou com meu cabelo, de passar babosa, de passar um monte de coisas, aí você vê meu cabelo que a raiz dele é ‘enroladinho, meu cabelo é mais encaracolado’, mas sempre teve muito volume, e a preocupação dela, sempre foi essa, de baixar o volume do meu cabelo. Como que fala? Como se fosse: “colocar rédeas no meu cabelo”, não deixar ele ser como ele é, livre, grande, armado, solto... E aí sempre assim, daí eu lembro dela insistindo nisso de passar as coisas para diminuir o volume do cabelo... Aí depois ela passou a fazer muito bobes que era para alisar o cabelo e touca também para alisar o cabelo. Então, eu não podia, né?... Então, assim como ela sempre fez com o cabelo dela, ela sempre alisou o cabelo, então, ela achava que eu ia ficar também mais bonita com cabelo com menos volume, mas como que fala, a palavra está me fugindo, mas é como se fosse colocar mesmo, né? Dentro de uma forma que o cabelo não pode ser do jeito que ele é naturalmente (JULIANNE, 2021).

Lembro-me também de assistir uma novela que tinha a atriz Thais Araújo, ícone de beleza para nós, meninas negras adolescentes no Brasil, nos anos 2000, e ela tinha esse cabelo alisado pela química, então, minha referência negra de beleza era aquela imagem de mulher preta, artista famosa e celebrada pelas meninas negras, e ter o cabelo parecido com o dela era meu ideal e o meu padrão de beleza a ser seguido. Para nós, não dava para ter o cabelo igual ao da Xuxa, da Angélica ou da Eliana (apresentadoras de tevê brancas), o que dava para ser parecido era o cabelo “alisado” igual ao da Thaís Araújo. Hoje em dia eu faço essa pausa para analisar que naquela época eu não me questionava sobre o porquê desejar ter o cabelo como o das apresentadoras brancas, porque eu queria ser parecida com elas, as meninas pretas que me cercavam e eu também apenas sonhávamos em ser iguais a elas e, na atualidade, eu entendo que era justamente porque não nos víamos representadas por este ou aquele programa de tevê, filmes, novelas, séries, desenhos, em que as mulheres negras tinham seus fenótipos exaltados e eram um símbolo de beleza. Ser branca, corpos esbeltos, cabelos lisos pretos ou louros era o que era moda e visto como aceitável, e o que desejamos ser quando meninas é justamente isto: sermos aceitas por aqueles que nos rodeiam. O cacheado e o/ou o crespo não eram aceitos e celebrados, nem havia produtos que atendessem a esse público específico nessas décadas atrás, mesmo sendo nós, negros/as, como população a maior parcela da sociedade. E, assim, na primeira oportunidade que tive, eu fui lá, comprei produtos (Hene Rená<sup>7</sup>) e alisei meus cabelos para tentar me enquadrar à norma de que cabelo bonito é cabelo liso, sem *friz*, sem volume, com corte reto. Entretanto, os traços da negritude permanecem, cabelos lisos ou não, de modo que o alisamento não modifica a forma como os brancos nos percebem, pois, como descreve Victoria Almeida (2021), “eu cresci e comecei a perceber que o problema não era eu, nem meu cabelo crespo, muito menos a minha cor negra, e sim as pessoas preconceituosas que vivem à minha volta” (p. 103). Não há como ter uma transformação física daquilo que somos desde que nascemos, não há uma fórmula mágica que resolva isso. É nessa dimensão que o racismo nos captura dolorosamente, pois até nos aceitarmos, vamos criando invenções, buscando

---

<sup>7</sup> Era um produto de embalagem amarela, que podíamos comprar em farmácias e em casa e nós mesmas aplicar nos cabelos para fazer com que ficassem lisos. A cada aplicação, os cabelos ficavam lisos. Esse produto, embora tingisse e alisasse o cabelo, no meio do processo, quebrava e caía muito. Não tinha um bom resultado, e como sempre, dava para ver o efeito dessa manipulação caseira nos cabelos.

tratamentos capilares para tentar nos enquadrar a essa normativa, mas não chegamos a lugar algum. É a aceitação o caminho para amenizar algumas dores que sempre existem na vida de quem sofre esse racismo cotidiano.

Convém perguntar: em se tratando das humilhações que aconteciam em sala por conta dos nossos cabelos, como isto passava tão despercebido pelos professores que estavam ali? Essa questão das chacotas e das ofensas ao cabelo da estudante negra e outras práticas de racismo às quais fomos submetidas parece que esses profissionais faziam de conta que a violência do racismo não existia, talvez como uma forma de invisibilizar e reiterar a violência sofrida pelas crianças pretas, já que muitos, eu diria que em sua grande maioria eram brancos e isto fazia parte da sua visão de mundo eurocêntrica e racista. Esses educadores não tomavam nenhuma atitude diante do que acontecia, eu mesma não me lembro de nenhuma intervenção de nenhum professor/a em nenhum desses episódios que eu sofri. Brandão (2021) reitera que:

A negligência dos professores diante de situações discriminatórias, a falta de empatia, “brincadeiras” e piadas racistas, agressões físicas, perseguição e exclusão de atividades ou de momentos de lazer pelos colegas de turma foram experiências vivenciadas por mim e que transformaram minha vida durante a pré-escola em um verdadeiro inferno. E embora as escolas defendam o discurso de não há preconceitos entre crianças e que a pré-escola é um ambiente “mágico” e acolhedor, minha experiência não foi tão mágica assim, e eu tampouco me sentia acolhida no ambiente responsável por grande parte dos meus traumas de infância (BRANDÃO, 2021, p. 41, grifos da autora).

Muitos profissionais da educação fazem parte desse meio social excludente, que nos aparta da socialização com os demais porque têm a mesma visão racista e classicista, e muitos não são comprometidos com nosso bem-estar emocional em sala de aula. Estamos tratando da educação escolar e precisamos entendê-la como o processo cultural e articulado com outros espaços educativos que não são somente escolares. Sabemos que a escola é vista como uma instituição onde aprendemos e compartilhamos não apenas os conteúdos das disciplinas do currículo escolar, mas é nesse espaço que vamos aprender também visões de mundo, valores éticos e práticas sociais, carregadas ou não de preconceitos raciais, de gênero e de classe. É na escola que criamos e recriamos invenções de cultura, foi na escola que eu sofri os momentos de racismo mais intensos dos quais tenho lembrança, não houve apoio de ninguém para que eu pudesse suportar e compreender melhor o que eu sofria, não havia ninguém que pudesse me amparar

quando todos a minha volta faziam piadas acerca do meu cabelo, da minha boca, da minha altura, do meu corpo desmilinguido, sobrevivi a tudo sozinha. Enquanto professora, atualmente, entendo que precisamos criar mais debates acerca do racismo e de como ele afeta a nós, meninas/mulheres negras, dentro dos espaços escolares, principalmente no Ensino Fundamental, e de como uma rede de apoio e de diálogos pode auxiliar mais e mais meninas a não sofrerem o que sofri na minha formação escolar. Além de discussões, faz-se importante criar estratégias que realmente possam funcionar como meio de inibir e coibir ofensas, injúrias e demais formas de racismo nesses locais dos quais fazemos parte.

#### ***1.4 Escolarização de mulheres negras no Brasil e o esquecimento de suas trajetórias***

Para uma análise mais aprofundada do tema em questão, trago aqui uma pesquisa sobre a historicidade da educação básica e superior das mulheres negras no Brasil, na qual percebemos que o histórico do acesso das mulheres negras a uma escolarização remete aos tempos do escravagismo e todas as suas configurações de horrores, desumanidade e exclusão do/a negro/a como sujeito de direitos. Discorrer sobre tais processos tem suas limitações, pois a historicidade da pessoa negra sempre foi algo silenciado pela elite branca do nosso país, principalmente próximo à abolição da escravidão e na Primeira República. No que tange ao recorte racial e de gênero, quando tratamos da mulher preta, percebemos como o patriarcado sempre oprimiu e reprimiu o seu trabalho intelectual e sua resistência até o século em que estamos vivendo.

Aqui está presente a reflexão sobre o racismo e a percepção de suas nuances de gênero que atravessam a vida das mulheres negras. Gonzáles (1984) observa que para nós mulheres negras, o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose brasileira e neste sentido, observamos que sua articulação com o sexismo produz vários efeitos violentos sobre a mulher negra em particular, posto que este se perpetua na sociedade dos dias atuais, e estas sempre foram silenciadas ao longo da história e associadas à escravidão, à pobreza, à subordinação, ao sexo e a uma opressão extrema, sofrendo todas as intersecções que possam existir. A mulher negra lutava pela própria vida e sobrevivência como sua única prioridade e, após a abolição da



escravatura, não foi diferente, a luta por uma vida digna continuava intensa para elas, assim como o trabalho braçal mal remunerado ou, muitas vezes, nem pago.

A história da escolarização de mulheres negras perpassa esse processo histórico da memória da colonização do Brasil e, posteriormente, passa por uma nova configuração política, social e trabalhista vivida pós-abolição, na qual a mulher negra continua sendo vista como ser inferior em vários aspectos perante a sociedade branca e em relação ao homem. Trago aqui a visão da mulher branca, segundo o discurso da Igreja Católica sobre elas, como descreveu Rachel Soihet (2002):

Os pressupostos acerca da inferioridade feminina, presente no discurso da Igreja Católica, paradoxalmente, são reafirmados pelo iluminismo, legitimando-se a exclusão das mulheres da cidadania política e civil com a Revolução Francesa, apesar do papel relevante que as mulheres desempenharam no movimento. Tais teorias ganham força durante o século XIX, adquirindo o respaldo da ciência, ídolo do momento. A medicina social assegura constituírem-se como características femininas, por razões biológicas, a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal. Em oposição, o homem, conjugava à sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios. (SOIHET, 2002, p. 14).

Esta visão de feminilidade e fragilidade descrita pela autora era direcionada somente à mulher branca, pois a mulher negra era e ainda é vista de outra maneira, não era tida como um ser frágil, muito menos como recatada, que tinha vocação à maternidade e aos cuidados com o lar. Muito pelo contrário, era vista como trabalhadora útil e desrespeitada como mulher, e não lhe era permitida a constituição de uma família, um paradoxo presente na vida das mulheres negras escravizadas.

bell hooks (2014) destaca como a mulher negra era vista e desumanizada em todos os sentidos pelo homem branco no século XIX, nos Estados Unidos, enquanto a mulher branca passa a ser descrita como uma mulher virtuosa, exaltada como “a nobre metade da humanidade cujo trabalho era elevar os sentimentos dos homens e inspirar os seus mais altos impulsos” (p. 24). A mulher negra era, então, tida como aquela passível dos abusos sexuais e do trabalho pesado nas lavouras. hooks (2014) descreve ainda, que a desvalorização de sua feminilidade ocorreu como resultado da sua exploração durante a escravatura, a qual prossegue no decurso de centenas de anos. hooks (2014) e Gomes (2019) argumentam que vivemos em sociedades com um histórico patriarcal e machista que nos acompanha desde os tempos coloniais, o que interferiu e interfere diretamente no processo de escolarização dessas mulheres.

As experiências das mulheres negras do passado escravista e da Primeira República, como foram a suas caminhadas educacionais nos representam como mulheres negras escritoras e pesquisadoras, que veem na educação saídas concretas desse mundo de esquecimentos em que nos colocaram e ainda querem nos pôr. Nesse contexto, muitas mulheres negras lutaram e ainda lutam para desaprender e superar alguns ensinamentos preconceituosos, discriminatórios e estereotipados que são parte integrante da educação para o gênero e para a raça, a exemplo de como a mulher era vista no mundo até o século XX. Se o acesso e a permanência na escola variam de acordo com a raça, o gênero e a etnia da população, e se ambos estão muito ligados à cor da pele, para mulheres negras, essa inserção, em uma universidade, torna-se ainda mais enredada.

A sociedade brasileira tem como uma de suas características marcantes a discriminação de cor e gênero, e mais de três séculos de escravagismo comprovam isto. Mary Garcia Castro (1998) destaca que na sociedade brasileira é possível distinguir sistemas de privilégios com hierarquias distintas, baseadas em fatores, tais como raça e gênero, afirmando que esses sistemas se entrelaçam provocando situações diferenciadas dos modelos puros.

A educação formal e continuada, ou seja, traduzida em atividades de capacitação em áreas específicas por instrumentalidades variadas, como o emprego, a racionalidade e o cuidado com a qualidade de vida, ou para reconstrução de estereótipos reforçadores de sexismo, é reconhecida como dimensão estratégica no plano de dar poder às mulheres – *empowerment* – para que sejam agentes de outras relações sociais e objetivamente melhor se situarem no mercado de trabalho em geral. Contudo, são ambíguos os significados da ampliação da escolaridade formal para as mulheres, em perspectiva de gênero ou mudanças em homens e mulheres e como cada um é codificado socialmente e se relaciona entre si, no sentido de promoção de igualdades objetivas e respeito de diferenças culturais positivas à individualização (CASTRO, 1998, p. 36, grifos do autor).

A mulher negra no passado tinha funções bem claras na sociedade, que era reproduzir e trabalhar, era tida como um objeto, uma “coisa” mesmo, como discorre Sueli Carneiro (2011):

São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular. Sabemos, também, que em todo esse contexto de conquista de dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é dos momentos emblemáticos de afirmação de superioridade do vencedor (CARNEIRO, 2011, p. 01).

São contextos históricos herdados desse passado de crueldade, nos quais ainda era negado à mulher negra o direito de cuidar dos próprios filhos, o de ter uma família e um lar, enquanto a mulher branca tinha todos esses direitos garantidos há muitos séculos. Tais fatores são também determinantes no acesso à escolarização das mulheres negras.

Trago para o debate a trajetórias de mulheres, como Maria Firmino dos Reis (1822-1917), Bernardina Rich (1872-1942), Antonieta de Barros (1901-1952) e Enedina Alves Marques (1913-1981), as grandes suas conquistas, mas como contar a história de mais mulheres negras como essas mulheres, aqui trazidas à tona, sem documentos, sem fontes? Como narrar percursos de vida tão significativos para a história do país, se existem pouquíssimos relatos e informações?

Todas as mulheres aqui mencionadas apenas começaram a ter o reconhecimento de suas experiências pesquisadas e publicadas há poucos anos, pois, até então, não houve preocupação das autoridades locais, de suas respectivas cidades, em dar a essas personagens da história de cada Estado seu lugar no cenário que compunha suas vidas e carreiras. Em suas épocas, não receberam os créditos que mereciam e suas experiências e conquistas foram sendo esquecidas por suas/seus contemporâneas(os), e demoraram a ser compartilhadas com estudantes e pesquisadores da atualidade. Como Ribeiro (2018) argumenta, temos que colocar o feminismo negro como um convite a rever e repensar como algumas identidades são subalternizadas, e entender que, uma vez que o conceito de humanidade contempla somente os homens brancos, nossa luta é pensar as bases de um novo marco civilizatório para a mulher negra.

Ribeiro (2018) discursa sobre este silenciamento imposto pelo sujeito branco/a, como a máscara de flandres<sup>8</sup>, a mesma que era utilizada para tapar a boca das pessoas negras durante o período de escravização, como objeto para lhes imputar o silêncio forçado. Existiu fortemente esse silenciamento sobre a historicidade negra e não há dúvidas sobre isto. Jessy Kerolayne Gonçalves Conceição (2020) realizou uma pesquisa

---

<sup>8</sup> Uma imagem de uma mulher negra, conhecida e afamada como a Escrava Anastácia que carrega uma espécie de mordaca na boca, conhecida com a máscara de flandres, objeto este que simboliza o silenciamento forçado pelo qual nossos ancestrais foram submetidos na colonização (CONCEIÇÃO, 2020, p. 345).

profunda sobre a real história da escrava Anastácia e sua mordação, afirmando que: “Sendo ou não uma criação do imaginário popular, o fato é que o que envolve nos diz muito a respeito dos apagamentos e silenciamentos, buracos históricos causados pelos processos brutais de colonização” (p. 347). A pesquisadora relata, ainda, que levou muito mais tempo do que ela esperava para buscar informações concisas sobre a história da Escrava Anastácia: “já que cada um dos sites me dava fragmentos de sua biografia, uma informação nova ou incongruente” (347):

É visível a dificuldade imensa em encontrar algum documento oficial sobre a real biografia de Anastácia; por este motivo, alguns pesquisadores nem mesmo acreditam em sua existência, alegando que a litografia de Etienne Arago<sup>9</sup> seria apenas uma ilustração de um dos objetos de tortura. Esse fato só nos comprova o quanto esses silenciamentos foram calcados, gerando apagamentos, enterrando histórias, fazendo com que não saibamos afinal a realidade por trás da imagem, gerando mais questões do que respostas (CONCEIÇÃO, 2020, p. 348).

Para Kilomba (2019), o momento de ruptura com essa máscara acontece quando mulheres negras produzem discursos acerca da negritude, das questões de gênero e raça. Vozes que tentaram silenciar e apagar e que agora são ouvidas, que narram histórias, que penetram nos espaços que lhes eram vedados. A narrativa de mulheres negras, como discorre Anzaldúa (2000), é requisitada, pois “escrever é perigoso porque temos medo do que a escrita nos revela: os medos, as raivas, a força de uma mulher sob uma opressão tripla ou quadrupla”, mas é somente com a escrita que podemos resistir; é um ato de coragem, “porém neste ato reside nossa sobrevivência, porque uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher com poder é temida.” (p. 234), e com o poder da escrita é sempre muito mais temida!

A linguagem para a mulher negra funciona como um mecanismo de manutenção de poder econômico, da sua mobilidade social e uma emancipação como pessoa, podendo ela assim se posicionar e ser ouvida, “nunca vi tanto poder para motivar e transformar os outros como aquele presente na escrita das mulheres de cor” (ANZALDÚA, 2000, p. 234), já que, historicamente, nossas avós e bisavós foram caladas pelo sistema escravista durante a colonização, e é como Anzaldúa descreve: “O

---

<sup>9</sup> Explorador Jacques Etienne Victor Arago, que produziu a litografia *Castigo de Escravos* em sua passagem pelo Brasil no século XIX, onde descreve a história da Escrava Anastácia. (CONCEIÇÃO, 2020, p. 347, grifos do autor)

que significou uma mulher negra ser artista no tempo de nossas avós? Esta é uma pergunta cuja resposta pode ser suficientemente cruel para parar o sangue.” (ANZALDÚA, 2000, p. 234 *apud* WALKER, 1974, p. 60), eventos estes que não cessaram e se fazem tão presentes em nossa atualidade.

Trazer à tona as memórias de mulheres negras é um ato de rebeldia e resistência, posto que é preciso dar visibilidade, notoriedade e voz a essas trajetórias ricas em coragem, rompimento de padrões e paradigmas impostos pela figura opressora, e é uma missão que nos é dada e com a mesma ousadia, e repletas de bravura de nossas ancestrais vamos trilhando este caminho. E vamos, nós todas contar estas e tantas outras trajetórias dessas poderosas e potentes mulheres negras do passado, para minar o projeto euro civilizatório. Sigamos em frente!

### ***1.5 In memoriam de quatro mulheres negras que ousaram estudar quando tudo não lhes era permitido devido à sua negritude***

Temos estudos recentes acerca de registros de trajetórias importantes de algumas mulheres negras que se destacam no cenário da literatura brasileira, na política, na educação como um todo, como aquelas que fizeram frente a movimentos importantes para o feminismo negro antes mesmo desse termo existir, publicando obras sobre a escravidão, racismo, preconceito, exclusão social em sua totalidade, ainda antes da abolição da escravatura e após, como: Maria Firmino dos Reis (1822-1917), Bernardina Rich (1872-1942), Antonieta de Barros (1901-1952) e Enedina Alves Marques (1913-1981). Quatro mulheres, que - cada uma em seu tempo - estiveram enfrentando preconceitos variados, se mostraram fortes e atrevidas, pois eram feministas em uma sociedade machista e patriarcal, negras em tempos de racismo e violência de gênero extremos, sempre zelando e reivindicando por direitos que lhes eram negados, dentre outros fatores de imposição e subjugação por suas interseccionalidades.

Apresento aqui um breve relato da história de vida dessas mulheres, mostrando como foram revolucionárias em seu tempo e mesmo sem o reconhecimento que mereciam ter tido na época em que viveram e bravamente resistiram ao projeto colonialista de exclusão do qual faziam parte para que, na atualidade, possamos celebrá-las por meio da escrita ao narrar suas conquistas no tempo presente. Mereciam muito mais do que essas poucas linhas narrando pedaços de suas vidas, mas lancei as sementes

na terra, quem sabe mais adiante, eu e/ou outras pesquisadoras possamos dar continuidade a essa dissertação, há tanto para relatar, rememorar, enaltecer e parabenizar, mesmo *post mortem* merecem ser homenageadas sempre.

A existência de bibliografia que retrate tais mulheres e suas trajetórias só vem se tornando possível graças ao empenho de pessoas que estão buscando trazer à sociedade tais relatos de vida, pois suas vivências e suas conquistas foram por muito tempo esquecidas e até mesmo silenciadas por aqueles que acreditavam que as pessoas negras mereciam estar à margem de tudo, de uma educação libertadora, de uma mobilidade social justa e igualitária e à mercê dos sujeitos que se declaram superiores, por sua condição social, cor de pele e linhagem, considerando que somente a trajetória de vida do opressor pudesse ter destaque, ser narrada e homenageada. Mas das cinzas renascem essas trajetórias, e vamos aos poucos contá-las para que o mundo saiba da sua existência e importância, que a chama da esperança possa ser acesa e nossa ancestralidade seja sempre celebrada.

### ***1.5.1 Maria Firmina dos Reis, romancista, poetisa e professora***

Maria Firmina dos Reis<sup>10</sup>, nascida em 1822<sup>11</sup> e falecida em 1917, foi romancista, poetisa e professora de primeiras letras maranhense, era filha de mãe branca e pai negro, ficou órfã aos cinco anos de idade, momento em que foi morar com a tia materna, esta que lhe possibilitou acesso à educação por ter condições financeiras para tal. Aos vinte e cinco anos de idade, venceu o concurso público para a Cadeira de Instrução Primária na cidade de Guimarães, Maranhão, e passou a exercer a profissão de professora<sup>12</sup>. Destacou-se por fundar uma escola mista e gratuita, escola esta que seria a primeira do seu Estado e que durou apenas três anos justamente por ser algo inovador demais para a época.

Além de professora, ela foi uma grande escritora, lançou seu primeiro livro em 1860, intitulado *Úrsula*, um romance em que a autora debate suas ideias contra a

---

<sup>10</sup> Pode ser considerada a primeira escritora negra do Brasil. (LITERAFRO, 2022, s.p.)

<sup>11</sup> Dilercy Aragão Adler é a pesquisadora que confirma a data de nascimento de Maria Firmina, pois havia uma confusão com sua data de nascimento e a data de seu batismo (LITERAFRO, 2022, s.p.)

<sup>12</sup> “Formou-se professora e exerceu por muitos anos, o magistério, chegando a receber o título de ‘Mestra Régia’” (LITERAFRO, 2022, s.p.) Disponível em: <https://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/322-maria-firmina-dos-reis> Acesso em: 23 de março 2022.

escravidão e mostra as crueldades que a elite da época praticava. Outras narrativas de ficção que ela escreveu foram: *Gupeva*, de 1861, que é uma curta narrativa de temática indianista que foi publicada em capítulos na imprensa local e com várias edições ao longo da década de 1860, também escrevera o conto *A escrava*, no ano de 1887, que é um texto abolicionista empenhado em se inserir como peça teórica em debates existentes no país no período pós abolição.

Mesmo sendo mulher negra e solteira em uma época em que isto era visto com maus olhos pelas pessoas, tinha o respeito de uma parcela daquela sociedade. Sua contribuição literária no Maranhão foi imensa e significativa, dentre essas, a composição de um hino abolicionista, mostrando sua preocupação com a questão do escravagismo. Entretanto, não escapou da perseguição por parte da elite que se sentia incomodada com suas obras, demonstrando suas inquietações com a situação dos escravizados, como discorre Maria Helena Pereira Machado (2019, p. 94): “na verdade, Firmina, mais do que percussora, foi a representante maior de um gênero quase desconhecido no país, o da literatura abolicionista”. Fora uma romancista ímpar, mulher afrodescendente de coragem, uma abolicionista que defendia a igualdade entre brancos e negros, que viveu até os noventa e cinco anos de idade e presenciou a abolição da escravidão e seus primeiros impactos na sociedade. Faleceu em 1917, pobre e cega no município de Guimarães, Maranhão, e muitos documentos de seu arquivo pessoal foram perdidos, e nem imagens que sejam realmente de Maria Firmina dos Reis foram consideradas como sendo dela, por isto uma imagem que retrate seu rosto no momento é impossível de ser exposta.

### ***1.5.2 Bernardina Elvira Rich, professora primária e jornalista***

Em Mato Grosso, temos a também professora primária cuiabana Bernardina Elvira Rich, que nasceu em 1872 e faleceu em 1942, aos setenta anos de idade. Filha de mãe negra e pai branco de origem austríaca ou suíça<sup>13</sup>, que deixou uma boa herança para os filhos, o que lhe possibilitou ter um padrão de vida acima do que a população negra da época tinha naquele período e lhe permitiu o acesso à educação. Foi membro-

---

<sup>13</sup> “Daquela época não existem registros da nacionalidade dessas pessoas na cidade”. (MACHADO, 2019, p. 95)

fundadora da Federação Mato-grossense pelo Progresso Feminino e teve por muitos anos uma escola com seu nome em Cuiabá, perpassando também pela abolição da escravidão e as questões sociais ligadas à interseccionalidade de gênero, além de ter presenciado o início da Primeira República. Além do cargo de professora, Bernardina também atuou como jornalista, posto que durante treze anos participou da equipe de redação e edição da revista *A Violeta*<sup>14</sup>, dentre outras funções que desenvolveu em outros setores, sempre lutando pelo feminismo e a igualdade de direitos em obras assistenciais e trabalhos filantrópicos. Bernardina viveu e presenciou o racismo, implícito nas práticas sociais em que ela estava inserida. Mesmo com todo o prestígio que possuía naquela sociedade, não deixou de ser vítima de preconceito racial e de gênero. Os estudos sobre a historicidade dessa importante mulher negra ainda são recentes, trabalho este desenvolvido por pesquisadoras, como Ana Maria Marques e Nilza da Costa Barbosa (2017), que visam discutir a importância da pesquisa de arquivo para a visibilidade de trajetórias de mulheres negras silenciadas historicamente pelo racismo em Mato Grosso, trabalho este muito importante para se conhecer mais sobre estas mulheres audaciosas.

### ***1.5.3 Antonieta de Barros, professora, jornalista, escritora e a primeira deputada negra do Brasil***

Antonieta de Barros é outro exemplo de mulher negra que rompeu barreiras impostas pela sua condição de gênero, cor e classe social. Nasceu em 1901. Sua mãe e sua avó materna foram escravas cativas em Lages, Santa Catarina, com poucas informações referentes aos pais biológicos, tendo sido registrada somente em nome da mãe, sem dados do pai e avós paternos. Embora tenha nascido em condições modestas, ela teve acesso a uma boa educação. Em Desterro, como era chamada Florianópolis, aos 17 anos, ingressou na Escola Normal para cursar o magistério, e logo após se formar,

---

<sup>14</sup> “*A Violeta* foi o segundo periódico literário feminino com maior tempo em atividade ininterrupta no Brasil e o principal veículo de divulgação das causas femininas e feministas das mato-grossenses durante a primeira metade do século XX. Além disso, configurou-se como um dos periódicos mais profícuos e relevantes produzidos em Mato Grosso, até sua extinção, em 1950 aproximadamente, após 34 anos em circulação.” (MARQUES e GOMES, 2017, p. 118).



como alternativa de garantir a sobrevivência, ela e sua família abriram uma pequena escola particular com o nome de *Curso Particular Antonieta de Barros*, onde recebiam crianças em período de alfabetização e adultos, com o objetivo de combater o analfabetismo de adultos pobres<sup>15</sup> e prepará-los para o exame de ingresso ao ensino superior.

Antonieta e sua irmã, Leonor de Barros, administraram a escola entre 1922 e 1965, e perceberam que foi “por meio da formação docente, puderam romper os limites econômicos impostos por suas origens humildes e pela cor negra de suas peles, conquistando certa mobilidade social, o que promoveu suas reinvenções sociais” (ESPÍNDOLA, 2015, p. 62). As irmãs Barros conseguiram na educação escolar uma qualidade de vida melhor, mais digna para toda a família, de modo que puderam ter uma mobilidade social mais elevada do que aquela que sua mãe lhes garantiria sendo trabalhadora doméstica. Participou na juventude de organizações estudantis, e já adulta e formada, esteve ativamente no Centro Catharinense de Letras, colaborando em alguns jornais da cidade<sup>16</sup>. Mesmo após 40 anos do fim da escravidão, era perceptível naquela época a forte presença do passado escravista, este que regulava as relações estabelecidas entre os descendentes dos cativos e a elite branca do local<sup>17</sup>. Espíndola (2015) discorre acerca da presença do racismo e do pensamento arcaico da sociedade da época, que tentavam impedir a mobilidade da pessoa negra por meio da educação e de qualquer outro fator:

Nas primeiras décadas do século XX, os resquícios desse passado escravista e patriarcal conviviam, paralelamente, com um novo discurso que propugnava a modernização da cidade Florianópolis [...] No entanto, o que continuava a imperar era o arcaísmo das relações pessoais e familiares, a estratificação social e, particularmente, as restrições relativas às possibilidades de mobilidade social nas relações entre os desiguais (ESPÍNDOLA, 2015, p. 62).

---

<sup>15</sup> (EL PAÍS, 2020, p. 04) Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-10-15/antonieta-de-barros-a-parlamentar-negra-pioneira-que-criou-o-dia-do-professor.html> Acesso em 02 nov 2021.

<sup>16</sup> “Sua defesa acirrada pela educação fez com que ocupasse as páginas dos jornais. Além de professora, virou cronista. Não havia outra mulher em posição semelhante no Estado. Em 23 anos de contribuição a imprensa escreveu mais de mil artigos em oito veículos e criou a revista Vida Ilhoa.” (EL PAÍS, 2020, p. 04). Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-10-15/antonieta-de-barros-a-parlamentar-negra-pioneira-que-criou-o-dia-do-professor.html> Acesso em 02 nov 2021.

<sup>17</sup> (ESPÍNDOLA, 2015, p. 62).

Antonieta pôde circular por espaços que lhe permitiram realizar certas observações de si mesma e do lugar que ocupava, e isto lhe fez alterar alguns de seus comportamentos e suas atitudes, vestimentas e, assim, poder estar inserida em espaços destinados à elite da época. Ela compreendia a importância da educação e dos valores morais, éticos e religiosos que se faziam presentes ali, pois a sociedade impunha tais valores para afirmar a conduta das mulheres naquele momento. Antonieta tornou-se deputada estadual em 1934 e depois em 1947, apenas meio século após a abolição da escravidão. É de sua autoria um projeto sobre o dia 15 de outubro ser comemorado como o Dia do Professor e ser um feriado escolar pela Lei nº 145, de 12 de outubro de 1948, pois antes era uma data comemorada informalmente e fora sancionada anteriormente por Dom Pedro I, em 15 de outubro de 1827.

Foi uma das três primeiras mulheres eleitas no Brasil, a primeira mulher negra eleita, defensora de que a mulher deveria ter direito ao voto. Nunca se casou, e usou como arma de sobrevivência e luta a premissa de que a educação era um direito de todos/as. Nunca se intimidou com o discurso patriarcal, machista e racista<sup>18</sup> da época, publicou muitos artigos usando o pseudônimo de Maria da Ilha, nos quais escrevia sobre educação, a condição feminina e política. Escreveu, também, dois capítulos da Constituição Catarinense. Publicou, em 1937, o livro *Farrapos de Ideias*<sup>19</sup> que teve 3 edições. Foi, além de tudo, uma feminista em uma sociedade conservadora, filha de ex-escravizada, professora negra em uma terra comandada por pessoas brancas com pensamentos elitistas. É, sem dúvidas, uma figura que merece ser reverenciada e conhecida por toda a sociedade atual por suas contribuições à educação e aos demais setores que pôde atingir.

#### ***1.5.4 Enedina Alves Marques, professora e a primeira mulher negra engenheira civil***

---

<sup>18</sup> “De seus opositores nos jornais e nas bancadas, ouviu que ‘mulheres não deveriam opinar, pois nasceram para servir, que a natureza não dá saltos, cada ser deve conservar-se no seu setor, e a finalidade da mulher é ser mãe e rainha do lar’” (EL PAÍS, 2020, p. 04).

<sup>19</sup> “Os lucros da primeira edição foram dados para a construção de uma escola para abrigar crianças, filhas de pais internados no leprosário Colônia Santa Tereza”. (EL PAÍS, 2020, p. 04). Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-10-15/antonieta-de-barros-a-parlamentar-negra-pioneira-que-criou-o-dia-do-professor.html> Acesso em 02 nov 2021.

Temos também Enedina Alves Marques, uma mulher negra nascida no Paraná, filha de pais negros que se mudaram para o referido Estado em busca de melhores condições de vida, fato este ocorrido após a abolição da escravatura. Ela traz em sua trajetória o fato de ter sido a primeira mulher negra a concluir o curso de engenharia no seu Estado, pela FEP – Faculdade de Engenharia do Paraná. Nascida em 1913, morou durante muitos anos na casa de Domingos Nascimento, este que foi patrão de sua família e considerado seu padrinho intelectual, trabalhou durante sua adolescência como doméstica em casas de famílias. Sua alfabetização ocorrera por volta dos 12 anos de idade, quando fez um exame preparatório na escola particular da professora Luiza Netto Correia de Freitas, posteriormente, foi transferida para o grupo escolar anexo à Escola Normal, após exame de pró-eficiência, onde conclui o curso primário e complementar noturno. Formou-se como professora normalista em 4 de dezembro de 1931. Em 1940, buscou sua inserção em um curso ocupado majoritariamente por homens. Sua história é bem pouco conhecida, pois muito pouco se escreveu sobre Enedina e sua vida acadêmica. Notamos aqui, novamente, o silenciamento e o desinteresse por parte da sociedade e do Estado em dar visibilidade a essa mulher que, em sua época, desafiou todos os padrões impostos ao escolher uma profissão que era considerada como masculina. Nas pesquisas bibliográficas voltadas para a vida de Enedina, nota-se quão escassa é a fonte de materiais que discursam como se deu toda sua história acadêmica, outro fator em comum entre as mulheres negras pesquisadas, quando o tema é a trajetória acadêmica. O fato de Enedina ter sido a primeira mulher negra a se formar em engenharia civil na região sul do país em 1945, ao lado de 32 homens, causou curiosidade na sociedade curitibana da época<sup>20</sup>, pois a alta sociedade daquele tempo não gostava de estar junto da classe média ou pobre, cerimônia esta que causou espanto para as pessoas dessas classes sociais. As mulheres desse período, em sua grande maioria branca, se conformavam em ser professoras, entretanto, o que Enedina estava fazendo era justamente romper paradigmas. A Faculdade Paranaense - FEP também tinha suas ressalvas quanto à participação de tais classes da sociedade, como destaca Jorge Luiz Santana (2011):

---

<sup>20</sup> “O seu amigo e colega de curso Adelino Alves da Silva, em dezembro de 1945, esteve na solenidade de entrega do diploma de Enedina e lembra-se da homenagem recebida pela mesma com palavras e abraços dos colegas que durante o curso nem mesmo falavam com ela”. (SANTANA, 2011, p. 53)

A partir de um contexto histórico, político, social, cultural e, sobretudo, econômico, embasados em filosofia positivista, evolucionista e liberal que orientava o Brasil da Primeira República, os grupos da elite paranaenses ao criarem as faculdades não se apresentavam como instrumentos neutros, e sim como coligações de perpetuação dos sujeitos que deveriam controlar o poder a partir, também, de uma intelectualidade local. (SANTANA, 2011, p. 57).

Percebe-se até aqui que os sujeitos tinham seus lugares demarcados na sociedade, onde podiam e onde não deveriam estar, segundo o pensamento da elite branca. No entanto, a trajetória de Enedina na academia foi atravessada por esses fatores de exclusão e não aceitação, de preconceito e racismo por parte de seus colegas e professores, uma mulher negra, advinda da classe trabalhadora, que ingressa em uma faculdade reservada aos homens brancos, filhos dos burgueses: “o espaço acadêmico da FEP na década de 1940 foi hegemonicamente masculino, elitizado economicamente, social e com distinções étnicas que reproduziam os valores da sociedade paranaense da época, sobretudo de exclusão e invisibilidade do outro” (SANTANA, 2011, p. 61). No confronto de dados de sua pesquisa, Santana discute como os estudantes de gêneros diferentes e brancos, com a influência do meio social paranaense, versus estudantes negros e trabalhadores, de 1945 a 1951, tiveram tratamentos diferenciados dentro da instituição que privilegiava os estudantes brancos em detrimento dos estudantes negros, e chega à seguinte reflexão:

A branquidade normativa, a identidade padrão, presente na elite burguesia paranaense foi encontrada também dentro da FEP, na qual um homem branco e de classe social alta, foi considerado a identidade ideal do paranaense. Dessa maneira, apareceu a prerrogativa da mulher branca sobre o homem negro, e o proveito do homem negro sobre a mulher negra. O lugar de onde se falava, de onde se vinha e quem falava influenciou a trajetória acadêmica de Enedina na FEP e os seus resultados socioeducativos e conclusivos (SANTANA, 2011, p. 73).

Existiu essa crença em uma identidade ideal e padronizada de quem poderia e de quem não deveria frequentar uma universidade. Por muitas décadas as mulheres brancas foram excluídas dessa possibilidade, por várias questões de cunho patriarcal/machista. Para as mulheres negras, essa exclusão foi – e tem sido – muito mais acirrada, como se pode notar na época em que Enedina viveu, sofrendo todas as intersecções que trazia em sua existência em um período tão marcado pela misoginia e pelo racismo.

## **2 A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA VIDA DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL**

As cotas raciais são ações afirmativas aplicadas em alguns países, como no Brasil por exemplo, a fim de diminuir as disparidades econômicas, sociais e educacionais entre pessoas de diferentes etnias raciais, desigualdades essas resultadas principalmente da escravidão africana. Podem existir em diversos locais, mas a sua obrigatoriedade e adoção é mais notada no setor público, como na intenção de ingresso nas universidades, concursos públicos e o no serviço bancário. As cotas raciais são medidas de ações contra as discrepâncias num sistema mundo que privilegia um grupo racial em detrimento de outros, esses que foram oprimidos perante a sociedade, não apenas negros, mas indígenas e quilombolas, portadores de necessidades especiais, todos aqueles grupos de pessoas que, de alguma maneira, têm acesso limitado à educação superior, considerando a distribuição do que se entende por produto social. Se pensarmos no Brasil pós-abolição e refletirmos sobre as políticas sociais inexistentes, notamos que a educação formal dessa parcela da sociedade ficou à margem, como discorre Giane Elisa Sales de Almeida, ao tratar da ausência dessas políticas públicas como fator de exclusão: “devem ser entendidas como um dos fatores determinantes da exclusão educacional em que ainda hoje se encontram determinados grupos que compõem o tecido social brasileiro, a exemplo das mulheres negras” (2009, p. 219), mostrando-nos como a falta de tais programas afeta ainda nos dias de hoje muito mais a vida desses grupos específicos da sociedade<sup>21</sup>.

Foi somente a partir da década de 1990 que, gradativamente, passou a se configurar um novo desenho de educação superior no Brasil, um outro perfil de estudantes, que, em sua grande maioria, era a primeira geração de suas famílias a ingressar no ensino superior. A intervenção do Estado é algo primordial para, ao menos, tentar preencher algumas dessas lacunas educacionais, no que se refere à escolarização

---

<sup>21</sup> Assim, conclui-se que na trama da identidade feminina negra no Brasil a instituição escolar como determinante na experiência social de tornar-se mulher negra, seja pela aceitação de um não lugar social, seja pela afirmação desse lugar a partir de sua negação sistematizada e, nesse caso, a intervenção estatal esteve fortemente presente a partir da inexistência de políticas eficazes que contemplassem, de fato, a escolarização de mulheres negras (ALMEIDA, 2009. p. 231).

das pessoas negras, posto que o país não se mobilizou nos tempos pós-abolição para criar ações de políticas públicas que contemplassem as pessoas que foram escravizadas e suas gerações futuras, como Matilde Ribeiro e Flávia Piovesan (2008) ressaltam:

Deve-se destacar, entretanto, que o Brasil não criou uma política de integração social entre os negros libertos com os demais membros de sua população, razão pela qual fez nascer um problema de desigualdade social, que persiste até os dias atuais. Ocorre que os negros, recém libertos, não receberam qualquer oportunidade de educação, moradia ou trabalho. E, para piorar a situação, houve um forte incentivo governamental, entre os séculos XIX e XX, de estímulo à imigração europeia, a fim de que os postos de trabalho, deixados pelos negros, fossem preenchidos por trabalhadores brancos, remunerados (RIBEIRO e PIOVESAN, 2008, p. 881).

A história do início das lutas pelas políticas públicas de ação afirmativa no Brasil foi trazida a público pelo Movimento Negro Brasileiro a partir de 1990, que denunciava a ausência de pessoas negras nos cursos superiores, espaço social em que o Estado brasileiro se comprometia oficialmente a superar o racismo e estabelecer políticas concretas para a sua superação. O governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) foi decisivo para a expansão das Instituições Federais de Ensino Superior, posto que, em seu mandato, houve importantes avanços no que se refere a políticas públicas para o acesso dessa parcela da população brasileira a cursos de nível superior.

Durante o período em que esteve à frente do poder executivo, o Governo Federal priorizou políticas que visavam a expansão e a interiorização da oferta de vagas. Essas medidas eram o carro-chefe do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), criado em 2007 (GEMAA, 2020, p. 07).

Foi em 2012, no governo da Presidenta Dilma Rousseff, que o Governo Federal criou uma lei específica sobre o assunto das quotas para todas as instituições de ensino público federal, por meio da Lei 12.711, assinada em agosto de 2012, que tornou as políticas de ação afirmativa obrigatórias em todas as Universidades Federais, sendo aplicada nas seleções dos anos seguintes. Conhecida como a Lei de Cotas nas Universidades, trata-se de um marco fundamental do processo que se iniciou nos anos 2000. Foi prevista, também, uma revisão de seus critérios em 10 anos de sua vigência, que será neste ano de 2022, de modo que três fatores foram utilizados para o preenchimento das vagas de acesso ao ensino superior, em Universidades Federais: “Primeiro, exige que o candidato tenha cursado todo o ensino médio em escola pública,

depois, analisa a renda per capita de sua família, de forma a priorizar aqueles oriundos de famílias de baixa renda e, por fim, privilegia o acesso aos negros, pardos e índios” (LOBO, 2013, p. 175).

### ***2.1 As políticas públicas de ações afirmativas***

Voltadas para a correção das desigualdades e a garantia de direitos, seu principal viés é a garantia de acesso à educação superior de grupos excluídos e de meios de oportunidade de participação em todos os setores da sociedade. Temos também o SiSU, destacado pelo GEMAA (2020):

Outro fator que impulsionou medidas inclusivas nas universidades foi o Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Criado pelo Ministério da Educação em 2010, ele reduziu o custo financeiro do processo de seleção, seja para os candidatos, seja para as universidades. O SiSU tem como critério norteador o resultado da prova do ENEM, que é aplicada em todo Brasil. As universidades aderentes se baseiam nas notas dessa prova no ano anterior para distribuírem suas vagas (GEMAA, 2020, p. 08).

Ainda, segundo Tatiana Dias Silva (2020, p. 09), “juntamente com outras medidas paralelas, que conduziram a um processo da educação superior no Brasil, a Lei de Cotas promoveu importantes efeitos sobre o perfil discente nas instituições federais”. Com a possibilidade de acesso, houve também importantes debates acadêmicos, nos quais foram tomadas iniciativas direcionadas à permanência estudantil e à continuidade dos estudos, como a pós-graduação. Destaco o trecho do depoimento de Claudia, referente ao perfil de mulheres negras na sua pós-graduação quando perguntada sobre o mestrado que fizera em 2000, como ela percebeu a sua trajetória como mulher negra naquele espaço. Ela respondeu sobre a quantitativa de participantes pretas naquela época e denunciou o racismo nas disputas de poder e nas formas como ela e as colegas negras eram olhadas por outros colegas da turma:

O mestrado eu já achei bem tenso com relação das questões étnicos raciais, tinha duas negras, e mais uma (inclusive ela terminou o doutorado agora). Eu senti a turma muito assim, não vou dizer racista, mas elitizada, muita disputa, disputa de saber, disputa de poder e também vejo assim um viés racista também, mas não por conta dos professores [...] então por parte da equipe docente me sentia bem confortável, mas com relação à turma, havia sim olhares enviesados para mim e para a outra colega negra (CLAUDIA, 2021).

Em sua pesquisa, Silva (2020) fez um levantamento sobre o perfil discente nas IFES, no qual obteve dados que mostram que a participação de mulheres é majoritária, correspondendo a 54,6% dos discentes. Estudantes mulheres com mais de 24 anos somam 67,9 % e a maioria tem uma renda mensal de até 1,5 salário-mínimo. As estudantes que participam de políticas de assistência estudantil, bolsas e financiamentos atingiram 70,2% do total. Em se tratando do perfil desses estudantes, o percentual de pessoas negras (pretos e pardos) ingressas nessas IFES cresceu de 34,2%, em 2003, para 51,2%, em 2018, sendo que praticamente um quarto desses estudantes, que têm ocupação, são estagiários e 45,9% trabalham mais de trinta horas semanais. Houve também um aumento, no que se refere ao setor privado, que oferta vagas em comparação a outros anos, triplicando-as.

O setor privado tem oferecido em média, ao longo das últimas três décadas, o triplo do número de vagas disponíveis nas universidades públicas brasileiras. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2018, do total de estudantes com matrícula em algum curso de graduação naquele ano, 24,6% estavam no setor público, o que significa um incremento de 1,6% matrículas em relação a 2017. Por sua vez, o setor privado contava com 6.373,274 matrículas, 75,4% do total um aumento de 2,1% em relação ao ano anterior (GEMAA, 2020, p. 09).

É de suma importância uma análise dessas trajetórias para a compreensão da composição da renda dessas mulheres negras estudantes e suas famílias, pois a educação está diretamente vinculada a salários melhores e a uma carreira profissional que possa permitir a mobilidade social e emancipação dessas pessoas, como discorre Castro (1998):

Acesso à educação formal e questionamentos sobre seu conteúdo por tender a reprodução de valores e comportamentos sexistas e também racistas, é bandeira há muito no país, tanto dos movimentos organizados das mulheres, como dos negros. Por outro lado, as análises anteriores sugerem que também haveria que questionar a instrumentalidade da educação formal para superar desigualdades por sexo no recrutamento do mercado de trabalho, mobilidade interna na empresa e, competição quanto a rendimentos, componentes básicos de um enfoque sobre dar poder às mulheres, não para inverter assimetrias, mas para alterar a histórica tendência de discriminação e desigualdades que vitimam as mulheres (CASTRO, 1998, p. 39).

Houve muitos avanços nos quesitos de acesso de mulheres negras à educação superior e mesmo com o auxílio de diversas bandeiras de luta ao longo da história, ainda existem muitas barreiras para que haja justiça educacional para todos/as/es, em um país



onde a maior parcela de sua população se autodeclara negra, parda e indígena/amarela, conforme pesquisa do IBGE (2019): “de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) 2019, 42,7% dos brasileiros se declaram como brancos, 46,8% como pardos, 9,4% como pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas”<sup>22</sup>.

A adoção dessas políticas públicas visa, além de buscar a reparação ou a compensação das desigualdades entre negros e brancos, a possibilidade de debater o racismo e a discriminação racial, permitindo reflexões acerca do pertencimento étnico-racial. Pois a raça e classe social de cada mulher negra influenciam de maneira significativa a violência sofrida por ela, e a compreensão de violência aqui é mais abrangente, não somente a violência doméstica<sup>23</sup>, que atinge em sua grande maioria justamente as mulheres negras. Dados do FBSP e IPEA (2018) mostram que, em 2018, 68% das mulheres assassinadas no país eram negras, somam-se a esses dados outras explorações sofridas por essas mulheres, que estão relacionadas ao sustento da família em empregos terceirizados, salários inferiores e péssimas condições de trabalho, sem carteira assinada, nenhuma garantia ou assistência à previdência social, dentre tantas outras questões que as colocam na base de uma estrutura social que as desencoraja a lutar por uma melhor qualidade de vida. São violências físicas, psicológicas, morais, sexuais, patrimoniais, domésticas, familiares e institucionais. Muitos estudos apontam que, nos últimos anos, consolidou-se a vantagem das mulheres em relação aos homens no campo educacional, mas que ainda é preciso observar os demais marcadores sociais, como raça, local de moradia, idade e renda, que diferenciam as possibilidades dos grupos de mulheres e de homens de acessarem e permanecerem na escola. Os indicadores em pesquisas do IPEA (2015) atestam uma queda na taxa de analfabetismo, se comparados com dados das últimas décadas:

---

<sup>22</sup> O IBGE pesquisa a cor ou a raça da população do Brasil com base na autodeclaração, uma vez que as pessoas são perguntadas sobre sua cor e elas respondem com base nessas categorias: branca, preta, parda, indígena ou amarela.

<sup>23</sup> Segundo o Atlas da Violência elaborado pelo FBSP com IPEA e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, no ano de 2020, no ano de 2018 4.519 mulheres foram vítimas de homicídios no país, e os dados apontam que teve um aumento de 12,4% na taxa de aumento de mortes de mulheres negras em relação às brancas. (FBSP; IPEA, 2020).

Um dos indicadores selecionados é a taxa de analfabetismo, que vem caindo de maneira importante no Brasil nas últimas décadas, mas que ainda não atingiu os patamares ideais e, nesse caso, apresenta um diferencial racial importante: em 2015, entre mulheres com 15 anos ou mais de idade brancas, somente 4,9% eram analfabetas; no caso das negras, este número era o dobro, 10,2%. Entre os homens, a distância é semelhante. (IPEA, 2015, p. 2).

Esse crescimento também é perceptível quando falamos das pessoas adultas e o acesso ao ensino superior. Os números são positivos, mas ainda há certo atraso quando comparados aos da população branca. As pesquisas recentes no que se refere às mulheres negras que ingressam na Universidade, segundo dados PNAD Contínua (2017), já representam o segundo maior grupo de estudantes no nível superior, em alinhamento com as mulheres brancas, chegando a 51,7% da população total de discentes (IBGE, 2018). Mas foi somente nos últimos anos que as mulheres negras conseguiram se aproximar em percentual das mulheres brancas neste aspecto. Conforme Silva (2020), em 2017, 29,3%<sup>24</sup> da população que ingressou no Ensino Superior eram mulheres negras, seguidas de 28% de mulheres brancas e 22,4% homens brancos e 19,6% homens negros. Vários são os setores que contribuem para a redução da pobreza, como programas sociais do próprio governo (2003-2016), o que refletiu em uma melhor qualidade de vida para alguns grupos considerados não brancos. Mas o racismo, o sexismo e o machismo ainda se fazem presentes em vários aspectos da vida dessa parcela da sociedade, uma vez que a discriminação e a inferiorização imputadas à população negra ainda são alarmantes no país com o atual governo, temos uma certa estagnação em ações e propostas que visam acabar com tais problemáticas.

Luzia lembra que quando fez seu mestrado, nos anos de 2012 e 2013, ela relata que:

Os percalços durante a pós-graduação, durante a minha estadia lá (Cuiabá-MT), é que o racismo ele se reconfigura e se reverbera no espaço do pós-graduação porque nós pretos, nós não temos o mesmo poder aquisitivo, e muitas vezes nós temos outros laços, por exemplo: os filhos, o casamento, e faz com que torne este momento muito mais difícil (Luzia, 2021).

Embora ambas as atitudes acima prejudiquem homens e mulheres negras, é sobre estas últimas que têm um peso maior, posto que as discriminações de raça e gênero

---

<sup>24</sup> Embora tenham elevado a participação recente, mulheres negras com ensino superior completo ainda são praticamente metade do contingente de mulheres brancas nessa condição (SILVA, 2020, p. 23).

produzem inúmeros efeitos imbricados, promovendo experiências distintas na condição de classe, e, no caso, a pobreza afeta diretamente a estrutura social, psicológica e profissional das mulheres negras. Neste sentido, são as mulheres negras que vivenciam essas duas experiências, aquelas sempre identificadas como ocupantes permanentes da base de hierarquia social, essas mesmas que ingressam por meio das cotas, que passam por situações adversas dentro do ambiente universitário, pois, além de serem discriminadas, muitas vezes pelo fato de serem cotistas, ainda são pessoas de baixa renda, sofrendo preconceitos também pelo seu fenótipo, vestimenta, aparência. Patrícia relata que passara por um processo bem difícil na sua graduação quando ingressou no curso de Letras/Língua Inglesa, na UFMT/Rondonópolis, em 2007: “Nessa graduação elas deram um choque de realidade muito grande para mim, foi um dos momentos assim mais difíceis da minha vida porque eu sou de Guiratinga, eu não sou de Rondonópolis.” Menciona, ainda, que saíra da casa dos pais com 15 anos e fora morar com uma tia, e teve dificuldades de encontrar emprego porque nem documentos possuía. Essa sua trajetória de vida foi muito complicada em vários sentidos. Patrícia tentou cursar primeiramente Psicologia e depois História, mas não conseguiu passar em ambos os vestibulares, somente para o curso de Letras/Língua Inglesa, depois das duas primeiras tentativas, de modo que foram momentos tensos para ela, ressignificados quando aciona essas memórias.

E eu lembro que eu tinha uma colega de faculdade branca, classe média alta, filha única que tinha estudado a vida inteira em escola particular e essa menina, eu não tinha muita noção na época, mas ela me humilhava muito, sabe? Até um dia um professor percebeu e é um professor que eu tenho uma estima muito grande por ele porque eu costumava dizer que ele me salvou no curso, quando ele chegou aqui para Rondonópolis, ele me salvou porque eu estava prestes a desistir porque eu não conseguia entender e eu não tinha dinheiro para pagar um cursinho. Eu morava em uma peça e um banheiro em condições insalubres, eu pegava ônibus para ir, dois para voltar da faculdade e aí eu lembro uma vez que eu estava numa sala e aí o professor falando tudo em inglês e eu não entendi, eu perguntei para a colega, né, o que o professor tinha dito. E aí ela me falou bem assim: “Você tem preguiça de pensar!” Aí, eu fui chorar no banheiro, até hoje quando eu falo disso, começo a querer chorar porque acho que é uma ferida aberta ainda, sabe? Porque ela (a colega branca) não tinha noção da minha vida, da minha realidade, tudo o que eu passei para estar ali, resistindo naquele curso, sabe? (Patrícia, 2021).

A mulher negra, desde quando nasce, passa por todas essas violências e dentro da Universidade todas essas cóleras acontecem com o adicional da pressão acadêmica de ter que se dedicar muito mais que o restante para conseguir ser vista como igual e

não perder a bolsa<sup>25</sup> de auxílio aos estudos, de modo que há esse silenciamento dentro e fora da sala de aula que faz parte do cotidiano de uma mulher negra universitária e cotista.

Tratamos aqui da solidão ao ingressar em um curso onde a maioria dos estudantes é branco/a, onde ninguém respeita seu lugar de fala, experienciar essas sensações é uma forma de violência psíquica. É preciso dar atenção a essas situações que a mulher negra enfrenta, e soma-se a esses elementos de discriminação o fato de essas mulheres ainda serem forçadas em muitas ocasiões a abandonar o curso porque precisam trabalhar para ajudar ou até mesmo sustentar a família.

Cabe aqui compreender que as políticas públicas de ações afirmativas não devem se restringir apenas à reserva de vagas pelo sistema das cotas raciais para ingresso nas Universidades, mas precisam também contribuir para a erradicação das práticas de discriminação dirigidas a esses determinados grupos, que foram historicamente excluídos e cujo reconhecimento e prestígio social são reduzidos ou mesmo inexistentes. Passamos por vários momentos críticos no país em que se avaliam as violências alarmantes que incidem sobre essa tríade social, somada a esta crise pandêmica mundial existente há mais de dois anos, e é de suma importância destacar que ainda enfrentamos esses sérios problemas, mas que alguns passos consideráveis estão sendo dados, como analisa Gomes (2019):

As políticas públicas de raça e gênero realizadas no Brasil, em nível federal, sobretudo no período de 2003 ao início de 2016, aumentaram o reconhecimento e a sensibilidade de muitos brasileiros e brasileiras em relação à forma como essas duas dimensões operam. O país contou com legislações aprovadas pelo Congresso Nacional, tais como: a Lei 11.340/06, Lei Maria da Penha; a Lei 12.288/10, Estatuto da Igualdade Racial; a Lei 13.104/15, Lei do Feminicídio, bem como instrumentos como o Disque 180 (violência contra mulher) e disque 100 (violação dos Direitos Humanos). Estes se mostraram como caminhos importantes na garantia de direitos e espaços de conscientização da população (GOMES, 2019, p. 611).

Carneiro (2003) discorre sobre a importância do Movimento de Mulheres no Brasil, o qual, segundo ela, é um dos mais respeitadas no mundo, e por meio desse

---

<sup>25</sup> Bolsa auxílio nas universidades públicas é uma parte da política de permanência estudantil que são oferecidas por estas instituições, são destinadas a estudantes de baixa renda onde se objetiva o auxílio a se manter e conseguir finalizar sua graduação (MEC, 2018, s.p.). Disponível em <https://www.mec.gov.br/componet/tags/tag/bolsas> Acesso em Jan de 2021.

movimento foram feitos encaminhamentos à Constituição de 1988, que, na época, contemplou cerca de 80% das suas propostas, destacando-se também pelas decisivas contribuições no processo de democratização do Estado por produzirem importantes inovações no campo das políticas públicas.

Destaca-se, nesse cenário, a criação dos Conselhos da Condição Feminina – órgãos voltados para o desenho de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e combate à discriminação contra as mulheres. A luta contra a violência doméstica e sexual estabeleceu uma mudança de paradigma em relação às questões de *público* e *privado*. [...] e outras necessidades para a proteção de mulheres, a exemplo de treinamento de profissionais de segurança pública no que diz respeito às situações de violência contra mulher, entre outras iniciativas (CARNEIRO, 2003, p. 117, grifos da autora).

Carneiro também destaca que no campo da sexualidade feminina, as mulheres começaram a ter autonomia sobre seus corpos, de forma que se torna um exercício prazeroso e elas decidem, a partir de então, quando ter ou não filhos, reconfigurando os direitos sexuais e reprodutivos. Várias campanhas foram realizadas com o intuito de rever as desigualdades sofridas pelas mulheres e a autora ressalta que “um dos orgulhos do movimento feminista brasileiro é o fato de, desde o seu início, estar identificado com as lutas populares e com as lutas pela democratização do país” (2003, p. 118). Naquela época, a autora discursou sobre as características desses movimentos, que ainda caminhavam em uma perspectiva progressista com visão eurocêntrica e universalizante das mulheres, deixando à margem os grupos que eram silenciados e oprimidos no país: as mulheres negras. Reiterou, ainda, que essas mesmas mulheres deveriam alterar essas perspectivas por meio de uma luta que transformasse o ideário e a prática feminista da época. A busca por uma equidade social que trouxe à tona esses debates e a criação dessas leis deve-se aos movimentos sociais: “[...] em especial o de mulheres, de mulheres negras, do movimento negro e dos Direitos Humanos” e ainda “avançamos no tratamento das questões de gênero e raça na educação básica e superior; na discussão política; na luta por representatividade, pelos direitos reprodutivos e pela saúde da mulher” (GOMES, 2019, p. 611). Convém, ainda, atentar-se para o fato de que há muito o que se debater sobre tais avanços. Há pelo que lutar, e muito ainda a se conquistar, quando tratamos das articulações entre classe, raça e gênero.

As mulheres denunciaram nas ruas, nos lares, para o mundo jurídico, legislativo e nas ações do Executivo a persistente desigualdade de gênero e raça e as formas hierarquizadas como as mulheres negras, brancas, indígenas, trans, do campo, com deficiência, adolescentes e jovens são tratadas pela sociedade e no contexto das relações de poder [...] Mas ainda permanece com força, na cultura, na política, na educação e no mundo doméstico, imaginários e práticas machistas e racistas que tentam a todo momento, reforçar que *a mulher negra possui uma sexualidade exacerbada, lugar de mulher é na cozinha* e, de preferência, no estilo *bela, recatada e do lar* (GOMES, 2019, p. 612, grifos da autora).

Estudar a historicidade da população negra também faz-nos refletir sobre as possibilidades que possam oportunizar a autoafirmação das pessoas negras em seu pertencimento racial na sociedade, como Luzia (2021) muito bem descreveu ao falar sobre a importância dos movimentos sociais em sua vida.

E quando você participa de movimentos sociais, a sua formação é superior a uma formação escolarizada, você tem ferramentas que a escola pública não te oferece, então, em detrimento disso, eu me construí primeiro nos movimentos sociais, e o que eu sou é reflexo dos movimentos sociais, e não da escolarização institucionalizada que nós temos hoje, na educação (Luzia, 2021).

E quando sabemos que podemos ocupar nosso lugar dentro de espaços que, muitas vezes, no passado nos foram negados e se temos a certeza da força e do poder que possuímos, podemos lutar para que isso possa ser garantido como direito inalienável, pois aqui estamos ressaltando a falta de oportunidades, não de capacidade intelectual para ocupar esses lugares. Ribeiro (2017) leva-nos à reflexão sobre como historicamente algumas identidades (as de mulheres negras) têm sido silenciadas e desautorizadas no sentido epistêmico, ao passo que outras mulheres (as brancas) são fortalecidas, de maneira a perceber que o colonialismo reifica as identidades, uma vez que não é possível fazer um debate amplo sobre um projeto de sociedade, sem que, antes de tudo, possamos enfrentar esse modelo pelo qual as identidades são criadas dentro da lógica colonial que ainda impera na atualidade.

Os dados da PNAD (2017) confirmam que o perfil do estudante do ensino superior está em sua maioria dentro daquele público que é justamente o alvo das políticas sociais, como o ProUni e política de cota, a Lei nº 12.711/2012, com salário de até 1,5 salário-mínimo, público este que alcança 70% entre as pessoas negras na rede pública. O ingresso em cursos superiores é apenas um processo dentre os vários em que a população negra precisa estar inserida, e nos quais a sua identidade pode se autoafirmar junto aos demais grupos, seja em posições de “destaque” no mercado de

trabalho e/ou a possibilidade do diploma de um curso superior, chegando a outros níveis hierárquicos.

## ***2.2 Ações afirmativas e o fortalecimento das pessoas negras na educação superior***

Para Ribeiro (2017), são vários os pontos de vistas quando tratamos do lugar de fala e da posição social, da diversidade, da teoria racial crítica e do pensamento decolonial, é preciso permitir que esses grupos de pessoas excluídas possam acessar lugares de cidadania, onde certos coletivos que ocupam esses espaços desde sempre têm restringido outros grupos a essas oportunidades. A classe, o gênero, a raça e a sexualidade precisam ser entendidas como elementos de estruturas sociais que favorecem essa gama de desigualdades.

Somos todos capazes física e intelectualmente de desenvolver novas habilidades para diversas funções, por isso, devemos nos questionar: como desnaturalizar as ideais, em voga, de direitos iguais de acesso à educação e à oportunidades de empregos equivalentes para todos(as) (es), sendo que, para as pessoas negras, esses direitos não são cotejados?

Esse menosprezo à capacidade intelectual pode ser efetivamente desmontado quando as Universidades e as ações afirmativas contribuírem de fato para a permanência e o fortalecimento das pessoas negras, de suas culturas e experiências nesses espaços, nos quais a maioria visível é de estudantes brancos/as e de classe média. O espaço escolar, seja na educação básica ou superior, não é neutro no que se refere ao racismo, à inferiorização do outro pela sua cor, classe social e outros fatores, além de ser um local de conflitos sociais e raciais de alta complexidade, onde eles não permanecem do lado de fora por serem partes estruturantes da sociedade. Remeto-me à experiência de Patrícia na educação superior, no curso de Letras/Língua Inglesa, pois quando ela passou por momentos em que se viu interceptada por atos discriminatórios e racistas por conta da sua cor, gênero e classe social, querendo desistir da faculdade, um professor lhe ofereceu apoio e incentivo:

E aí o professor percebeu aquilo e aí ele me chamou para conversar um dia, aí ele falou: “Olha, nossa! Você é muito inteligente, você tem uma inteligência emocional admirável! Não fica pensando que a fulana de tal é melhor que você, para e pensa tudo que ela teve na vida, as oportunidades que ela teve na vida, ela tem mais é que ser boa

mesmo, agora será que ela teria a mesma inteligência emocional que você tem de permanecer no curso diante de todos os desafios que você enfrenta se ela tivesse no seu lugar?” E a partir daquele momento, eu me afastei dessa menina, sabe? Porque eu me sentia muito mal, eu me sentia pequena e aí fui melhorando, eu fui buscando alternativas e foi isto [...] éramos 25 e só 9 formaram, o resto foi desistindo justamente por conta desta questão de não saber inglês né? E eu consegui me formar, o que para mim foi uma vitória. Para minha família, fui a primeira e me formar professora, professora de inglês (PATRÍCIA, 2021).

Quem dera tivéssemos mais professores como este que percebeu o que Patrícia passava em sala de aula, e com o cuidado certo soube usar as palavras e orientá-la para que aquele preconceito/racismo não a fizesse desistir e não a inibisse em sua graduação. É importante uma prática docente que se atente às discriminações racistas, de gênero e sociais, e assume o afeto como antídoto dessas práticas que são produtoras da exclusão desses grupos a educação superior, por exemplo.

Mesmo com um crescente número de profissionais da educação atentos a estas questões tão presentes ainda no contexto da sala de aula, o espaço escolar ainda é visto apenas como um lugar de ascensão socioeconômica. Mas, tais ações ainda se tornam reducionistas e interferem prejudicialmente no que se refere ao convívio e ao processo de escolarização desse grupo de pessoas, como Gomes (1996, p. 69) mencionou: “os valores que são transmitidos aos alunos/as dentro do ambiente escolar não são apenas aqueles pertinentes à questão de classe social. São também raciais e de gênero”. Mesmo na resistência presente no espaço escolar, é preciso perceber a importância da fala e do lugar que as mulheres negras têm o direito de ocupar.

Debater o racismo e o sexismo requer compreensões amplas, como aceitar que o preconceito e as teorias racistas não estão apenas presentes no imaginário do/a branco/a. Como analisa Gomes (1996, p. 70), as teorias e concepções racistas que ainda se fazem presentes na atualidade e mantêm sua força ideológica, não apenas entre a comunidade branca, mas entre as parcelas significativas da comunidade negra, fazemos perceber que o racismo é algo enraizado em nossa cultura, e a mulher negra o percebe e o sente de modos próprios na construção de sua identidade racial e profissional. Essa configuração de gênero e raça está diretamente ligada à sua vida pessoal e profissional. Conforme saliente Gomes (1996), são relações que se desenvolvem no contexto familiar e vão criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que a pessoa estabelece em sua visão de mundo, processo envolto em inúmeras variáveis, causas e efeitos, a identidade não é inata, é construída a partir



de contextos históricos culturais da qual o sujeito advém.

Essas questões diversas acompanham essas pessoas até as Universidades, em uma dinâmica social e na prática do ensino e do aprendizado, pois as experiências cotidianas interferem nas vidas daquelas/es que insistem em enfrentar o racismo e a misoginia para ter acesso à formação acadêmica.

A Universidade, ela me trouxe dois lados sabe? Ela me mostrou aquilo que eu não quero ser, principalmente enquanto professora, né? Os exemplos dos quais quero seguir, mas também me trouxe empatia, sabe? De me reconhecer em discursos de outras pessoas, em vivências de outras pessoas. Eu vejo também que essa experiência no mestrado me ajudou a compreender o mundo de uma forma macro, sabe? Assim de compreender a estrutura, né? (Patrícia, 2021).

Trata-se de ir além do ensino tradicional para compreender que a escola/Universidade são espaços de autopercepção de si e dos outros, de autorreconhecimento. É necessário que os educadores compreendam que a luta pelo direito à igualdade social não elimina as diferenças étnico-raciais e, ainda, percebam que, mesmo em meio a tantas discriminações e sabotagens que as pessoas negras sofreram e sofrem em tantos aspectos sociais, o racismo não conseguiu apagar a sua dignidade. Pessoas estas que, no processo devastador de marginalidade, silenciamento e discriminação, continuam lutando pela preservação de suas histórias e culturas. Se olharmos muito mais além, perceberemos que nossas escolhas na vida adulta repercutem em nossas vivências escolares também, pois na escola se constituem concepções importantes para nossas vidas, no que tange às esferas social e profissional, como argumenta Gomes (2019):

Os ensinamentos aprendidos na escola sobre as questões de gênero, quando não discutidos de maneira crítica e atualizada, podem interferir negativamente na nossa construção sociocultural e identitária. Por isso, não se pode dizer que a instituição escolar não tenha responsabilidade na nossa educação no que diz respeito a gênero. Quer concordemos, quer não, nascemos em sociedades com hierarquias de gênero aprendidas social e culturalmente (GOMES, 2019, p. 610).

A mulher negra precisa ocupar e se fazer presente como ser construtivo de uma educação inclusiva e participativa nesses espaços de conhecimento, onde os seus saberes particulares possam valer também, pois a baixa representatividade de mulheres de um modo geral em diversos setores ou a pouca presença, ou até mesmo a sua ausência em algumas áreas do conhecimento, faz com que cada vez mais seja difícil seu acesso ao

conhecimento, ao debate amplo de gênero e da raça e, conseqüentemente, a novas perspectivas educacionais e profissionais. A sua presença nesses espaços sociais pode contribuir para o enfrentamento do racismo conjugado à misoginia que produz barreiras sociais de interdição ao direito à educação, em todos os seus níveis.

### **3 A INTERSECCIONALIDADE COMO PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA**

A teoria feminista que se concentra em analisar as desigualdades de gênero, as discriminações, as opressões e a objetificação sofridas pelas mulheres, que estão aliadas ao patriarcado e aos estereótipos que desde sempre fizeram parte da vida da mulher, me faziam pensar que um único modo de ser feminista contemplaria todas as outras vértebras desta coluna, na qual se concentra a desigualdade de gênero. O feminismo que conheci na construção desta dissertação só foi possível por meio da leitura de obras, como as de bell hooks (2014; 2015; 2019; 2020), Angela Davis (2016), Djamila Ribeiro (2018; 2019; 2020; 2021), Grada Kilomba (2019), Glória Anzaldúa (2000; 2009), Kimberlé Crenshaw (2002); Lélia Gonzalez (1982; 1984; 2018), Patrícia Hill Collins (2016; 2019; 2021), Sueli Carneiro (2003; 2011; 2017; 2020; 2021), Nilma Lino Gomes (1996; 2003; 2008; 2019).

Parto para o discurso com base em minhas experiências e na apropriação das vivências de autoras brasileiras e estrangeiras, como Patrícia Hill Collins (2017), por exemplo, e me sinto representada em sua fala quando leio em suas obras que nós, mulheres negras, somos forasteiras dentro de nosso local de nascimento, como se fôssemos estrangeiras em nosso próprio país por sermos mulheres pretas em um país que é extremamente racista e sexista, e tenta nos impedir a todo custo, de sermos quem somos, de ter acesso a possibilidades reais e concretas de acesso a diversos locais que nos possibilitem uma ascensão social e econômica, e assim a uma emancipação, que tenta nos silenciar, apagar e menosprezam os nossos saberes ancestrais.

#### ***3.1 Compreendendo o feminismo negro e as suas especificidades***

É preciso compreender o feminismo negro ao nomear as opressões de gênero e classe para então entender que o rompimento com alguns mitos, no que se refere à opressão de algumas classes em relação a outras, de modo que toda a crítica que uma

mulher negra se propõe a fazer precisa estar baseada em um amplo olhar interseccional e decolonial, para então, se produzir reflexões que sejam incisivas e categóricas para o público em geral.

Para hooks (2014; 2015; 2020), é preciso entender que a escrita é um ato político e, assumindo a educação como o espaço para se ter um pensamento crítico e inclusivo, ela defende o acesso de todos/as ao pensamento feminista, de modo a auxiliar na reinvenção de histórias de existência e resistências que possam nos ensinar sobre o protagonismo da mulher negra e nos curar de certas feridas (se assim for possível). É preciso ser antirracista, mas também ser antipatriarcal, antissexista, anticapitalista, antimachista, para elaborar escritas e teorias que visem debater essas ideias e destituí-las do meio social em que vivemos. hooks, em suas obras, baseia-se em suas experiências pessoais para fundamentar as suas teorias e criar conceitos sobre o feminismo negro, uma escrita produzida rente ao corpo, do seu lugar de representação que tem significados múltiplos enquanto mulher e negra, assim como fazem Ribeiro, Carneiro, Anzaldúa, Akotirene, Evaristo e as outras autoras já citadas nesta dissertação.

Mas de que lugar é este que hooks e estas intelectuais nos falam?

Primeiramente, preciso debater sobre o feminismo branco na visão de hooks (mesmo que muitas das pessoas que irão ler esta dissertação entendam que um debate sobre o feminismo branco seja desnecessário, eu tenho como meta que esta dissertação possa chegar às minhas alunas da rede básica de educação e a outras meninas em geral, e elas sim, precisam ser informadas sobre a teoria feminista branca, para que, assim como eu, possam compreender as diferenças entre ambos e terem a noção do seu local de pertencimento), ao afirmar que: “Nos Estados Unidos, o feminismo não surgiu das mulheres que são mais vitimizadas pela opressão machista, das mulheres agredidas todos os dias, mental, física e espiritualmente – as que são impotentes para mudar sua condição de vida” (2015, p. 193), mesmo sendo estas uma maioria silenciosa, considerando que mulheres negras constituem grupos numerosos e estão na condição de vítimas, marginalizadas, estereotipadas, subjugadas etc. A autora discorre sobre o livro *The feminine mystique* em livre tradução, *A mística feminina* (1963), de Betty Friedan, este que é tido “como o livro que abriu caminho para o movimento feminista contemporâneo – a obra foi escrita como se essas mulheres não existissem.” (hooks, 2015, p. 193), em referência às mulheres negras da época. O livro claramente se referia

a situações vividas e experienciadas por um seleto grupo de mulheres brancas casadas e de formação universitária que eram de classe média e alta, que, segundo hooks, também eram donas de casa entediadas com o lazer, a casa, os filhos, as compras e estavam buscando um outro sentido para sua existência. Então, Friedan ignorou as outras mulheres, as solteiras, as sem lar, as não brancas e as brancas pobres daquele período e local, impondo a condição da mulher branca abastada como o padrão da luta por direitos de igualdade por profissões junto aos homens, como descreveu hooks:

Friedan transformou suas dificuldades e as de mulheres brancas como ela em sinônimo de uma condição que afetaria todas as mulheres nos Estados Unidos. Ao fazê-lo, desviou a atenção de seu classismo, seu racismo, suas atitudes sexistas em relação à massa de mulheres norte-americanas. No contexto de seu livro, ela deixa claro que as mulheres que considerou vítimas de sexismo eram as mulheres brancas com formação universitária que foram obrigadas pelo condicionamento sexista a permanecer em casa (hooks, 2015, p. 194).

Enquanto as outras mulheres (pobre e negras) precisavam se ocupar de questões econômicas, políticas, discriminatórias e raciais, as brancas tinham dilemas menos intensos, em uma sociedade que na época tinha mais de um terço de todas as mulheres que vendiam sua força de trabalho para o mercado. Não houve por parte de Friedan uma preocupação em debater sobre a opressão do sexismo sobre a vida das mulheres na sociedade estadunidense, usando sua experiência como única perspectiva sobre a vida das mulheres nos Estados Unidos. Ela não refletiu sobre a amplitude da condição de vidas das outras mulheres, limitou-se à parcela da elite em que se enquadrava como mulher, e mesmo assim, sua obra serviu de base para o feminismo contemporâneo, mesmo que seja visível o racismo em seus textos e de outras autoras brancas da época, como hooks descreve: “O racismo nos textos de feministas brancas, reforçando a supremacia branca e negando a possibilidade de que as mulheres se conectem politicamente cruzando fronteiras étnicas e raciais” (2015, p. 195). Os problemas das mulheres brancas são diferentes das mulheres negras, a branca, quando enfrenta algum preconceito, normalmente, está ligado à sua condição de ser mulher e talvez a sua condição social, já a mulher negra enfrenta o racismo, o machismo, o patriarcalismo, a misoginia, o elitismo e o sexismo e ainda está, em sua grande maioria, na base da pirâmide enfrentando muitas outras questões sociais.

Enquanto as mulheres brancas estadunidenses levantavam questões acerca da opressão sexista, as negras, segundo hooks (2014), argumentavam que o sexismo era algo insignificante à luz da severa e mais brutal realidade do racismo que elas sempre viveram. hooks leva-nos, ainda, a refletir sobre o patriarcado negro nos anos de 1950, nos Estados Unidos, destacando esse momento da história para compreender como sexismo e machismo estão presentes tanto na mentalidade do homem branco quanto na do negro, e de como a mulher negra sofre múltiplas formas de preconceito na sociedade, como a autora discorre sobre o movimento de liberdade racial nesse período: “o que começou como um movimento de liberdade de todo o povo negro da opressão racista tornou-se num movimento cujo primeiro objetivo foi o estabelecimento do patriarcado negro masculino” (2014, p. 07).

Tais reflexões levantadas por hooks levam-me às considerações de Kilomba (2019) ao descrever que, como processos, tanto o racismo e o sexismo são semelhantes, visto que ambos constroem ideologicamente o senso comum por meio da referência às diferenças “naturais” e “biológicas”. Sendo assim, não se pode compreender de modo mecânico o gênero e a opressão racial como paralelos, porque, segundo ela: “ambos afetam e posicionam grupos de pessoas de forma diferente e, no caso das mulheres *negras*, eles se entrelaçam” (p. 100). Retorno, então, ao discurso de hooks (2014), no qual ela relata que os homens negros recebiam naquele período nos Estados Unidos, por volta da década de 50, o direito ao voto. Entretanto, as mulheres, tanto as negras quanto as brancas, ainda tinham negadas tais possibilidades, mesmo que ambos tenham lutado igualmente pela liberdade durante a escravatura, posto que os líderes políticos negros mantiveram os valores patriarcais. A mulher negra, mesmo compartilhando a opressão racial comum, via-se, muitas vezes, “deixada para trás”. As opressões racistas e sexistas sofridas pelas mulheres negras eram tidas como insignificantes, a ponto de serem proibidas de precederem as dores masculinas. Enquanto uma classe luta para provar sua capacidade intelectual de competir com o gênero masculino, a outra precisa competir contra as condições que lhe foram impostas desde sempre e reúne uma gama maior de preconceitos, de modo que seu gênero, sua cor, sua aparência, sua classe social determinam a sua não aceitação nos diversos setores da sociedade.

Há um trecho do livro de hooks (2014), no qual ela se reporta aos anos de 1867-77, quando descreve que uma mulher negra bem vestida e limpa, que conduzia a si

mesma de maneira apropriada, não deixava de ser vista como um ser inferior: “era usualmente alvo de lama atirada por homens brancos que ridicularizavam e vaiavam os seus esforços de melhoramento. Eles lembravam-na de que aos olhos do público branco ela nunca seria vista como digna de consideração e respeito” (p. 41). Segundo esses homens, o papel de uma *lady* era apenas desempenhado pelas mulheres brancas da sociedade estadunidense da época.

Contamos com a exclusão imposta pelas ideologias de raça, moldando estratégias para nos impossibilitar de ter qualquer tipo de resistência e, assim, poder lutar, transformando tudo novamente em luta de ideais particulares de cada grupo para ter seu lugar no meio social, como bem analisa Carneiro (2003) ao enfatizar que a classe dominante (branca) sempre articulou o racismo às questões de gênero. Segundo a autora, a “variável” racial produziu gêneros situados à margem, no tocante a uma identidade feminina rotulada e a uma masculinidade subalternizada – mulheres e homens negros – sendo esses grupos inferiorizados pela própria classe de mulheres brancas. Estas são algumas diferenças bem claras entre um e outro feminismo, posto que não é o destino que define o que vai acontecer conosco, e sim, nosso gênero e a nossa raça que implicam diretamente na maneira como seremos tratadas e aceitas ou não pela sociedade. Aqui friso outro ponto muito enfatizado por hooks que chama a atenção para o feminismo branco e sua concepção teórica ao ressaltar que alguns grupos criam suas consciências de mobilidade crítica a partir do momento em que se veem diante da ideia de que podem se rebelar e criar mecanismos para resistir.

Minha crítica persistente foi construída por minha condição de membro de um grupo oprimido, por minha experiência com a exploração e a discriminação sexistas e pela sensação de que a análise feminista dominante não foi a força que moldou minha consciência feminista. Isso se aplica a muitas mulheres. Há mulheres brancas que nunca tinham cogitado resistir à dominação masculina até o movimento feminista criar uma consciência de que elas poderiam e deveriam. Minha consciência da luta feminista foi estimulada pela circunstância social (hooks, 2015, p. 202).

Mesmo que não nos vejamos representadas por certos grupos e/ou movimentos, podemos criar nossa consciência baseada justamente nessa imposição que os detentores

de poder insistem há séculos a nos “enfiar goela abaixo”<sup>26</sup>.

Se nossa visão do feminismo branco não é a que se apresenta ou se parece com o modo como somos vistas e tratadas pela sociedade, poderemos e deveremos, sim, criar nossas próprias estratégias para que nossa luta seja válida e aceita. É a nossa experiência particular e do coletivo negro que importa, pois nunca perguntaram as nossas antepassadas se as violências de gênero e raça as faziam algum mal, considerando tudo o que uma mulher negra escravizada foi privada de ter. Diante do discursos feministas feitos por mulheres brancas, vemos as teorias formuladas por elas a partir do ponto de vista delas, do lugar social no qual elas estão inseridas, e isto impossibilita-as de saber qual a real posição em que nós, mulheres negras, nos encontramos de fato, e quais são as nossas reais dificuldades enfrentadas no dia a dia. É o colonialismo novamente mostrando suas garras e não é possível produzir um discurso legítimo se você não experimenta, de fato, certas condições que o ambiente social lhe impõe, talvez seja por isso que a teoria feminista branca, baseada em concepções euro civilizatórias, está focada em aspectos particulares e tão reduzidos, se compararmos aos tantos aspectos que envolvem as mulheres negras, pois as bisavós brancas destas nunca foram chicoteadas no tronco até desmaiarem o extremo da dor física, nem tampouco tiveram os seus corpos brancos expostos às mais horríveis formas de abuso sexual e de trabalhos exaustivos. A mulher negra sempre percebeu que sofria opressão em todos os aspectos de sua existência, mais que percebeu, sentia e ainda sente ferozmente, pois, como discorre Carneiro (2017):

Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem a serviço das frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação (CARNEIRO, 2017, p. 01-02).

---

<sup>26</sup> As mulheres brancas que dominam o discurso feminista, que, em grande medida, fazem e articulam a teoria feminista, de um modo geral subestimam a supremacia branca como política racial, ignorando o impacto psicológico da situação de classe, bem como seu *status* político no interior da realidade capitalista, racista e sexista. (hooks, 2019, p. 31, grifos da autora).

Percebemos, assim como hooks descreveu, que, “para elas, o fato de as mulheres brancas de classe média e alta precisarem de uma teoria para ‘informá-las de que eram oprimidas’ era apenas mais uma indicação de suas condições de vida privilegiadas” (2015, p. 203, grifo da autora). hooks (2015; 2019) e Carneiro (2017) consideram que pessoas verdadeiramente oprimidas sabem disso, mesmo não estando envolvidas nos grupos ou movimentos de resistência. Essas feministas privilegiadas entendiam e acreditavam (erroneamente) que eram capazes de falar em nome dos diversos grupos de mulheres, mas não compreenderam plenamente a interrelação entre as opressões de gênero, raça e classe presentes na sociedade, sem construir uma teoria feminista que contemplasse a todas<sup>27</sup>.

O feminismo é tido como uma política ideológica que defende a igualdade social para todas as mulheres, mas as mulheres brancas estadunidenses queriam continuar a manter uma hierarquia de raça e classe entre as mulheres, de modo que as negras estariam sempre na base da pirâmide social. Nessa sociedade descrita por hooks, os racistas brancos e alguns negros (que são aqueles que internalizaram a mentalidade do colonizador), apresentam a mulher branca como símbolo do que seria a perfeita natureza feminina: doce, recatada e para se casar. Considerando as análises que hooks (2014) faz tão pertinentemente sobre o homem negro e sua posição diante da mulher negra, percebemos que ele também é sexista e machista. Então, muitas mulheres negras estão submetidas aos homens negros e à forma como ele a vê e a trata também são pontos altos nas discussões acerca dessa masculinidade. Ela elabora essa argumentação, baseada em situações vivenciadas por mulheres negras ainda nos anos sessenta, nos Estados Unidos, contexto no qual salienta que: “a ênfase no homem branco como explorador sexual nas comunidades negras frequentemente afasta a atenção da exploração sexual dos homens negros sobre as mulheres negras.” (2014, p. 50).

Os homens negros têm um interesse investido em manter as existentes barreiras que desencorajam os casamentos entre mulheres negras – homens brancos, porque isso elimina a competição sexual. Tão sexistas como homens brancos que usaram a ideia

---

<sup>27</sup> O movimento feminista continua sendo uma das frentes mais poderosas de luta por justiça social no mundo hoje. Como grupo, as mulheres negras estão numa posição peculiar na sociedade, não apenas porque, em termos coletivos, estamos na base da pirâmide ocupacional, mas também porque nosso status social é inferior ao de qualquer outro grupo, carregamos o fardo da opressão sexista, racista e de classe. (hooks, 2019, p. 27).



de que todos os homens negros são violadores para limitar a liberdade sexual das mulheres brancas, o povo negro empregou a mesma tática para controlar o comportamento sexual da mulher negra (hooks, 2014, p. 49).

O sexismo faz-se presente no pensamento do homem, seja ele negro ou branco, por questões culturais, enraizadas em suas mentes machistas, sexistas e patriarcais. hooks entra no cerne da questão ao analisar que “quando o racismo impediu povo negro de obter a igualdade social com os brancos, os homens negros responderam como se fosse os únicos representantes da raça negra e as únicas vítimas da opressão racista” (hooks, 2014, p. 73).

### ***3.2 Ainda é preciso enegrecer o feminismo***

Carneiro (2003) acentua a expressão: *enegrecer o feminismo* “para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro” (p. 118), assinalando, assim, a identidade branca e ocidental de uma formulação que era a clássica feminista e, de outro lado, revelando a insuficiência teórica e prática política que existia para integrar as diferentes expressões desse feminismo que foi construído em sociedades tão plurirraciais. Com estas iniciativas, segundo a autora:

[...] pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta antirracista no Brasil (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Esta dissertação caminha no sentido de descortinar concepções que não contemplam as mulheres negras e auxiliar nesse “enegrecer do feminismo”, usando a escrita contra o racismo estrutural tão presente em nossa sociedade, que nos limita como mulher, mãe, profissional e como sujeitos. Hooks (2014) acrescenta, em suas análises, o fato, por exemplo, de não termos livros de história nas escolas que nos mostrem e informem sobre o imperialismo racial que colonizou e dominou nossa mente, que nos ensina uma colonização romântica em que o índio é o mau, o negro africano não tem cultura, nem religião e forças para lutar contra o escravismo: “ninguém falou sobre a África como o berço da civilização, sobre os africanos e os asiáticos que chegaram à América antes de Colombo.” Não falam dos assassinatos que são verdadeiros genocídios contra esses povos, “ou a violação das nativas americanas e das mulheres

africanas como terrorismo”, tão pouco descreveram-nos “a escravatura como a fundação para o crescimento do capitalismo.” (hooks, 2014, p. 87).

Ribeiro (2019), em uma perspectiva “à brasileira”, vem discutir sobre os vários contextos que implicam em como se entende o feminismo negro no Brasil, e logo nos posiciona a entender que pensar em feminismo negro é justamente romper com a cisão criada em uma sociedade tão desigual quanto a nossa. Propõe-nos ainda, a ideia de que nós, mulheres negras, nos tornamos sujeitos de fato ao poder, enfim, expor nossa linguagem, falar em nosso nome, pois, há muito tempo, as mulheres negras vêm lutando para serem sujeitos políticos que produzem discursos contra hegemônicos, mesmo que não tenham sido aceitas.

Hooks (2019) ainda destaca em seu livro a filósofa Sojourner Truth (1851), ex escravizada e que foi também abolicionista afro-americana, para trazer um pouco da história dessas lutas nos Estados Unidos. Em seus relatos, Truth diz sentir-se invisível como mulher negra em comparação à branca, pois “nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me ceder o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço!” Segue ainda dizendo: “Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher?” (hooks, 2019 *apud* TRUTH, 1851, p. 19), e nós pretas, não somos mulheres também?

hooks (2014) também rememora as teorias de Truth ao declarar:

Ao contrário da maior parte das mulheres brancas defensoras de direitos, Sojourner Truth pode referir-se à sua própria experiência de vida pessoal como evidência da capacidade da mulher para funcionar como um pai; em ser igual ao homem no trabalho; em suportar a perseguição, o abuso físico, a violação, a tortura e não apenas sobreviver, mas emergir triunfante. Sojourner Truth não foi a única mulher negra a defender a igualdade social para as mulheres. O seu ardor em falar em público a favor dos direitos das mulheres não obstante a desaprovação pública, pavimentou a resistência de modo a que outras mulheres negras de pensamento político expressaram as suas visões. (hooks, 2014, p. 115).

Traduzir sua indignação, seu sentimento de não pertencimento a um gênero ou classe, a um grupo, talvez seja esse ainda o sentimento de muitas mulheres na atualidade, é o meu sentimento como mulher negra brasileira que nasceu pobre. Eu não tive muitas opções para ter uma mudança de vida no que se referia à classe em que eu estava posicionada. Então, sempre estive oprimida em várias vertentes como mulher negra

advinda da base da pirâmide social, nunca me ofereceram oportunidades dignas de salário ou de constituir carreira, sempre que eu quis buscar minha emancipação, além de encontrar inúmeras barreiras pela falta de dinheiro, ainda era atravessada pelo racismo e pelo sexismo.

Essas mulheres que usam sua escrita, seu intelecto para exigir como Truth exigiu tão ferozmente seu lugar no mundo, sua visibilidade, pois ela era também uma mulher, que fazia muito mais do que as mulheres brancas faziam, e, mesmo assim, não era vista como uma mulher, como feminina, doce e delicada, exaltada por sua feminilidade. Ela salienta ainda, em sua narrativa, uma interlocução entre feminismo e a prática do feminismo como sendo negra, pois levam-se em conta intersecções, como raça, orientação sexual e gênero, deixando-nos evidente que existem várias possibilidades de ser mulher<sup>28</sup>: “O que a voz de Sojourner traz, além de inquietações e necessidade de existir, é evidenciar que as vozes esquecidas pelo feminismo hegemônico já falavam há muito tempo.” (RIBEIRO, 2019, p. 23). Ribeiro leva-nos a refletir sobre como historicamente as identidades de mulheres têm sido silenciadas e desautorizadas no sentido epistêmico, ao passo que outras são fortalecidas, ou sobre como precisamos entender como o colonialismo reifica nossas identidades. hooks comenta que “não é nenhum acaso que a luta feminista tem sido tão facilmente cooptada pelos interesses do feminismo conservador e liberal, pois há muito tempo, nos Estados Unidos, o feminismo é uma ideologia burguesa” (2019, p. 36).

Faz-se necessário nosso enfrentamento a tais modelos criados dentro da lógica colonial. A mulher, muitas vezes, não é vista a partir de si, mas a partir do olhar do colonizador sobre seus corpos. Conforme Patrícia Hill Collins (2017) ressalta, ao discutir o feminismo negro a partir do ponto de vista desse lugar que a mulher negra ocupa nas diversas áreas da sociedade, utilizando-se do termo *outsider within*, que pode significar “forasteiras de dentro” ou “estrangeiras de dentro”, para compreendermos o

---

<sup>28</sup> Um dos pressupostos fundamentais do pensamento feminista moderno é a afirmação de que “todas as mulheres são oprimidas”. Isso implica dizer que as mulheres dividem um fardo comum, que fatores como classe, raça, religião, orientação sexual etc. não criam experiências distintas em que a intensidade da força opressiva do sexismo na vida da mulher varia de caso a caso. O sexismo é, sem dúvida capaz de determinar de modo absoluto o destino das mulheres nessa sociedade. Ser oprimido significa *ausência de opções* (hooks, 2019, p. 32, grifos da autora).

lugar ocupado por elas quando são aceitas a partir de algumas condições sociais. Collins destaca uma significação sociológica para o tema, como forma de compreender o sentimento de não pertencimento que a mulher negra sente em relação à sociedade branca, como “forasteiras dentro do seu espaço”, estrangeiras em seu próprio país. Desse modo, Collins destaca três temas chave. Em primeiro lugar: “O pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras” (2017, p. 101), ou seja, a mulher negra que pode escrever e contextualizar o feminismo negro como ele realmente se edifica. Em segundo lugar, a autora pondera que o ponto de vista defendido pela mulher negra terá elementos que são compartilhados com as demais, não é algo singular em todos os contextos, mas tem sua pluralidade em algumas situações.

Em segundo lugar, a definição assume que mulheres negras defendem um ponto de vista ou uma perspectiva singular sobre suas experiências e que existirão certos elementos nestas perspectivas que serão compartilhadas pelas mulheres negras como grupo (COLLINS, 2017, p. 102).

Em terceiro lugar, ela destaca a concepção da variedade de classe, a idade, a região onde essa mulher vive, sua orientação sexual, como elementos que irão afetar suas vidas subjetivas e isso também implicará como elas produzirão certas teorias que são partilhadas. A autora, ainda, salienta vários pontos que estão presentes na compreensão do feminismo negro, um deles, que me cabe como pesquisadora negra que vem debater sobre o protagonismo feminino negro, é justamente a falta de representatividade da mulher negra nas Universidades, no que tange às estudantes presentes no meio acadêmico e às bibliografias que são estudadas nesses espaços. Carneiro (2003) enfatiza que existem diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta particular de cada sujeito, como os “grupos de mulheres indígenas e negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher.” (p. 119). hooks considera, ainda, que “temas universais que são incluídos nos pontos de vista de mulheres negras podem ser experimentados e expressos de forma distinta por grupos diferentes de mulheres afro-americanas.” (2016, p. 102), por exemplo, e em qualquer caso que se tenha em discussão um feminismo plural e inclusivo de fato.

Em se tratando do mito da fragilidade feminina, mas que nós, mulheres pretas nunca vivemos, esse tratamento ficou para as mulheres brancas, consideradas como frágeis. Precisa-se romper com esse outro estereotipo e mito, pois como Carneiro (2017) acentuou:

Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca (CARNEIRO, 2017, p. 02).

Nunca fomos frágeis, nossos corpos e nossa cor nunca foram respeitados, preservados ou exaltados. Ao contrário, sempre fomos violadas, folclorizadas, marginalizadas e tratadas como seres que não se encaixam nos “ditos padrões” dessa sociedade branca que determina as hierarquias de gênero, dentre outras concepções de sujeito. Carneiro afirma que estamos vivendo uma nova configuração do feminismo negro, pois, segundo ela, “esse novo olhar feminista e antirracista, ao integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirmam essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra.” (2017, p. 2). Compreender que o que esses grupos exigem é seu lugar de direito, e se isto não ocorre: “É aí que entendemos que é possível falar de lugar de fala a partir do *feminist stand-point*: não poder acessar certos espaços acarreta a não existência de produções e epistemologias desses grupos nesses espaços.” (RIBEIRO, 2019, p. 63). Esta não existência está em não poder cursar uma faculdade, ser professor/a, ser autor/a de livros, jornalista, ter uma carreira política, enfim, ter cargos e uma profissão como qualquer outro sujeito.

Kilomba (2019) caminhou por essa avenida também durante sua adolescência ao ser subestimada e inferiorizada por sua cor, sua classe e por seu gênero. Assim, ela discorre sobre “como ‘raça’ e gênero são inseparáveis” (p. 94). Para ela, a questão da raça não pode ser separada do gênero, assim como o gênero não se separa da raça, são experiências que se entrelaçam porque as construções racistas são baseadas nos papéis de gênero e funcionam da mesma forma no oposto, uma vez que o gênero também impacta nas questões referentes à construção que o outro tem sobre o racismo e quem o experiencia percebe isso de maneira perturbadora.

Muitas questões mostram-nos como a mulher negra se torna invisível frente às

múltiplas demandas que a envolvem enquanto sujeito. Nesse sentido, Kilomba debate sobre o racismo genderizado: “debate sobre o racismo no qual o *sujeito* é o homem *negro*; um discurso genderizado no qual o *sujeito* é a mulher *branca*; e um discurso de classe no qual raça não tem lugar. Nós ocupamos um lugar muito crítico dentro da teoria.” (KILOMBA, 2019, p. 97). A mulher negra está ocupando um espaço vazio que é sobreposto às margens da raça e do gênero, o que a autora descreve como o “terceiro espaço”<sup>29</sup>. O racismo genderizado acontece porque, além de ser mulher, ela é mulher negra (o gênero como ponto de destaque na sua existência) e/ou o machismo acontece porque ela é uma mulher negra (sua cor como ponto predominante). O gênero e a raça fazem aqui a diferença no preconceito sofrido pela mulher negra. Kilomba (2019) afirma que a mulher negra passa por episódios de apagamentos e contradições que são sustentados pela polarização do mundo em negros de um lado, e mulheres, do outro, e a mulher negra no meio. A duplicidade ou até mesmo a triplicidade de eventos que atravessam a mulheres negras que experienciam o racismo, o sexismo e/ou lesbofobia, são definidas por Kimberlé Crenshaw (2002) como “intersecções” e por Carla Akotirene (2019) como as “avenidas identitárias”.

Para Collins (2019), a produção intelectual de mulheres negras, muitas vezes, cai no silenciamento e ela defende ainda, a enunciação do conhecimento elaborado pelas mulheres negras, destacando que isto ocorreu na virada do século XIX para o século XX, emergente na sociedade graças à profusão do ativismo das associações de mulheres negras e, conseqüentemente, pela atuação das mulheres afro-americanas durante os movimentos civis e os feministas negros que aconteceram nas décadas de sessenta e setenta, nos Estados Unidos.

Kilomba (2019) argumenta que, ao conceituar o gênero como único ponto de partida como opressão que as mulheres sofrem, como ponto base da teoria feminista, se ignora o fato de que as mulheres negras não são somente oprimidas por homens, sejam brancos ou negros, além das formas institucionalizadas de sexismo, mas isso ocorre também pelo racismo, tanto quanto por parte de mulheres brancas quanto por parte dos homens brancos, além das outras formas institucionalizadas de racismo presentes no

---

<sup>29</sup> Por conta dessa falta ideológica, argumenta Heide Safia Mirza (1997), as mulheres negras habitam um espaço vazio, um espaço que se sobrepõe às margens da ‘raça’ e do gênero, o chamado ‘terceiro espaço’. (KILOMBA, 2019, p. 97-98, grifos da autora)

meio social. As mulheres brancas, como feministas que são, “estavam mais interessadas em refletir sobre opressão como membras subordinadas do patriarcado, mas não sobre suas posições como *brancas* em uma sociedade supremacista *branca* – isto é, um grupo no poder em uma estrutura racista.” (p. 104, grifos da autora). Nesse mesmo sentido, hooks (2019) relata, no começo dos anos 1970, nos Estados Unidos, ao participar de grupos feministas, que:

Não éramos tratadas como iguais. E embora se mostrassem interessadas em nossos relatos pessoais sobre a experiência negra, agiam como se coubesse a elas decidir sobre a autenticidade dessas experiências. [...] Se ousássemos criticar o movimento ou assumir a responsabilidade de rever algumas ideias feministas ou introduzir novas ideias, nossas vozes eram apagadas, repelidas, silenciadas. Éramos ouvidas apenas se nossas vozes ecoassem os sentimentos ligados ao discurso dominante (hooks, 2019, p. 41).

Carneiro (2003), ainda, analisa que existe uma diversificação das concepções e práticas políticas que a ótica presente nos grupos que são subalternizados introduziu no feminismo, advinda do resultado de um processo dialético: de um lado, se promoveu a afirmação das mulheres em geral como sendo novos sujeitos políticos e, de outro lado, exigiu-se o reconhecimento da diversidade e desigualdade que são existentes entre essas mesmas mulheres brasileiras. Carneiro cita pertinentemente Lélia Gonzalez ao frisar as contradições que historicamente marcaram a trajetória das mulheres negras no interior do Movimento Feminista Brasileiro, e a crítica fundamental que a ação política das mulheres negras introduzira no feminismo, alterando significativamente as percepções, os comportamentos e as instituições sociais que dissertavam sobre esta temática. O feminismo brasileiro precisava se desvincular do viés eurocêntrico, pois omitia a centralidade das múltiplas questões raciais e de hierarquias presentes na nossa sociedade, posto que ainda universalizava os valores de uma cultura particular: a ocidental europeia. Além disso, não dava margem aos processos de dominação, de violência e exploração aos grupos de não-brancos, constituindo, assim, o eixo articulador do mito da democracia racial e de um ideal de branqueamento que fora introduzido em nossa sociedade ainda no século XIX. As autoras enfatizaram esse distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar-lhe toda a sua trajetória de resistência e luta, invisibilizando seu protagonismo, o qual se distancia e não tem nada a ver com o feminismo eurocêntrico defendido pelo grupo das mulheres brancas

### *3.3 Avenidas identitárias: o que é essa tal interseccionalidade?*

De onde me encontro como mulher negra, a minha noção de interseccionalidade me foi apresentada desde a minha infância, quando eu me via interceptada por questões de preconceitos pela minha condição de gênero (ser mulher) e minha raça (ser preta), mas eram questões que naquela época eu não as percebia e não as compreendia no seu real caráter. Foi, posteriormente, na academia que pude compreender melhor que eu transitava por essas tais “avenidas identitárias”, mencionadas por Akotirene (2019). Agora, na fase adulta, continuo a ser mulher e preta, atrelada à questão de ser mãe solo, e outros atravessamentos que me atingem diretamente. Nós não escolhemos quais preconceitos iremos sofrer durante a vida, mas podemos, sim, optar por enfrentar cada um desses desafios, se nos aprofundarmos mais sobre cada um e, assim, estarmos preparadas para os possíveis debates. A mulher negra é atravessada por todas essas questões que vão muito além do racismo estrutural, sinalizado pelo capitalismo, que, como já citei, é a base da construção do nosso país.

O termo interseccionalidade foi utilizado pela primeira vez em um texto da jurista, intelectual, defensora dos direitos civis e uma das principais estudiosas da teoria crítica da raça e afro-estadunidense, Kimberlé W. Crenshaw, na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial e Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, em Durban, na África, em 2001 (AKOTIRENE, 2019), para designar a interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe. O uso do termo e seu sucesso ocorreram após os anos 2000, justamente pelo movimento negro dos Estados Unidos, o *Black Feminism*, ao final dos anos 1970 (COMBAHEE RIVER COLLECTIVE, 2008; DAVIS, 1981; COLLINS, 1990; DORLIN, 2007)<sup>30</sup>, que dialogava e debatia contra o feminismo branco da classe média e heteronormativo da época. Sua formulação surge apoiada nas dimensões de raça e gênero, no contexto da violência praticada contra mulheres negras, quando cresciam as análises das contradições entre políticas de identidade e políticas de justiça social nos Estados Unidos<sup>31</sup>. O termo tem como objetivo a compreensão mais aprofundada das desigualdades e a sobreposição de opressões e

---

<sup>30</sup> (MORAIS e SILVA, 2017).

<sup>31</sup> [...] no mesmo tempo em que criticava-se ao silêncio sobre as diferenças internas dentro de grupos e sujeitos. Um silêncio que excluía as mulheres negras do feminismo; um feminismo que em sua origem, sempre considerou apenas a vida e as experiências das mulheres brancas. (MORAIS e SILVA, 2017, p. 61-62).



discriminações em nossa sociedade, sofridas pelos grupos excluídos, no caso, a população negra feminina. Crenshaw (2002) define a interseccionalidade da seguinte maneira:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios, criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, construindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A interseccionalidade, segundo Crenshaw, é subdividida em duas categorias: uma estrutural que trata da posição das mulheres negras na intersecção de raça; e uma política, cujo ponto central está nas violências e suas respostas, focalizando as políticas feministas e as antirracistas que marginalizam a questão da violência em relação às mulheres negras. Quando nos reportamos às mulheres que se encontram à margem da sociedade branca, patriarcal, machista, misógina, temos que compreender quais são as várias razões para elas se tornarem o grupo que mais sofre com a discriminação. Temos aqui o que a autora descreve como as experiências específicas de subordinação interseccional que não são adequadamente analisadas ou abordadas por aquelas concepções tradicionais de discriminação de gênero ou raça. Para ela, há frequentemente um grau de invisibilidade que envolve as questões relativas às mulheres marginalizadas, mesmo que elas tenham um certo conhecimento sobre suas condições de vida e seus problemas frente à sociedade que a discrimina.

São muitos os fatores que põem as mulheres negras nesse lugar de invisibilidade e, conseqüentemente, de violência, pois se observarmos as mulheres que mais sofrem abusos no país, por exemplo, temos dados que alertam para a mulher negra como alvo principal de tais agressões: “Em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras” (IPEA, 2021, p. 38)<sup>32</sup>. Temos aqui o que Crenshaw (2002, p. 174) caracteriza como a vulnerabilidade de raça e gênero se entrecruzando, pois pode-se ter a

---

<sup>32</sup> Em termos relativos, enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 2,5, a mesma taxa para as mulheres negras foi de 4,1. Isso quer dizer que o risco relativo de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 maior do que o de uma mulher não negra, ou seja, para cada mulher não negra morta, morrem 1,7 mulheres negras. (IPEA, 2021, p. 38)

“identificação de situações em que a discriminação de gênero é ampliada pela ou combinada com a discriminação racial, ou vice-versa.” No estudo mais recente realizado pelo Atlas da Violência do instituto do IPEA, de 2021, no Brasil, demonstrou-se que há uma tendência de maior índice de violência contra as mulheres negras, corroborando o que Crenshaw analisou no início dos anos 2000:

Essa tendência vem sendo verificada há vários anos, mas o que a análise dos últimos onze anos indica é que a redução da violência letal não se traduziu na redução da desigualdade racial. A evolução da taxa de homicídios femininos por raça/cor mostra que, em 2019, a taxa de mortalidade entre mulheres negras era de 4,9 por 100 mil habitantes, ao passo que entre não negras a taxa de mortalidade entre mulheres não negras era de 3,3 por 100 mil. Pouco mais de uma década depois, em 2019, a taxa de mortalidade de mulheres negras caiu para 4,1 por 100 mil, redução de 15,7% e entre não negras para 2,5 por 100 mil, redução de 24,5% (IPEA, 2021, p. 38).

Aquelas mulheres que pertencem aos grupos dominantes estão destacadas com um percentual menor nessas estatísticas. Seus corpos não representam o espaço de violência que os corpos negros femininos têm dentro da sociedade<sup>33</sup>. Elas, as mulheres brancas, aparecem como o grupo que mais provavelmente não sofrerá tais abusos. A autora, ainda, refere-se às opressões sofridas contra as mulheres negras, nas quais nota-se:

Os exemplos mais conhecidos de opressão interseccional são geralmente os mais trágicos: a violência contra as mulheres baseada na raça ou na etnia. Esta violência pode ser conhecida como uma subordinação interseccional intencional, já que o racismo e o sexismo manifestados em tais violações refletem um enquadramento racial ou étnico das mulheres, a fim de concretizar uma violação explícita de gênero. (CRENSHAW, p. 178, 2002).

Outra análise feita pela autora que merece destaque vem debater sobre as propagandas sexualizadas das mulheres negras, ainda, tão presentes nas mídias, com críticas à utilização da categoria “mulher” como referência homogênea a um grupo que é atravessado por inúmeras diferenças internas e, ainda assim, tem perante a mídia uma visão deturpada da realidade, subestimando-se as suas particularidades contextuais e objetificando o seu corpo. Estupros que são motivados por questões raciais que, muitas

---

<sup>33</sup> [...] em 2009, a taxa de mortalidade de mulheres negras era 48,5% superior à de mulheres não negras, e onze anos depois a taxa de mortalidade de mulheres negras é 65,8% superior à de não negras. (IPEA, 2021, p. 38).

vezes, são precedidos de outras manifestações de opressão interseccional, a exemplo de propagandas racistas ou sexistas, no esforço de racionalizar as agressões sexuais contra as mulheres negras. Tal propaganda sexualizada pode também contribuir para a subordinação política dessas mulheres, posto que se baseiam em imagens preexistentes de mulheres pobres ou étnicas como sendo sexualmente desorganizadas e indisciplinadas, e estes argumentos comprometem seus direitos reprodutivos. São estes e outros muitos os fatores que se enquadram como discriminação interseccional, pois possuem aspectos da subordinação implícitas nas imagens veiculadas pela mídia, dos estereótipos de gênero preexistentes que apontam em direção a essas diferenças entre as mulheres.

Carneiro (2003) sublinha como a tevê brasileira no início dos anos 2000 ainda supervalorizava a mulher branca, como ela acentua “a recorrência abusiva, a inflação de mulheres loiras, ou da *‘loirização’*, na televisão brasileira, é um exemplo dessa disparidade.” (p. 119, grifo da autora). A autora faz menção à superlativa que o racismo faz aos gêneros por meio de privilégios que advêm da exploração e exclusão dos gêneros que são considerados subalternos. Concepções estas que são baseadas em percepções das condutas sexuais, nesses rótulos étnicos e raciais vistos pelas classes dominantes como sexualmente indisciplinados. Remeto aqui ao que hooks (2014) descreve ao tratar de como as mulheres negras foram sempre rotuladas e manipuladas para serem e parecerem:

Todos os mitos e estereótipos usados para caracterizar a natureza feminina negra tiveram as suas raízes na mitologia anti-mulher. No entanto, eles formaram a base da maior investigação crítica à natureza da experiência das mulheres negras. Muitas pessoas tiveram dificuldade em apreciar as mulheres negras como nós somos devido à avidez em impor uma identidade sobre nós, baseada num sem-número de estereótipos negativos. Os esforços de disseminação contínua de desvalorização da natureza feminina negra tornaram extremamente difícil e frequentemente impossível às mulheres negras desenvolverem um autoconceito positivo. Porque somos diariamente bombardeadas por imagens negativas. De facto, uma força opressiva foi este estereótipo negativo e a nossa aceitação disso como um papel viável e modelo sobre o qual podemos modelar as nossas vidas (hooks, 2014, p. 62).

Como uma das autoras enfatiza, “consequentemente, as mulheres que estão na intersecção desses estereótipos tornam-se especialmente vulneráveis a medidas punitivas, baseadas em como suas identidades são percebidas pelos outros.” (CRENSHAW, 2002, p. 179). Davis, que é uma mulher negra, filósofa, socialista,

professora, escritora e importante militante em prol da igualdade de gênero e pela superação do racismo e do sexismo, já, nas décadas de sessenta e setenta nos Estados Unidos, debatia sobre o racismo institucional que advinha das práticas culturais sancionadas no cotidiano. Discorreu sobre as negras que, segundo ela, eram triplamente exploradas por sua condição de ser mulher, negra e trabalhadora. Davis (2016) descreve como as mulheres eram tratadas e vistas, uma unidade tal como eram os homens, sendo os alvos principais dos abusos e violências sexuais, vindos do contexto histórico e cultural do escravismo na América do Norte. A intelectual estadunidense analisa que: “O espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão”, e as mulheres negras na situação de escravizada “tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório.” (DAVIS, 2016, p. 24). A mulher negra era vista pelo sistema escravista, nos Estados Unidos, segundo a autora, como alguém desprovido de gênero, que fazia as mesmas tarefas que os homens: trabalhava no solo, coletava algodão, cortava cana, colhia o tabaco, sofria opressões iguais aos homens, e ainda passava pelo abuso sexual e a tantas formas de maus tratos que lhes eram infligidos. Davis destaca, ainda, relatos de mulheres que resistiam, mesmo em meio a tantas humilhações pelas quais passavam. Foi, no século XIX, que começaram a surgir novas ideologias sobre a feminilidade, para as quais as mulheres eram vistas como “mães” e donas de “casa”, papel este que só eram ocupados pelas mulheres brancas, já que as negras tinham outras funções que historicamente lhes foram impostas, assim como os direitos reprodutivos que, por muito tempo, lhes foram negados, considerando que lhes era designada apenas a reprodução de pessoas a serem escravizadas, já que o tráfico de africanos havia sido proibido no final do século anterior.

Gonzales (1984) contribui com esta discussão ao debater sobre outras concepções de racismo quando trata das perspectivas das noções de mulata, doméstica e mãe preta. Para a autora, nós, negros/as, estamos na lata do lixo da sociedade brasileira, onde fomos domesticados/as pela lógica da dominação que nos é imposta pela elite, que, por muitas vezes, nos infantiliza<sup>34</sup>. Cabe a nós este posicionamento e luta pelo lugar de

---

<sup>34</sup> (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos). (GONZALEZ, 1984, p. 225)

fala que nos é de direito, de modo a não permitirmos mais que a classe dominante fale por nós, é a nossa vez de falar e de sermos ouvidos/as: “O lixo vai falar!” (p. 225), como bem enfatiza a autora feminista negra. Somos vistos/as ainda, segundo ela, como aqueles/as que não têm responsabilidades, capacidades intelectuais e nos portamos como crianças, malandros, ora, somos entendidos/as como aqueles/as que não podem produzir nada de qualidade para a sociedade, não temos potencial para estar em todos os setores e em cargos de liderança. As mulheres negras são vistas como a cozinheira, a faxineira, a servente, a trocadora de ônibus, a tia da limpeza, a prostituta, pois somos descritas em posições e em cargos de subordinação, e isto se torna natural na sociedade, corroborando para que as pessoas negras sejam as faveladas e as miseráveis deste país, pois temos a pobreza estampada na “cara”. Ao escrever sobre o que a autora brilhantemente acentuou, eu me recordo de como sempre fui vista pelas pessoas do meio social no qual estou inserida, mesmo quando ocupava o cargo de recepcionista em um órgão público municipal. Algumas pessoas me confundiam com a auxiliar de limpeza daquele espaço, se eu não estivesse sentada no “meu lugar”, elas sempre iam procurar pela pessoa branca que estivesse mais próxima. Como se eu não existisse, perguntavam: “quem era a recepcionista?” Mas eu estava lá, por que não se dirigiam a mim primeiro? Ou por que achavam que eu era a “tia da limpeza” em vez de ser a recepcionista?

Gonzales (1984, p. 226) ainda enfatiza duas noções importantes para compreender o racismo e o sexismo brasileiro: consciência e memória, em que a consciência é entendida como “o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento até o saber” e é nesta perspectiva que o discurso ideológico imposto pela sociedade se faz presente; já a memória, segundo a autora, podemos considerar como “o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção.” A consciência apaga em nós o que a memória inclui, esse discurso de consciência da sociedade branca que quer apagar nossas memórias de sociedade preta e, nessa dialética, percebemos muitos jogos de “apagamento e esquecimentos” do real significado de ser pessoa negra, de ser vista e respeitada, fazendo uma espécie de lavagem cerebral para nos obrigarem a aceitar que não somos nada e que o padrão do branco é o modelo civilizatório a ser seguido. Naturaliza-se a mulher negra como a servente, como a doméstica, a zeladora, a tia da limpeza, a

prostituta, normatizando que elas ocupem esses lugares. Quando uma mulher negra chega a outras ocupações de destaque tidos como espaços reservados às brancas, muitos se surpreendem e assumem isso como uma exceção à regra que é imposta.

Qual é o lugar da pessoa negra na sociedade? Eu sempre me fazia esta pergunta quando procurava emprego em minha adolescência e antes de concluir a graduação, pois os lugares que me ofertavam oportunidade de trabalho eram sempre aqueles em que eu teria que cuidar de crianças ou fazer faxina, mesmo que eu enviasse currículos a empresas para trabalhar na recepção de algum escritório, vendedora de uma loja, atendente ou caixa de supermercado. Eu percebia que a minha cor e meu cabelo chamavam mais atenção do que minha experiência, do que os cursos profissionalizantes que eu fazia ou a necessidade de trabalhar. Ao ler Gonzalez (1982), compreendo bem o que ela queria dizer com o “lugar natural do negro”:

Da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos ‘habitacionais’ (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço [...] Pressionado pela polícia, de um lado, e pelas péssimas condições de vida, do outro, o negro oferece a sua força de trabalho por qualquer preço no mercado de trabalho (GONZALEZ, 1982, p. 15-16, grifo da autora).

A pessoa negra sobrevive como e onde pode, se der, vai se alimentar, se vestir, cuidar da saúde, e se não der, vai morrer na precariedade que lhe é imposta. Seu lugar na sociedade está bem claro, seu espaço não deve ser o mesmo do branco que possui seus bens, mora em apartamentos bem estruturados, ele/a (o/a negro) deve permanecer em seu território, separado pelas condições impostas por esta sociedade capitalista e racista. É a questão da cor e do gênero que nos coloca como seres inferiores, como descreve Carneiro (2017, p. 02), pois o “racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando, ademais, como fator de divisão nas lutas das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas”.

Ribeiro (2019) discorre acerca da compreensão da interseccionalidade como aquele termo define um posicionamento do feminismo negro frente às opressões da nossa sociedade cisheteropatriarcal: essa ideia de que a sociedade tem apenas um jeito de ser feliz e saudável, onde o único modo de ser aceito e existir é sendo uma pessoa cis: que nasce em total acordo com o gênero atribuído desde o nascimento. Classificada

apenas como feminino ou masculino, e o patriarcalismo insiste nesta construção social com base no sexo biológico da pessoa. Como a autora bem analisa em suas obras, a mulher negra vem agora falar “em seu nome” não permitindo mais que a mulher branca fale por ela. Trazendo a raiz política, os fundamentos e os contrapontos ligados ao conceito de interseccionalidade, como analisa Akotirene (2019), pode-se compreender que o termo surge das análises pensadas por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram ignoradas tanto pelo feminismo branco, quanto pelo movimento antirracista da época que tinha como foco os homens negros. Akotirene caminha pela concepção de que a interseccionalidade se baseia em instrumentos que conceituam a raça, a classe e o gênero, alertando para o fato de que é preciso perceber a sensibilidade interpretativa dos efeitos identitários destes e ter a atenção global para a matriz colonial moderna, no sentido de evitar possíveis desvios analíticos para apenas um dos eixos de opressão. Como ressalta Crenshaw (2002), existe a combinação de vários fatores no que se refere à mulher negra e às várias formas de discriminação que elas sofrem, uma sempre em consonância com a outra.

Sua motivação dá-se por escrevivências com foco na observação de mulheres negras que estão dentro das academias, essas mesmas que lutam para serem ouvidas e, assim, serem vistas e, ao serem vistas, serem respeitadas pelos homens brancos e pelas outras mulheres. As preocupações das mulheres brancas e das negras ganham destaque para esta autora ao afirmar que, assim como dialogam Audre Lorde e Achille Mbembe, enquanto as mulheres brancas amedrontam-se com as possibilidades de seus filhos serem cooptados pelo patriarcado, as negras temem que possam ter que enterrar seus filhos ao serem vitimados pelas necropolíticas. Percebe-se aqui uma encruzilhada teórica e, novamente, os estereótipos que são impostos às mulheres negras, vistas como as mães pretas, que suportam dores insuportáveis, são as guerreiras, mas que, na verdade, são as que mais sofrem sempre com os efeitos da colonização.

Como bem descreve Akotirene, “contrariando o que está posto, o projeto feminista negro, desde sua fundação, trabalha o marcador racial para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe e cisheteronormatividades articuladas em nível global.” (2019, p. 16), passando pelas questões ligadas à negritude até chegar a teorias que possam contemplar esses corpos na busca por uma justiça social para tais grupos, já pela lógica do cis heteronormativo a lógica seria este ideal e institucional de

dois únicos gêneros, feminino e masculino. Para a autora, o feminismo negro tem um diálogo simultâneo com várias questões identitárias, como racismo, cisheteropatriacado e o capitalismo. Toda linguagem que discursar na lógica desses grupos precisa ser aprendida por lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, e todos os gêneros pertencentes aos grupos LGBTQ+, pessoas com deficiência, os indígenas, religiosos do Candomblé e trabalhadoras em geral.

Akotirene faz uso do termo “acidentados”, que são justamente essas pessoas que pertencem a esses grupos que são subjugados e discriminados pela sua cor, seu gênero, sua aparência, seu tipo de cabelo, vítimas da colisão dessas discriminações. Como intelectual e feminista negra, a autora discorre sobre essas “avenidas” que nós, mulheres negras, atravessamos. Para ela, o feminismo negro vem de encontro ao socorro dessas pessoas descritas como o Outro, aquelas que mais sofrem: as mulheres lésbicas, aquelas que perpassam pelo racismo, as que de alguma forma são “tocadas pela lei” sem terem culpa alguma, a não ser por terem nascido negras, e as mulheres que vivem em países subdesenvolvidos ou, como descreve Akotirene, “terceiro-mundistas”. Diferentemente do feminismo branco, o pensamento feminista negro direciona sua atenção a quem precisa, sem levar em conta cor, classe ou a identidade de gênero.

A eurocivilização, desde sempre, teve a premissa do separatismo, no qual diagnosticam as pessoas se referindo aos problemas, como o “negro”, aquela “lésbica”, a população de tal etnia ou nacionalidade<sup>35</sup>. Já a interseccionalidade, para a autora em questão, vem até nós como uma ferramenta ancestral a ferro e águas atlânticas em referência ao tráfico de pessoas pelo Atlântico, presas a correntes de ferro. Aqui percebemos como a interseccionalidade objetiva dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade ao tratar do racismo, do sexismo, do patriarcado, do capitalismo: “a interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriacado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz das opressões.” (AKOTIRENE, 2019, p. 29). Anzaldúa (2000) discorre sobre a identidade étnica e a identidade

---

<sup>35</sup> Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. (QUIJANO, 2005, p. 117).



linguística, que caminham juntas, assim como argumentou Akotirene (2019), como outros atravessamentos nas avenidas identitárias de mulheres de cor. Anzaldúa (2000) afirma que, mesmo em meio à tentativa branca em calar a mulher *mestiza* e domar sua língua (p. 229), não conseguiram silenciá-la. Sua voz ecoa para mostrar que, mesmo em meio ao discurso machista que oprime as mulheres chicanas, o espanhol chicano, as linguagens fronteiriças que são produzidas pelos diversos contatos entre as culturas, o próprio terrorismo linguístico que a autora descreve que sofreu durante sua escolarização pela sociedade estadunidense, a língua foi fulcral na construção de sua identidade. Ela foi criada em meio ao racismo, ao sexismo, machismo e todos os “ismos” existentes, pois tentaram apagar por total sua memória e a sua ancestralidade, utilizando, muitas vezes, da sua língua mãe para diminuir sua imagem e sua origem. Obrigaram-na a aprender um inglês sem sotaque, a sua própria mãe a induzia a falar a língua norte-americana de forma correta, na intenção de que, com isto, pudesse ter acesso a mais oportunidades e, assim, uma mobilidade social diferente daquela que ela (a mãe) poderia oferecer à filha.

No capítulo *O negro e a linguagem* do seu livro *Pele negra, máscara brancas*, Fanon (2008) trata da linguagem, apontando que o sujeito se integra ao ambiente em que vive por meio de sua língua.

Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. No Exército colonial, e especialmente nos regimentos senegaleses de infantaria, os oficiais nativos, são, antes de mais nada, intérpretes. Servem para transmitir as ordens do senhor aos seus congêneres, desfrutando por isso de uma certa honorabilidade (FANON, 2008, p. 34).

Falamos aqui do domínio da língua do opressor, que poderia levá-la (Anzaldúa) a uma ascensão social, mas a autora tenta se desvencilhar dessa narrativa colonialista, resiste e insiste em preservar de alguma forma a sua língua tida como “selvagem”. Sua representação identitária baseia-se em grande parte na língua e na maneira como ela a representa e a difere das outras mulheres, como a separa e é motivo de preconceito.

Dominar uma linguagem que discursasse sobre as mulheres de cor, sobre nosso lugar de fala, era uma das posições defendidas por Anzaldúa, que sempre buscou trazer à tona as intervenções das feministas de cor, das lésbicas, das judias e das mulheres do

Terceiro Mundo. Como ela descreveu, “porque os olhos brancos não querem nos conhecer, eles não se preocupam em aprender nossa língua, a língua que nos reflete, a nossa cultura, o nosso espírito” (ANZALDUÁ, 2000, p. 229), mas esses mesmos nos obrigaram a aprender sua língua: “Sim, é preciso que eu vigie minha elocução, pois também é através dela que serei julgado... Dirão de mim com desprezo: ele não sabe sequer falar o francês!...” (FANON, 2008, p. 36). Temos que aprender a cultura do europeu, aceitar suas crenças e suas tantas outras imposições, apagando nossas memórias e silenciando nossa ancestralidade e a nossa escrita, mas ora, não temos não!

#### **4 ESCOLA, MEMÓRIAS E INJÚRIAS**

Nestes últimos tópicos, abro o espaço para uma leitura ainda mais íntima, com menos referências bibliográficas acerca dos temas desta pesquisa. Procuo compartilhar com os leitores algumas das lembranças da escola e adjacências, momento que retorno ao passado para narrar algumas das tantas situações em que estive inserida e eu diria que forçada, pelo fato de ser preta, mulher e pobre.

Desde que eu era menina, eu já passava por episódios de racismo no seio familiar, e na escola os apelidos (que na verdade são ofensas e injúrias raciais) só continuaram a existir e cada vez piores. Estas memórias ainda me marcam, pois foram processos em que eu sofria em silêncio, pois não me abria com minha mãe e nem com qualquer outra pessoa. Isto também interferiu muito nos meus relacionamentos com amigos e nos demais, logicamente. São máculas que trazemos para a vida acadêmica e profissional, que interferem de maneira péssima nas nossas relações e refletem em outros aspectos de sociabilidade, são fases pelas quais passamos com sofrimento, e nelas vamos nos percebendo como menina e mulher negra.

##### ***4.1 E quando é que a gente se entende como mulher negra?***

Quando a gente se torna sujeito de fato?

Kilomba (2019) traz esta questão para a sua escrita e eu a percebo em minhas entrevistas e nos processos durante a transição da minha adolescência para a juventude. Demoramos um pouco a entender que o preconceito que sofremos é de fato um preconceito ou que é o próprio racismo. Julianne narra que os irmãos zombavam do seu nariz de “fornalha”, e eram episódios que na época eram tidos como brincadeiras.

Aí eu estou lembrando aqui que a gente está falando dessas coisas que aconteciam na escola, mas falando dentro de casa também, né? Eu me lembro muito que esse nariz aqui sempre foi motivo de piada por parte dos meus irmãos... “Ah o nariz de fornalha, olha lá, a gente sabe quando ela tá brava que é quando o nariz tá abrindo.” Então, eu ouvi muito isso assim por parte dos meus irmãos, que “Ah, tá brincando!” ... Tá brincando? Mas era algo que de um jeito ou de outro me afetava bastante, né! (JULIANNE, 2021).

E essas brincadeiras, como ela discorre, afetavam-na bastante, e ela começou a se perceber como uma pessoa negra a partir desses apontamentos feitos pela sua aparência pelos seus irmãos em casa mesmo: “e aí quando eu vou falar dessa coisa de dentro de casa, eu acho que é importante trazer, né? Que eu enxerguei a importância de me tornar negra, né? De me ver negra, porque daí eu aprendi muitas coisas...” (JULIANNE, 2021). Não há como falar de memórias da nossa infância/juventude enquanto estamos na escolarização, sem também lembrarmos-nos daquilo que passamos em casa, na rua onde moramos, no bairro, na igreja, pois o racismo não está presente somente no ambiente escolar, ele se manifesta em todas as esferas e setores da sociedade.

Eu sei que meus passaram por episódios de racismo durante suas vidas, meu pai é um senhor negro de cabelos lisos, lisos, repito isso porque quando eu era menina, adorava passar a mão nos cabelos dele e perguntava: “Pai, porque não nasci com o cabelo igual ao seu?” Ele só sorria e não me dizia nada, mas eu sei que, se ele pudesse, me daria os seus cabelos lisos, geneticamente falando. Já minha mãe tem o tom de pele bem mais claro que o dele, mas os cabelos bem crespos, que até hoje ela alisa com produtos químicos. Então, eu sou essa mistura dos dois, o meio termo entre um negro dos cabelos lisos e uma mulher que não é nem negra retinta e nem branca, mas que tem cabelos crespos. Dessa união, nasce Lediane, que para a maioria das pessoas não é nem branca e nem preta, pois toda as vezes que tenho que responder minha cor em algum formulário ou consulta médica, e eu digo: “PRETA!”, mas querem colocar parda, e tenho que enfatizar que sou, sim, preta, pois branca não sou! Fora os colegas que insistem em dizer que estou mais para branca do que para negra, mas ninguém me exalta como mulher branca e até este fato de não ser preta retinta me causou e ainda traz tantos julgamentos e questionamentos a ponto de vê-los como desnecessários.

Pois bem, falando dos meus pais, eu penso que eles não compreendem como o racismo putrifca nossas relações, nos diminui como pessoas e nos faz acreditar que não podemos ser ninguém de valor para os outros na vida. Eles sempre me ensinaram que temos que trabalhar muito para realizar nossos sonhos, não têm a compreensão do poder transformador da educação na vida de muitas pessoas, assim como teve na minha, e só começaram a me incentivar a estudar de fato quando eu consegui ingressar no serviço público como professora, em 2018.

Alguns pais não enxergam o racismo pela ótica que nós enxergamos atualmente, suas raízes e os malefícios que o racismo causou e ainda causa na sociedade como um todo. Minha mãe mantinha meu cabelo sempre preso quando eu era criança, não tínhamos condições financeiras para fazer um alisamento, usar um produto que pudesse “baixar aquele volume”, mas eu lembro que a primeira coisa que eu fiz quando tive dinheiro suficiente foi alisar meu cabelo. Eu achava que aquele evento mudaria minha vida, mas nada aconteceu, porque eu ainda tinha os traços da negritude presentes em meu corpo. Não era o cabelo crespo alisado que seria a minha “saída” da raça/etnia à qual eu pertencia. Eu não posso sair da minha pele, não há como “escapar/fugir” de ser quem eu somos fisicamente, até a gente se aceitar e tomarmos posse quem somos de fato. E ocorreram, nesses episódios rotineiros, as chacotas no que se referia ao tipo de cabelo que eu tenho, ao tamanho dos lábios, quando, muitas vezes, eu ouvia dos meus colegas: “Olha a “beijo de égua” falando!” Quando eu ficava por último em tudo na escola, quando eu não era escolhida por nenhum menino para dançar “quadrilha” nas festas juninas que eram promovidas naquele espaço, mas, para ser “casal inverso<sup>36</sup>” eu sempre era apontada e indicada pela turma toda. Fui o homem do casal por anos seguidos com um colega de sala, e fomos o par de “casal inverso” mais famoso do ensino fundamental e médio na cidade e, todas as vezes, ganhávamos a competição. Imagina tudo isto na mente de uma menina, ser deixada de lado pelos meninos, seja nas atividades físicas, seja nos eventos escolares ou nos relacionamentos, e ser apontada como um corpo que mais parece de homem do que de mulher!

Quando narramos esses episódios de racismo cotidiano pelo qual nós, meninas

---

<sup>36</sup> Era uma das provas que tínhamos que realizar quando havia as gincanas escolares, em que o menino se veste de menina, e a menina de menino.

negras passávamos constantemente na escola e fora dela também, entendemos como somos vistas como sujeitos. Kilomba (2019) sublinha que o termo sujeito especifica a relação de um indivíduo com a sociedade, em um conceito relacional, de modo que ter o status de sujeito significa poder ver seus interesses individuais reconhecidos, validados e representados oficialmente na sociedade. Quando falamos do universo do racismo, notamos que ele viola cada uma dessas esferas, em que as pessoas negras não veem seus interesses políticos, sociais e individuais como parte de uma agenda comum. Todas estas situações, às quais fui submetida, eram vividas sem nenhum apoio familiar, porque, como já mencionei, meus pais não tinham as bases necessárias para entender que eu iria passar por esses momentos e, ao menos, poder me dar o suporte mínimo em casa. Sofria tudo em silêncio. Procurei primeiro distração nos livros, eu lia de tudo, até porque nas escolas que eu frequentei, por exemplo, não tínhamos muitos exemplares de livros para empréstimos. Então, lia até segmentos bibliográficos que não gostava de ler, na tentativa de que algo suprisse todas as humilhações que aquelas relações sociais me traziam. Depois dos 10 anos, eu comecei a escrever algumas linhas e assim colocar nas linhas em branco tudo o que eu sentia e passava, fazendo da caneta e do caderno os meus amigos. Os anos se seguiram e veio a adolescência, os primeiros namoros, as paixões que nunca eram correspondidas porque os meninos sempre preferiam as meninas mais “bonitas” que, na visão deles, eram as brancas: quem iria querer namorar uma “neguinha beijuda” que alisa o cabelo para se sentir aceita?

Ter passado por tudo isso, todos os eventos que me faziam perceber que a cor da minha pele me afastava da maioria das pessoas e me excluía de certos convívios e locais se tornaram feridas difíceis de se curar. Volto a falar um pouco do banzo, mesmo tendo a compreensão que esse termo advém de um período em que meus ancestrais eram escravizados, eu também sei que esses sentimentos depressivos que nos acompanham, desde a infância, são heranças dessa cultura racista e, como outras questões, é ancestral.

#### ***4.2 E os apelidos? E ser a “Macaca Chita” da escola, como era isso?***

Uma das participantes da pesquisa, ao ser perguntada se tinha alguma memória de episódios de preconceitos, ligado ao racismo e/ou sexismo na infância, durante o período que cursou o Ensino Fundamental, Claudia narrou que:

Sim! Nossa! Eu tenho fortes lembranças, nas séries iniciais, né? Sempre estudei em escola pública e os meninos sempre colocavam apelidos nas meninas, em todas, aí eu acho que é uma questão de gênero, né? Mas com as meninas negras eles iam a fundo, não era só questão de apelidar, era questão de todos os dias tratar por aquele apelido, era mais ou menos assim: você perdia o seu nome de verdade, você passava a ser o apelido. (CLAUDIA, 2021).

Eu passei por essa situação em alguns anos que se seguiram do ensino fundamental. Quando eu tinha por volta dos meus 11 anos de idade, recebi o apelido “Macaca Chita” de um colega de sala de quem eu nunca esqueci o nome e o rosto. Apelidar-me e me chamar por este nome parecia ser uma questão de honra para ele, tanto que fazia isso quase todos os dias. Os colegas na sala de aula sempre riam como se fosse uma piada nova a ser contada todos os dias. Além de rirem, usavam o apelido em diversos outros momentos dentro e fora da sala de aula e até na saída da escola. Eu fui perdendo minha identidade, não tinha mais o meu nome de registro usado e respeitado. Para a maioria dos colegas, eu era a “Macaca Chita”. Até hoje eu não assisto os filmes do Tarzan, pois foi deste filme que saiu a ofensa e a lembrança mais tenebrosa da minha pré-adolescência.

Recorro à Kilomba (2019) para explicar psicanaliticamente que a metáfora da/o “africano/o” como “macaca/o” se tornou efetivamente real por não ser um fato biológico a questão do racismo, mas porque este funciona por meio do discurso, de um regime discursivo em que uma cadeia de palavras e imagens que, por associações, se tornam “equivalentes: africano – África – selva – selvagem – primitivo – inferior – animal – macaco” (p. 130). Para ela, são deslocamentos que, na perspectiva psicanalítica, se referem ao processo pelo qual o sujeito transfere atenção de uma imagem mental para outra, desprendendo-se a atenção da primeira e, assim, passa para uma segunda que, por sua vez, está relacionada à imagem inicial, por meio da associação. No caso, o macaco, que é o último objeto, se torna o símbolo do primeiro: “a/a africana/o”, uma concepção que vemos presentes em tantos discursos racistas pelo mundo afora, episódio este vivenciado por mim ainda menina. Leandro Beguoci (2014) discute sobre a maneira como algumas pessoas xingam as outras com apelidos como “macaco”. Ele enfatiza que, ainda que se refiram a tais ofensas como “brincadeiras”, o que se faz com esse apelido “é xingamento sim, é racismo, sim – mesmo que a gente não ligue os pontos” (s. p).

Claudia narra que recebera, ela e outra colega, apelidos ofensivos também:

Eu me lembro que tinha uma amiga minha também negra que eles apelidaram de “espanhola”, e eles incomodavam tanto, o meu apelido era “Mussum”, não sei se você lembra ali dos Trapalhões, né? Meu apelido “Mussum” e dessa minha amiga era “espanhola”. A gente, negras, né? Negras retintas mesmo, cabelo enrolado, então, a gente era a festa desses meninos. Então, todos os dias, não era uma coisa assim: “Ah! De uma vez ou outra!” Não! Era todos os dias, éramos tratadas por esses apelidos. A minha amiga, o que que aconteceu, ela transferiu de horário, ela mudou de horário por conta desses meninos e eu não sei, se eu não tive opção, não sei o que houve comigo, mas eu não transferi e foi o ano inteiro oprimida. Eu lembro que... Eu não sei exatamente se foi na segunda ou na terceira série, mas eu me lembro que eu chegava, eu baixava a cabeça, eu não discutia, não reclamava, não denunciava, eu baixava a cabeça e suportava aqueles insultos. Mas aquilo me deixava muito envergonhada, mas muito mesmo! Isso foi nas séries iniciais, e o que mais me marcou foram os apelidos. Eu acho que ele passou de ano para o outro na escola (o apelido) (Claudia, 2021).

Nesses episódios de racismo vamos nos percebendo como não sujeitos que não são pertencentes a este mundo, vendo-se como o “outro” que é alvo das ofensas/injúrias raciais, das chacotas, das piadas mais infames que existem, da exclusão dos grupos dos mais populares da escola, por exemplo, um intruso nos outros universos e é este o reconhecimento que temos de nós por conto de como nos veem. Esses usos reiterados de estereótipos e estigmas como efeito cômico do humor racista são uma das análises que Adilson Moreira (2020) faz acerca do racismo recreativo, quando frisa que estes são estereótipos negativos que se fazem presentes em piadas racistas, são os mesmos que impedem o acesso a oportunidades profissionais e acadêmicas. Ele analisa que essa animalização “pessoas de raça negra são comparadas a animais, principalmente a macacos, outra evidência de que não podem receber o mesmo nível de apreço social destinado a indivíduos da raça branca.” (MOREIRA, 2020, p. 134). Além disso, a recorrente associação dos corpos negros aos atos violentos, aos vícios, a trabalhos braçais, à sexualidade exacerbada são fatores que impactam diretamente na vida da população negra no Brasil. Discorre, ainda, que “outro elemento presente em casos de injúria racial é a comparação de negros a animais, fator que referenda a noção de que eles não estão aptos a participar da vida social da mesma forma que pessoas brancas por não serem propriamente seres humanos” (p. 134). Beguoci (2014) ainda descreve que:

- 1) Ao chamar um negro de macaco, você está fazendo uma associação entre um humano e um não-humano.
- 2) Esta associação é feita, principalmente, por causa da cor.
- 3) Ao fazer essa associação, grosso modo, você está dizendo que um negro está um passo abaixo na escala da evolução. Afinal, você está chamando a pessoa de macaco.

4) Portanto, você está dizendo que negros são animais. Animais têm menos direitos do que homens (BEGUOCI, 2014, s.p.)

São argumentos que tentam justificar de maneira preconceituosa outros argumentos semelhantes, que nos (negros/as) associam aos macacos e nos desumanizam, assim como “ladrões desumanizam os roubados, policiais ruins desumanizam os cidadãos, tiranos desumanizam a população, como aconteceu na Alemanha e no Camboja” (BEGUOCI, 2014, s.p.). Essas pessoas tentam como podem tirar a humanidade de quem é preto, e usam dos argumentos que podem para tal. Como uma criança traz em sua bagagem tais preconceitos e apelidos?

E os professores<sup>37</sup>? Porque as ofensas aconteciam na frente deles também, mas nenhuma voz se erguia para me defender das ofensas e chacotas, pois, além de “Macaca Chita”, tinha também: “testa de amolar facão,” “beijola”, “cabelo de Bombril”, “nega feia”. Gomes (2013) pontua que não podemos deixar de ter em mente que:

As experiências de preconceito racial vividas na escola, que envolvem o corpo, o cabelo e a estética, ficam guardadas na memória do sujeito. Mesmo depois de adultos, quando adquirem maturidade e consciência racial que lhes permitem superar a introjeção do preconceito, as marcas do racismo continuam povoando a sua memória (GOMES, 2013, p. 176).

Seguimos com essas memórias dos tempos da escola, pois muito mais do que qualquer outra lembrança da rotina escolar, são justamente as ofensas dos colegas que mais nos marcam, pois eram intensas e rotineiras. A não aceitação, ser deixada de lado, não percebíamos a dimensão de todo aquele racismo impregnado na mente de crianças e adolescentes como nós, que traziam consigo os preconceitos de seus antepassados. Jacqueline Fernandes (2021) narra este mesmo sentimento:

Não ser a primeira opção para namorar, casar, compartilhar alegrias, tristezas, e sonhos nos atinge coletivamente, e não há como dissociar isso do período de mais de 300 anos de vigência do sistema escravocrata, da sociedade patriarcal e da heteronormativa na qual vivemos (FERNANDES, 2021, p. 82).

---

<sup>37</sup> Nem sempre os professores e as professoras percebem que, por detrás da timidez e da recusa na participação de trabalhos em grupos, encontra-se um complexo de inferioridade construído, também, na relação do negro com a sua estética durante a sua trajetória social e escolar. (GOMES, 2003, p. 176).



Foi este sistema, como bem salientou Fernandes (2021) que retirou nossos ancestrais violentamente de seus lugares de origem, dos seus lares para os trazerem acorrentados e subjugados para um ciclo vicioso de trabalho exploratório, miséria extrema, torturas física e mental. Todas essas ações do passado de escravagismo e cerceamento de liberdade se refletem nas populações que seguem nascendo depois desse período sombrio, que insiste em nos acompanhar pela vida afora. Gomes (2019) comenta que “uma instituição formadora, não nos socializa apenas no que se refere às questões do conhecimento científico, das artes da literatura” (p. 610), tanto a escola quanto as Universidades nos socializam também na maneira como nos relacionamos com o mundo que nos cerca, é ali que transmitimos e recebemos valores, reforçando ou subvertendo comportamentos. Nestes espaços educacionais também criamos nossas couraças que serviram como base para as outras situações que iremos enfrentar. Na posição em que ocupo atualmente como professora procuro sempre criar mecanismos em sala de aula para termos possíveis diálogos abertos para vários temas sobre o racismo, o sexismo, a transfobia, e outras tantas questões que precisam ser discutidas em sala de aula. Na minha passagem pela escola, nunca me senti representada por nenhum professor(a) ou grupo de adultos, nem fora dela eu tinha uma pessoa ou uma rede de apoio, nada para fortalecer minha relação com as outras pessoas e isto pesou em muitos momentos da minha existência. Hoje procuro fortalecer as mais jovens sempre que posso e esta dissertação também tem este intuito, de ser representação para as meninas do interior de Mato Grosso, que elas possam se ver em minha escrita e compreender que é possível sim acontecer uma transformação em suas vidas pela educação ao falarmos da nossa condição de mulher preta, da classe da qual pertencemos, da nossa ancestralidade.

#### ***4.3 Como as experiências de racismo nos atravessam e nos marcam***

E hoje eu vejo assim, cuido pra que eu não me diminua, pra que eu não esmoreça ou pra que eu não caia em depressão, é ressignificar esse banzo a todo tempo eu trabalho

comigo isso ‘ressignifica esse banzo<sup>38</sup>, ressignifica esse banzo!’, porque por hora esse banzo trava, por hora esse banzo pode fazer com que a gente fique paralisado, mas olhar pra esse banzo através do olhar da escravidão que o nosso povo foi acometido e através do racismo que o nosso povo foi acometido, e ainda é, faz com que eu tenha calma com os meus processos, faz com que eu tenha calma com os processos dos meus também... Porque esse banzo é muito pesado, porque esse banzo insiste em dizer que a gente deveria se contentar com a coisa que nos é dado, ou significa que a gente não pode lutar contra o racismo, ou que a gente tem que aceitar ou se conformar, então a gente precisa ressignificar. Esse é o movimento que eu tenho feito muito, muito, muito, ressignificar esse banzo!” (JULIANNE, 2021).

Para mim Lediane, as memórias da minha escolarização são ainda bem vividas e essas lembranças são na sua grande maioria ligadas aos episódios de racismo que sofri, latejam como uma ferida que nunca cicatrizou, que parou de doer se não for tocada, mas que se mexerem, ainda lateja, pulsa de dor e significados múltiplos e íntimos. Seguimos em frente, mas não esquecemos como aquilo nos atravessou de forma tocante no processo de consciência de quem estávamos nos tornando na nossa construção identitária. Como uma menina negra pôde experienciar isso em uma época que ainda não se exaltava a beleza da mulher negra como hoje em dia a mídia começa a fazer? Como essas experiências atravessaram nosso entendimento de nós mesmas? Como nos definem e nos marcam no presente?

Eu posso responder por mim: ferem-nos, fazem-nos sentirmos inferiores, feias, fora da normativa, fora do padrão europeu impositivo, põem-nos em outro lugar, não nos sentimos na verdade pertencentes a lugar nenhum. E nós que somos mulheres pretas entendemos perfeitamente o discurso de Brandão (2021):

Durante toda minha infância, as discussões sobre pautas negras tinham pouca visibilidade e eu, enquanto criança, não entendia a profundidade do problema e como isso afetava minha vida, tampouco conseguia associar as violências sofridas em sala de aula com o racismo presente no sistema escolar (BRANDÃO, 2021, p. 42).

Ribeiro (2021), por exemplo, em sua obra memorialística *Cartas para minha avó*, na qual ela relata suas memórias sobre ancestralidade, racismo e feminismo, revisitando sua infância e adolescência, discorre sobre várias lembranças ao retornar aos

---

<sup>38</sup> Os africanos removidos violentamente de seu continente (ou seja, de seu ecossistema cultural) e transportados como escravos para uma terra estranha habitada por pessoas com fenotípia, costumes e línguas diferentes, perdiam toda a motivação de continuar vivos. Muitos foram os suicídios praticados, e outros acabavam sendo mortos pelos que ficou denominado de banzo. Traduzido como saudade, o banzo é de fato uma forma de morte decorrente da apatia. (LARAIA, 2001, p. 39).

episódios de racismo que passara por conta da sua cor e da relação complicada que sua mãe lhes impunha em uma tentativa de prepará-los, ela e a seus irmãos para o mundo. Em um determinado trecho, a autora rememora sobre esses momentos em que sua mãe os corrigia e instruía para a difícil vida de ser negra/o no Brasil, alegando que os preparava para uma sociedade extremamente racista e machista, sobre a qual Ribeiro escreve que: “é um ciclo que se propaga impedindo a gente de ser, somente ser. Eu passava horas fantasiando a vida que eu gostaria de ter, porque aquela com a qual eu tinha que lidar me causava náuseas” (2021, p. 24). A gente fantasia uma realidade que não é a nossa, porque se compreendermos a vida, a gente percebe dentre outras questões que:

[...] desde cedo eu descobri que eu teria que batalhar, batalhar muito mais, vamos dizer assim, muito mais do que o normal, eu teria que buscar muito mais do que todas ali naquele contexto que não fossem negras. Então, as experiências me marcaram dessa forma, não posso dizer que me marcou assim que me prejudicou, não, porque no momento é claro que tinha todo aquele sofrimento, reclusão, mas a gente aprende que é preciso correr atrás, e ser forte, né? Que é preciso recomeçar a cada dia, apesar dos olhares, dos apelidos, apesar do desprezo, você precisa continuar seguindo, né? E ao que eu atribuo isso hoje, é no sentido de fazer diferente, né? Fazer diferente e lutar para que possa acontecer de forma diferente e vamos dizer assim: deixar o espaço melhor para os que estão vindo, deixar marcas positivas para os que estão chegando. Na educação básica, por exemplo, quando eu vejo uma criança negra assim sozinha num canto meio que excluída, então, eu sempre procuro parar e conversar, saber o que está acontecendo, coisa que não fizeram comigo lá no primário, nas séries iniciais. (Claudia, 2021).

Notamos com esses depoimentos que o racismo é além de estrutural, profundamente marcante, pois já estamos há mais de 120 anos separados da escravidão como regime no país (13 de maio de 1888). Mesmo assim, percebemos que se efetuam a nossa revelia tantos preconceitos pela cor da pele do outro, projetos que ainda têm sucesso quando se trata de nos manter separados em guetos, favelas, nos morros, nas vilas de casas populares, nas baixadas, e onde ele sobrevive com muita obstinação e perspicácia, porque é trazido pelas mãos daqueles que têm acesso aos vários mecanismos tão usados para nos excluir, rebaixando-nos cultural e intelectualmente, além de nos impedir de participar de processos decisivos da política, por exemplo, empurrando-nos a outras tantas modalidades de violências raciais e de gênero.

Mas existem tantos outros sentidos para o que passamos, porque a partir do momento em que compreendemos que era isto que o sujeito branco queria e decidimos desafiar esta imposição, vamos utilizando outros meios para nos posicionar e assim agir

para mudar muitas situações impostas. A escrita é uma dessas armas poderosas das quais podemos e faremos bom uso, a busca pelo conhecimento de nossas origens e o aprofundamento em pautas que nos atravessam, onde iremos superar o que pode ser superado, porque apagar de nossas memórias certas vivências não é possível, não dá, até porque muitos desses enfrentamos são o que nos impulsiona a buscarmos cada vez mais saídas de todos estes processos discriminatórios. Transformamo-nos porque se o sujeito branco racista não se transforma, nós estamos prontos para entraves, seja por meio da escrita ou no uso de qualquer outra arma. Seguimos!!!

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação se compôs de muitas recordações que já se faziam adormecidas dentro de mim e que se despertaram uma a uma no decorrer destes dois anos de pesquisas, leituras intensas, momentos de desânimo e desesperança, de noites de insônia, de autoconhecimento, de fé e crença em dias melhores, tudo isto em meio a duas contaminações de Covid-19, as quais deixaram em mim sequelas sérias e graves que quase comprometeram a continuidade desta investigação. Ainda me sentindo debilitada e não recuperada plenamente, física e psicologicamente, sigo caminhando como posso, vivendo um dia de cada vez.

Revirei entulhos do meu passado e revivi tanta dor e mágoas já guardadas que pensei estarem enterradas. Mas percebo que também me fortaleci ao compreender que tenho estado cada vez mais próxima dos meus ancestrais, porque continuo a existir e resistir a todas essas humilhações que insistem em nos impor, seja através da escrita, da luta cotidiana ou nos movimentos sociais do qual faço parte, mais convicta ainda de que a minha existência não poderá passar despercebida, porque dentro de mim existem várias mulheres.

Venho às mulheres de cor, caribenha, terceiro-mundistas, lésbicas e africanas, invocar a teoria no espírito a Carta de Glória Anzaldúa na fronteira do seu pensamento *mestizo*, “buscando impedir o sangue coagular na caneta”, repetindo o gesto da sua mão escura que segura a caneta sem o medo de escrever para outas irmãs espalhadas pelo mundo (AKOTIRENE, 2019, p. 15, grifos da autora).

Porque ainda habita em meu ser aquela “neguinha”, que por muitos era chamada de “beijuda”, “Macaca Chita”, “testa de amolar facão”, “beijo de égua”, “nega feia”, “cabelo de bombril”, e ter experienciado tais injúrias raciais não foram momentos que

eu me lembrei com afeto, foi um processo de dor e se auto aceitar como um ser diferente, que na infância não era aceita pela maioria das pessoas ao redor pela cor da pele, e isto marcou profundamente e de maneira prejudicial a minha construção de identidade feminina preta. Eu escrevo para este coletivo de mulheres/homens pretas/os, para os grupos LGBTQ+, indígenas, pessoas do mundo todo. Reporto-me ao relato de Claudia, ao trazer a experiência de submergir em lembranças do seu passado enquanto menina negra estudante das séries iniciais: “passa um filme na cabeça da gente. Dá tristeza, dá raiva, melancolia. E, principalmente, uma vontade de fazer diferente, seja na escola ou mesmo por meio dos movimentos sociais” (CLAUDIA, 2021). E vamos fazer diferente nos espaços em que estamos inseridas.

Ainda converso com a Lediane que escrevia suas dores, frustrações, mágoas, desejos, sonhos nos cadernos que, em muitos dias e noites, eram suas únicas companhias. Ainda revivo a lembrança da Leidi adolescente que foi, por muitas vezes, motivo de chacota pelos meninos, nunca escolhida para as diversas atividades na escola, tampouco para namorar. Mas esta mulher de agora, professora, mestra em Educação, tem muito a dizer, mesmo sentindo que é abominável nos depararmos com o fato de que a cor da pele é o fator determinante no futuro das pessoas neste país, a raiz de tudo que a gente sofre, de tudo que passamos, a ponto de se constituir como um marcador que se materializa como discriminação racial, de caráter sistêmico e engendrado, não se tratando apenas de um ato discriminatório ou apenas de um conjunto de tantos outros atos ali envolvidos, mas de um processo no qual percebemos as condições de subalternidade e de privilégios que são distribuídas entre os grupos raciais e reproduzidas nas esferas da economia, da política, da educação e das diversas relações do nosso cotidiano, tal como Claudia menciona: “Enquanto mulher negra, a gente passa por situações complicadas, porque são dois agravos. Até a presença em determinados lugares, parece incomodar algumas pessoas” (CLAUDIA, 2021). E eu quero que incomode mesmo o fato do meu corpo negro feminino tatuado exercer um cargo efetivo público na rede estadual de educação, com o título de mestra em educação em meio a um grupo majoritariamente branco que me olha com desdém e tantos preconceitos implícitos em suas falas e atos, pois não querem ver uma preta como eu conquistar lugares em que elas/es estão. Sou forçada a transitar nessas avenidas identitárias devido à minha condição de ser preta, mulher, mãe solo, como bem argumenta Akotirene

(2019). Essa nova compreensão por meio do entendimento sobre a interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) me permitiu enxergar a colisão dessas estruturas tão marcantes e presentes no Brasil, essa interação simultânea dessas avenidas pelas quais percorro todos os dias. São opressões que se somam, se sobrepõem, e esses episódios marcam as vidas das mulheres negras.

O racismo castra a pessoa e atinge sua dignidade humana, mexe com sua subjetividade, com sua autoestima, com tudo que você tem de mais íntimo, é difícil verbalizar o que você sente. Quando você é inferiorizada por causa da cor da sua pele, da estrutura do seu cabelo, você sente destituída da sua dignidade humana. É uma sensação indescritível (CLAUDIA, 2021).

É este racismo, seja aqui no nosso país ou em qualquer outro lugar do planeta que nos segrega, divide as pessoas nos bairros, nas ruas, nos guetos, nas periferias e nos setores educacionais, no mercado de trabalho, nos relacionamentos amorosos e em tantos outros segmentos. É como Luzia menciona, “eu percebo os gestos e os olhares muito antes das pessoas verbalizarem, de torcer o nariz, aquela coisa toda, então eu acho que eu me resguardo muito, pra não ter que... a gente escolhe as lutas da gente né” (LUZIA, 2021), e assim como ela, a gente precisa se armar de artifícios para saber qual batalha travar e qual não merece nosso esforço, a da luta contra esse racismo algumas vezes velado, outras escancarado.

Este racismo que tenta nos impedir de acessar uma universidade pública por exemplo, porque, ao nascer preto e pobre neste país, já lhe são impostas condições de subalternidade, com mínimas chances de se ascender social e profissionalmente. Se pensarmos a discriminação em uma perspectiva mais ampla, vemos que ela vai muito além da violência moral, física e/ou sexual, ela nos veta, causa o banzo, que, muitas das vezes, nos faz sentir aquém de tudo e de todos, que nos faz esmorecer, querer morrer.

Em uma das entrevistas, Julianne (2021) narra sua luta diária para não deixar esse banzo tomar conta da sua existência, eu carregarei as suas palavras para a vida toda, assim com as outras falas das mulheres que compartilharam comigo suas memórias, me abriram os olhos para um amontoado de outras formas e sentidos de se enxergar como mulher preta, mãe, acadêmica, escritora e profissional.

Confirmo o que argumenta hooks (2014) sobre as concepções da sociedade branca elitista deste país reverberarem nas vidas das mulheres negras e em sua escolarização e na sua emancipação como mulher. É preciso nos apropriarmos dos

nossos saberes, porque trazemos em nós nossa ancestralidade. Reporto-me ao relato de Patrícia:

Então assim hoje eu percebo que o racismo que eu sofri na Universidade foi um racismo epistemológico, porque o saber que eu trazia comigo não tinha espaço naquele lugar, o meu saber não era valorizado sabe? E eu tive que me apropriar desses cânones, digamos assim, da ciência para o meu discurso ter alguma legitimidade ali dentro. Então, para mim, é muito vivo, assim, essa questão do racismo epistemológico sabe? E eu lembro que ela disse (colega) do quanto que ela me admirava, que ela me achava inteligente, mas eu jamais poderia ser igual ou melhor que ela. (PATRICIA, 2021).

É essa raça que se diz dominante que reserva para si própria a ostentação de destituir a identidade social do outro e a raça que se encontra oprimida é levada a pensar que sua experiência não tem representatividade, pois a dominante opera para fazer valer exclusivamente suas visões de mundo, consequências do escravagismo/capitalismo, vigentes naquele período, que nos fizeram ser vistas “como tendo perdido o valor e dignidade como resultado da humilhação que elas suportaram” (hooks, 2014, p. 40).

O que nós, mulheres negras devemos continuar a fazer é justamente resistir à opressão de gênero e raça que nos é imposta, para assim, podermos desenhar novos contornos para uma ação política feminista que seja antirracista e possa reformular as discussões que envolvem as questões raciais e de gênero no Brasil.

A escrita sobre as temáticas negras significa em minha vida o impulso para uma visibilidade voltada ao debate desses assuntos tão importante para nós, meninas e mulheres pretas, no qual falamos por nós mesmas, das nossas verdades íntimas, privadas, das mentiras que querem falar de nós, somos sujeitos pensantes e pujantes de vida e sabedoria.

A participação de Luzia, Claudia, Julianne e Patrícia foram de um significado sem par, cada uma, que ao seu modo pôde me orientar a continuar a existir e resistir, seja através da educação, seja pelas lutas particulares de cada, seja pela ancestralidade da qual compartilhamos. Uma dessas mulheres compartilhou comigo que, no decorrer de sua pesquisa para o mestrado, se viu em estado depressivo por conta de algumas lembranças de episódios de abuso sexual pelo qual passara ainda menina, e que este evento retornou com muita intensidade a sua memória, fato este que quase a fez desistir da sua então dissertação. Eu analiso este evento pelo qual ela passara como mais um dos tantos malefícios que o racismo e o sexismo nos imputam enquanto meninas pretas,

porque as diversas formas de violência às quais somos submetidas por toda vida nada mais é do que uma maneira que o outro teve/tem para nos diminuir. Mas muitas de nós, assim como esta participante, não se deixaram esmorecer com mais este abuso, ela se refez e seguiu seu caminho, encontrou na educação maneiras de compreender melhor quem é e, assim, pode também ser espelho e ponte para outras meninas que têm histórias de vida parecidas com as suas.

Esta dissertação memorialística precisa servir como ato de resistência, para ecoar cada vez mais as memórias das mulheres pretas que, por meio da educação, trazem consigo escrituras de suas jornadas de vidas conflituosas, suas lutas e, principalmente as suas conquistas, pois é preciso sempre que possível celebrar nossas vitórias sobre o projeto colonialista, porque todas as vezes que uma mulher negra entra em uma universidade, conclui uma graduação, termina seu mestrado/doutorado, ela carrega junto de si os sonhos de outras tantas mulheres pretas do mundo todo. E é isso que quero carregar comigo, esperança por onde eu for, e para você que leu esta dissertação, além da gratidão, fica o meu convite: vamos falar e escrever mais sobre nós mulheres negras?



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Giane Elisa Sales de. **Entre palavras e silêncio – Memórias da Educação de Mulheres negras em Juíz de Fora – 1950/1970**. UFF. InterMeio: revista do Programa de Pós-graduação em Educação, Campo Grande, M, v. 15, n° 30, p. 219-232, jul./dez. 2009.

ALMEIDA, Sílvio. **Racismo estrutural**. (Coleção Feminismos Plurais/Coordenação de Djamila Ribeiro) São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021. 264 p.

ANZALDÚA, Glória. **Como domar uma língua selvagem**. Cadernos de Letras da UFF. Tradução: Joana Plaza Pinto.; Karla Cristina dos Santos; Revisão de tradução: Viviane Veras. Dossiê: Difusão da língua portuguesa, n° 39, p. 297-309, 2009.

ANZALDÚA, Glória. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres do terceiro mundo**. Tradução: Édna de Marco. Revisão: Claudia de Lima Costa, Simone Pereira Schimidt. Ensaios: Estudos feministas, p. 229-236, 2000.

BEGUOCI, Leandro. **Por que chamar negro de macaco é racismo?** Portal Geledés. Disponível em: <https://geledes.org.br/por-que-chamar-negro-de-macaco-e-racismo/> Acesso em 20 fev 2022.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política**. 2. ed. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. (Coleção Feminismos Plurais/Coordenação de Djamila Ribeiro). São Paulo: Sueli Carneiro, Editora Pólen. 2019. 184 p. CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: A situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Geledés, 06/03/2011. Disponível em <https://geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero>. Acesso em 07 julh 2021.

CARNEIRO, Sueli. **Epistemicídio**. Geledés, 04 set. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/epistemicidio/> Acesso em 15 Agos 2021.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. Prefácio: Conceição Evaristo, Apresentação: Djamila Ribeiro; São Paulo: Editora Jandaíra, 2020. 296 p.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento**. Revista: Estudos Avançados, 17 (19). P. 117-132. 15 de setembro de 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Consciência em debate. Coordenadora: Vera Lúcia Bedito. São Paulo: Selo Negro, 2011. 190 p.

CASTRO, Mary Garcia. **Engendrando um novo feminismo: mulheres líderes de base**. Brasília: UNESCO, 1998.

CONCEIÇÃO, Jessy Kerolayne Gonçalves. **A máscara não pode ser esquecida**. Poiésis, Niterói, v. 21., n. 35, p. 345-362, jan./jun. 2020. <https://doi.org/10.2249/poiesis.v.21i35.36386> Acesso em 29 março de 2022.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em [https://planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao.htm](https://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.htm) Acesso em 03 de jun de 2021.

COLLINS, Patrícia Hill. **Aprendendo com outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. Sociedade e Estado, v. 31 =, n. 1, p. 99-127, 2016 Disponível em <https://goo.gl/RmjB7R> Acesso em 16 ago. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. 1ª Edição. Boitempo Editorial, 2021. 288 p.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495 p.

CRENSHAW. Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista estudos feministas, ano 10, jan./jul., 2002.

BRASIL. Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: [planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm) Acesso em 20 de setembro, 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. [recurso eletrônico] Tradução: Heci Regina Candiane. 1 ed. São Paulo: Ed. Boitempo. 2016.

(DICIONÁRIO PRIBERAM. Bestial. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/bestiais> acesso em 20 fev. 2022.

EL PAÍS. **Antonieta de Barros, a parlamentar negra pioneira que criou o Dia do Professor.** 15 de out 2020. Florianópolis. Disponível em <https://brasil.elpais.com/opinao/2020-10-15/Antonieta-de-barros-a-parlamentar-negra-pioneira-que-criou-o-dia-do-professor.html?ssm=whatsapp> Acesso em 02 de jun 2021.

ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. **Antonieta de Barros: educação, gênero e mobilidade social em Florianópolis na primeira metade do século XX.** Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG, Belo Horizonte, 2015.

EVARISTO, Conceição. **Da representação à auto apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira.** Revista Palmares, v. 1, n. 1, ago. 2005.

EVARISTO, Conceição. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro> Acesso em 28 de fev de 2022.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água.** Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2014.

GEMAA. **Levantamento das políticas de ação afirmativa.** Políticas de Ação Afirmativa nas Universidades Federais e Estaduais (2013-2018). Jesserson B. De Freitas; Poema Eurístenes Portela; João Feres Júnior; Águida Bessa; Vivian Nascimento. IESP; EURJ; junho de 2020.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório.** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 95-108. 2008. Disponível em <<http://www.esforce.org.br>> Acesso em 20 abril 2021.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo.** UFMG. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 1. P. 167-182, jan./jun. 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, Raça e Gênero: Relações Imersas na Alteridade.** GT “Gênero e Raça” XX Reunião Brasileira de Antropologia e I Conferência: Relações Étnicas e Raciais na América Latina e Caribe, em abril de 1996. Cadernos Pagú (6-7) 1996: pp. 67-82.

GOMES, Nilma Lino. **Libertando-se das amarras: reflexões sobre gênero, raça e poder.** Currículo sem Fronteiras, v. 19, n. 2, p. 609-627, maio/ago. 2019.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. **Lugar de negro.** Editora Marco Zero. 1982.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223-244. 1984.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...** Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. 486 páginas. 1ª Edição.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. **Não sou eu uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Plataforma Gueto, 2014. Disponível em: [https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-mulher\\_traduzido.pdf](https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-mulher_traduzido.pdf) Acesso em 03 de jun 2021.

hooks, bell. Mulheres negras: **moldando a teoria feminista**. Revista brasileira de Ciência e Política, nº 16. Brasília, janeiro – abril de 2015, p. 193-210.

hooks, bell. 1952. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução Bhuví Libano, - 13ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020. 176 p.

hooks, bell. **Teoria Feminista negra: da margem ao centro/ bell hooks; tradução: Rainer Patriota**. São Paulo: Perspectiva, 1ª ed. 3ª reimpressão, 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA. **Conheça o Brasil – População: Cor ou Raça**. [www.https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca-.html#:~:text=De%20com%20dadosda,1%25%como](http://www.https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca-.html#:~:text=De%20com%20dadosda,1%25%como) Acesso em 01 jun. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA. **Características gerais dos domicílios e dos moradores 2017: PNAD Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IPEA. **Atlas da violência 2021**. CERQUEIRA, Daniel. (Org.) Governo Federal. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP, 2021.

IPEA. **Dossiê das mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**; organizadoras: Mariana Mazzani Marcondes... [et al], - Brasília: Ipea, 2013) 160p: gráfs, tabs. . ISBN 978-85-7811-188-5.

IPEA - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA; FBSP – **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA** (Org.). Atlas da violência 2020. Rio de Janeiro: IPEA; FBSP, 2020.

KILOMBA, Grada. 1968 - **Memórias da plantação** – Episódios de Racismo cotidiano/Grada Kilomba; Tradução Jess Oliveira. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. MEC. **Constituição Federal de 1988**. S.d. Disponível em: [portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/constituicao.pdf](https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/constituicao.pdf) Acesso em: 19 de setembro, 2021.

LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória**; tradução Bernardo Leitão... [et tal], Campinas, SP, Editora da UNICAMP, Coleção repertórios. 1990.

LITERAFRO. **Maria Firmina dos Reis**. Disponível em: <https://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/322-maria-firmina-dos-reis> Acesso em: 23 de março 2022.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Ensaios e conferências. Tradução: Stephanie Borges. 1ª Edição. 1 reimp, Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MACHADO, Maria Helena Toledo. **Tinta Negra, papel branco: escritas afrodescendentes**. Revista Estudos Avançados 33, 2019 P. 93-108.

MAHEIRIE, Kátia. **Constituição do sujeito, subjetividade e identidade**. Revista Interações. Vol. VII – nº. 13, p. 31-44. Jan-Jun, 2002.

MARQUES, Ana Maria; GOMES, Nailza da Costa Barbosa. **Bernardina Rich (1872-1942): uma mulher negra no enfrentamento do racismo em Mato Grosso**. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 10, n. 2, ago-dez., 2017. P. 110-132.

MEC. **Bolsas Auxílio educação**. Disponível em <https://www.mec.gov.br/componet/tags/tag/bolsas> Acesso em Jan de 2021.

MORAIS, Eunice Lea de; SILVA, Lucia Isabel Conceição da Silva. **Feminismo Negro a Interseccionalidade de Gênero, Raça e Classe**. Caderno de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, vol. 7, nº 13, 2017. P. 58-73.

MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo**. (Coleção Feminismos Plurais/Coordenação de Djamila Ribeiro). São Paulo: Sueli Carneiro, Editora Jandaíra. 2020. 232 p.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude – Usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1986.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, Vozes, 1999.

MUSEUAFROBRASIL. **Negras Palavras: à sombra do Baobá**. Núcleo de educação – Museu Afro Brasil. 2006.

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e Psicologia Feminista**. Salvador – Bahia: Editora Devires, 2017. 130 p.

PINTO, Rubia-Mar Nunes. Entre o silêncio e o esquecimento: a questão das fontes e dos métodos na história da educação em Goiás. **Revista Roteiro**, vol. 40, n. 01, p. 127-152, jan/jun., 2013.

PRAE. UFMG. Pró-reitoria de Assuntos Estudantis. Para viver a UFMG. **História das Ações Afirmativas**. Disponível em: [www.ufmg.br/prae/acoes-afirmativas/historia-das-acoes-afirmativas/#:~:tex=As%20políticas%20de%20afirmativa,Durban%2C%20na%20África%20Sul](http://www.ufmg.br/prae/acoes-afirmativas/historia-das-acoes-afirmativas/#:~:tex=As%20políticas%20de%20afirmativa,Durban%2C%20na%20África%20Sul) Acesso em 15 de maio 2021.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Ed. Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales. P. 117-142. 2005.

RIBEIRO, Djamila. **Cartas para minha avó**. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Feminismos plurais. Coordenação: Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; 3ª reimpressão, Pólen, 2019. 112 p.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed. 3ª reimpressão, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Matilde; PIOVESAN, Flávia. **Dossiê 120 anos de abolição**. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n. 3, dez. 2008.

SANTANA, Jorge Luiz. Enedina Alves Marques: **a trajetória da primeira engenheira do sul do país na faculdade de engenharia do Paraná (1940-1945)**. Revista Vernáculo, nº 28, 2º semestre/2011, p. 42-75.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e teoria social**. Coimbra Editora. Coedição, Imprensa da Universidade de Coimbra. 2012.

EVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1941, 21ª Edição, 1ª Reimpressão Ver. e ampl. – São Paulo: Cortez, 2000. 279 p.

SCUDDER, Priscila de Oliveira Xavier. **Pedagogia da Casa: memória e diálogo de saberes – primeiras notas**. Revista brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica, Salvador, v. 04, n. 11, p. 612-625, maio/agos. 2019. Disponível em <https://revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/5781> Acesso em 20 março de 2022.

SILVA. Tatiana Dias. **2569 Ação Afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente**. IPEA, texto para discussão. Brasília: Rio de Janeiro, junho de 2020.

SOIHET. Rachel. **O corpo feminino como lugar de violência**. Projeto História, nº 25, “corpo e cultura”. São Paulo: educ Editora da PUC-SP, dez/2002. ISSN 0102-4442. Pg: 269-289

SOJOUNER, Truth. **E não sou eu uma mulher?** – Soujener Truth. Tradução de Osmund Pinho, Geledés, 8 jan. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-soi-uma-mulher-soujener-truth> Acesso em 19 ago. 2021

STAMOTTO, Maria Inês Sucupira. **Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil: 1549-1910)**. Programa de Pós graduação em Educação – UFRN. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0539pdf> Acesso em 15 de maio 2021.

VILANOVA, Mercedes. **História Oral**. Org. Marieta de Moraes Ferreira. FINEP, Diadorim Editora Ltda. Gávea – Rio de Janeiro – RJ. 1994.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. Trad. Beatriz Medina; apresentação: Luiz Alberto Moniz Bandeira. São Paulo: Boitempo, 2007, 137 p.